

Vanderlei Souza Carvalho

**Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o
posicionamento da revista *Veja* no primeiro governo FHC**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Professor Dr. Armando Boito Júnior.

Este exemplar corresponde à redação Final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 19/02/2004.

BANCA

Prof. Dr. Armando Boito Júnior (orientador)

Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo (membro)

Prof. Dr. Edison Nunes (membro)

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (suplente)

Campinas
2004

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

C 253 i **Carvalho, Vanderlei Souza**
 Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o
 posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC /
 Vanderlei Souza Carvalho. -- Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador: Armando Boito Júnior.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Sociedade civil.
 3. Imprensa. 4. Neoliberalismo. 5. Política social. 6. Brasil –
 Política e governo, 1995-1998. 7. Brasil – Política econômica.
 I. Boito Júnior, Armando. II. Universidade Estadual de Campinas.
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Resumo

A presente dissertação tem como objeto de estudo a posição política e ideológica da revista *Veja* no período de 1995 a 1998, primeiro governo FHC, considerado o momento de consolidação da política neoliberal no Brasil. Examinamos a relação da revista com o neoliberalismo e a sua contribuição para a aplicação da ideologia neoliberal à situação brasileira. Procedemos à caracterização da imprensa segundo a teoria política e das peculiaridades do gênero revista de informação e opinião. Com o propósito de localizar a pesquisa no contexto político mais geral e na conjuntura política brasileira, realizamos um estudo sobre a ideologia neoliberal e sua aplicação no Brasil.

As reflexões teóricas de Antonio Gramsci sobre a conquista e manutenção da hegemonia nas sociedades capitalistas, suas distinções entre a sociedade civil e a sociedade política e a identidade funcional entre os dois planos do Estado em sentido amplo, orientaram a análise. A imprensa nas sociedades capitalistas foi definida por Gramsci como aparelho privado de hegemonia que pertence ao plano da sociedade civil e funciona como um braço do Estado, atuando na formação do consenso em torno do projeto político que representa os interesses da classe dominante e dirigente, sob a direção do grupo no poder de Estado. Assim, os órgãos de opinião da sociedade civil atuam na realização do conjunto de atividades teóricas e práticas através das quais uma classe ou aliança de classes assegura o seu poder, conformando um conjunto de relações de produção e assegurando o consenso dos governados.

A posição política e ideológica da revista foi analisada com base na seleção e no tratamento dado às notícias relativas aos assuntos: educação, saúde, previdência, emprego e relações de trabalho, privatizações, estabilidade econômica e crescimento econômico. Analisamos reportagens produzidas por *Veja*, nas quais esta diagnosticou a falência dos serviços públicos e a queda da capacidade de investimento do Estado, defendeu as privatizações e as reformas da previdência e da legislação trabalhista, ocultou o desemprego ou o apresentou como um fenômeno inevitável, e elogiou a estabilidade e o crescimento econômico conquistados com o Plano Real. Deste modo a revista realizou um trabalho de difusão ideológica, manifestando opinião favorável às reformas orientadas para o mercado conforme prega a ideologia neoliberal.

Abstract

This dissertation has as purpose to study the political and ideological position of *Veja* magazine from 1995 to 1998, first FHC government, considering the consolidation moment of Brazil's neoliberal politics. We went through the relation of the magazine with the neoliberalism, its contribution for the application of general ideas of neoliberalism to the Brazilian situation. We proceeded to a characterization of media according to the political theory and the peculiarities of the gender magazine of information and opinion. With the purpose of locate the research in the most general political reality and in the Brazilian's political situation, we carried out a study about the neoliberal ideology and the application of the neoliberal politics in Brazil.

The theoretical reflections of Antonio Gramsci about the conquest and maintenance of hegemony in capitalist societies, its distinctions between the civil and the political society and the functional identity between both levels of Estate in broad respect, guided the analysis. Media in capitalist societies was defined by Gramsci as a private equipment of hegemony which belongs to the civil society's level and works as an arm of Estate, acting in the formation of consensus around the political project that represents the interests of the dominant and leader class, under the direction of the group in the power of the Estate. Like this, the opinion institution in the civil society act in the realization of the group of theoretical activities and practices and it's thorough them a class or classes alliance ensure its power, forming a group of relations of production and ensuring the consensus of governors.

The political and ideological standing of the magazine was analyzed with basis on the selection and in the treatment given to the news related to the following subjects: education, health, foresight, job and the relations of work, privatizations, economic stability and economic growth. We analyzed reports produced by *Veja* in the period where the magazine diagnosed the bankrupt of the public services and the Estate's downfall capacity of investment, the magazine defended the privatizations and the reforms of the foresight and the labour legislation, the magazine also hid the unemployment or presented it as an inevitable phenomenon and praised the stability and the economical growth conquered with Plano Real. In this way the magazine carried out a task of ideological diffusion, showing favorable opinion to the reforms guided to the market according to the neoliberal ideology teaches.

“Reparem: a nossa imprensa serve ao poder porque o integra compactamente, mesmo quando, no dia-a-dia, toma posições contra o governo ou contra um ou outro poderoso. As conveniências de todos aqueles que têm direito a assento à mesa do poder entrelaçam-se indissolúvelmente”.

Mino Carta – O castelo de âmbar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO PRIMEIRO – IMPRENSA E HEGEMONIA.....	3
1.1 A IMPRENSA COMO SOCIEDADE CIVIL E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO	3
1.2 A IMPRENSA NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS	7
1.2.1 <i>O gênero revista de informação e opinião</i>	12
1.2.2 <i>Veja – revista de informação e opinião no Brasil</i>	13
CAPÍTULO SEGUNDO – CONJUNTURA POLÍTICA.....	15
2.1 A IDEOLOGIA NEOLIBERAL	15
2.2 A POLÍTICA NEOLIBERAL NO BRASIL.....	18
CAPÍTULO TERCEIRO – POLÍTICA SOCIAL.....	23
3.1 EDUCAÇÃO.....	23
3.1.1 <i>Educação básica</i>	23
3.1.2 <i>Educação superior</i>	33
3.1.3 <i>Crise na universidade pública e crescimento do ensino superior privado</i>	38
3.2 SAÚDE.....	43
3.2.1 <i>Saúde pública</i>	43
3.2.2 <i>Saúde privada</i>	49
3.3 PREVIDÊNCIA SOCIAL	51
3.3.1 <i>Reforma da Previdência</i>	55
3.3.2 <i>Aprovada a reforma, mas as mudanças foram pequenas</i>	58
3.4 EMPREGO E RELAÇÕES DE TRABALHO.....	60
3.4.1 <i>Greve dos petroleiros: o governo derrotou a CUT</i>	61
3.4.2 <i>Desindexação dos salários</i>	64
3.4.3 <i>A ameaça de desemprego</i>	65
3.4.4 <i>Greve geral: a carência de lideranças</i>	77
3.4.5 <i>Relações de trabalho no setor público: a reforma administrativa</i>	78

CAPÍTULO QUARTO – POLÍTICA ECONÔMICA	81
4.1 – PRIVATIZAÇÕES	81
4.1.1 <i>Quebra do monopólio estatal do petróleo</i>	84
4.1.2 <i>Privatizações com Títulos Públicos e capitalismo popular</i>	85
4.1.3 <i>Privatização na rede ferroviária</i>	87
4.1.4 <i>Privatização dos bancos estatais</i>	89
4.1.5 <i>Privatizações na área elétrica</i>	90
4.1.6 <i>Privatização da Vale do Rio Doce, a “jóia da coroa”</i>	91
4.1.7 <i>Privatização da telefonia: o meganegócio do final do século</i>	97
4.1.8 <i>Balanço das privatizações do período</i>	102
4.2 – ESTABILIDADE ECONÔMICA	103
4.2.1 <i>O Plano Real</i>	103
4.2.2 <i>Inflação: o índice estava inflado</i>	108
4.2.3 <i>Estabilidade e consumo</i>	109
4.2.4 <i>Estabilidade e mudança de hábitos</i>	112
4.2.5 <i>Déficits ameaçavam a estabilidade</i>	113
4.2.6 <i>De crise em crise: a frágil estabilidade</i>	116
4.3 – CRESCIMENTO ECONÔMICO	125
4.3.1 <i>Consumo e crescimento</i>	125
4.3.2 <i>“Ressaca” e inadimplência ameaçam o crescimento</i>	127
4.3.3 <i>A caminho do primeiro mundo</i>	129
4.3.4 <i>Plano Real e crescimento</i>	133
4.3.5 <i>Investimentos da indústria automobilística no Brasil</i>	134
4.3.6 <i>Símbolos do Real</i>	136
4.3.7 <i>Crise e estagnação</i>	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
FONTES – EDIÇÕES DE VEJA	161
BIBLIOGRAFIA	165

INTRODUÇÃO

O estudo da relação entre imprensa e neoliberalismo no Brasil entre 1995 e 1998, forma um temário bastante amplo. Mesmo sob o recorte da análise da cobertura de *Veja*, permanece um temário amplo. O período, que corresponde ao primeiro governo FHC, foi marcado por uma série de reformas orientadas para o mercado em várias áreas e pode ser considerado como o momento de consolidação política neoliberal no Brasil – aplicada no país desde o início dos anos 90 –, devido aos compromissos assumidos pelo governo e ao esforço e eficácia na realização das reformas políticas e econômicas.

A amplitude do temário, o longo período de incidência e a grande quantidade de fontes nos impediram, por um lado, de realizar uma análise mais detida de cada uma das reformas e seus respectivos impactos na vida brasileira, bem como estabelecer uma análise comparativa entre o tratamento dedicado por *Veja* e por outros meios de comunicação. Por outro lado, forçaram-nos a uma extensa descrição da cobertura sobre os temas e do tratamento que cada um deles recebeu de *Veja*.

A posição política e ideológica de *Veja* foi analisada com base na seleção e no tratamento dado às notícias relativas aos seguintes assuntos: educação, saúde, previdência, emprego e relações de trabalho, privatizações, estabilidade econômica e crescimento econômico. Os temas selecionados foram objeto de políticas específicas e representam as grandes mudanças pelas quais o país passou no período em estudo. Ademais, seguimos uma orientação da própria revista, que numa grande reportagem destinada a analisar a chegada do presidente Fernando Henrique Cardoso e seus auxiliares ao governo brasileiro, apresentou os assuntos estudados como os grandes desafios do novo governo, e expôs uma expectativa sobre o tratamento que cada um deles deveria receber do novo governo.

No desenvolvimento da pesquisa, Inicialmente procedemos a uma caracterização da imprensa segundo a teoria sociológica e política, à luz de teóricos como Antonio Gramsci e Ciro Marcondes Filho. Como exigência do objeto de estudo, procedemos a uma análise das particularidades do gênero revista de informação e opinião, complementarmente, realizamos uma análise de trabalhos anteriormente desenvolvidos sobre a relação entre imprensa e poder político no Brasil, bem como de trabalhos que analisaram *Veja* sob diferentes óticas. A fim de localizarmos nosso objeto de estudo na realidade política mais geral e na conjuntura brasileira, analisamos a ideologia neoliberal e a política neoliberal aplicada ao Brasil. A política neoliberal foi tratada como pano de

fundo contra o qual as imagens produzidas pelas informações e opiniões de *Veja* no período foram projetadas.

A hipótese geral que orientou a pesquisa foi que *Veja* apoiou as reformas voltadas para o mercado e difundiu uma opinião favorável à política neoliberal no Brasil, produzindo reportagens e interpretações que apresentaram tal política como forma adequada de promover o desenvolvimento do país. Como desdobramento da hipótese geral, inferimos que *Veja* apresentou um tratamento diferenciado, inicialmente, com relação às áreas de educação e saúde, admitindo, num primeiro momento, a presença do Estado nessas áreas, e defendendo investimento de recursos públicos para sua completa recuperação, mas, posteriormente, a revista foi ajustando sua posição à política neoliberal e passou a admitir a retirada do Estado e a presença da iniciativa privada também nessas áreas.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, a saber: capítulo primeiro – imprensa e hegemonia – com uma exposição destinada a apresentar as referências teóricas e a caracterização da imprensa como sociedade civil nas sociedades capitalistas, bem como uma caracterização do gênero revista de informação e opinião e, em seguida, uma caracterização de *Veja*; capítulo segundo – conjuntura política – destinado a analisar a ideologia neoliberal e a aplicação da política neoliberal no Brasil; capítulo terceiro – política social, educação saúde, previdência e emprego e relações de trabalho – em que realizamos uma descrição e análise do tratamento dedicado pela revista aos temas que se relacionam mais diretamente com os serviços públicos e com as classes trabalhadoras e setores médios da sociedade brasileira; capítulo quarto – política econômica – privatização, estabilidade econômica, e crescimento econômico – em que realizamos uma descrição e análise da cobertura dos temas relacionados ao desenvolvimento econômico do país e à intervenção do Estado na economia. Nas considerações finais, realizamos uma síntese analítica das principais posições sustentadas pela revista, de modo a captar seu projeto político com unidade ideológica para o país no período.

CAPÍTULO PRIMEIRO – IMPRENSA E HEGEMONIA

1.1 A imprensa como sociedade civil e sua relação com o Estado

Ao analisar o Estado nas sociedades capitalistas – sobretudo as de capitalismo avançado – Gramsci considera que o exercício da hegemonia por parte dos grupos ou classes no poder de Estado, conta com um consenso das classes subalternas. Nas palavras do próprio Gramsci: *“isto significa que por ‘Estado’ deve se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”*¹.

O Estado é aqui entendido como conjunto de atividades teóricas e práticas através das quais uma classe ou aliança de classes procura assegurar o seu poder, conformando um determinado conjunto de relações de produção e assegurando o consenso dos governados. É preciso esclarecer que esta compreensão recusa a noção de Estado como momento de eticidade no desenvolvimento das sociedades, ou como representante de interesses universais da nação ou de todos os cidadãos. Esse Estado é instrumental, particular, subordinado e transitório.²

O Estado, segundo Gramsci, necessita sempre de lograr um consenso dos dominados, consenso que ele educa. A educação para esse consenso ocorre pela via legal-burocrática do aparelho de Estado – sociedade política – mas também, e principalmente, através das organizações ditas privadas da sociedade civil. Trata-se de governo com o consentimento dos governados, de um consenso organizado sob certa concepção de mundo, como esclarece o autor:

*“...os partidos e as associações como trama ‘privada’ do Estado (...) Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições. O Estado tem e pede consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente”*³.

O Estado (em sentido amplo) compõe-se de dois planos superestruturais: a sociedade civil, como organismos ou aparelhos privados de hegemonia; e a sociedade

¹ Antonio Gramsci. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, Volume 3, pp. 254-255.

² Neste ponto, em particular, estamos de acordo com Bobbio a respeito da noção de Estado em Gramsci. Ver Norberto Bobbio. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1987, p. 23.

³ Antonio Gramsci. *Cadernos...* op. cit., Volume 3, p. 119.

política (Estado em sentido restrito), como aparelho burocrático, militar e jurídico que responde pelo poder, legal ou de fato, de coerção.

“Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’”⁴.

A sociedade civil mantém uma estreita identidade funcional com o Estado (em sentido restrito). A distinção é apontada como postura intelectual, meramente metodológica, *“... en la realidad esta distinción es puramente metodológica, no orgánica, y en la vida histórica concreta sociedad política y sociedad civil son una misma cosa”⁵.*

Claro está que a ênfase maior recai sobre a identidade da sociedade civil com o Estado. Os dois planos superestruturais só podem, conseqüentemente, ser entendidos como dimensões que se relacionam por meio de *“identidade-distinção”⁶*, e compõem o Estado em sentido amplo.

Dentre as organizações da sociedade civil, incluem-se os meios de comunicação. A imprensa – que está sob o foco da reflexão – é um organismo de destaque na sociedade civil. Como afirma Carlos Nelson Coutinho, um estudioso de Gramsci:

“... a sociedade civil [é] formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.”⁷.

Para Gramsci, *“o Estado, ainda que os governantes digam o contrário, não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea”⁸*, expressa em um projeto político igualmente homogêneo, embora envide esforços para apresentar tal unidade como interesse nacional. A observação é primorosa, pois ressalta a luta de idéias no interior do

⁴ Idem, Volume 2, pp, 20-21.

⁵ Antonio Gramsci. *Cuadernos de la Carcel*. México DF: Ediciones Era, Tomo 2, p. 172.

⁶ O conceito de identidade-distinção no relacionamento entre a sociedade civil e a sociedade política, foi formulado por Carlos Nelson Coutinho. Reproduzimos o conceito preservando seu sentido, mas ajustando-o a nossos objetivos, sem a pretensão de explorar todas as suas possibilidades. Ver Carlos Nelson Coutinho. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

⁷ Idem, pp. 76-77.

⁸ Antonio Gramsci. *Cadernos...* op. cit., Volume 1, p. 112.

aparelho de Estado, bem como a luta entre as diversas frações de classes no interior do bloco social dirigente e dominante.

A teoria da hegemonia de Gramsci procura esclarecer o modo pelo qual as classes dominantes e dirigentes asseguram o seu poder, logrando o consentimento ativo dos dominados. A direção cultural e moral de uma classe sobre toda sociedade é normalmente entendida como uma operação ideológica (no sentido tornado comum, arbitrário, negativo). Os grupos e classes dominadas expressam concepções de mundo que não são as suas. Gramsci, no entanto, recusa a noção pura e simples de subordinação ideológica, preferindo apontar para a idéia de direção intelectual.⁹

As democracias burguesas ocidentais, com seus aparatos de opinião, difundem concepções de mundo através dos intelectuais¹⁰ e convencem aos membros das classes subalternas. O processo de direção intelectual ocorre, nestas sociedades, pela fusão de intelectuais tradicionais com intelectuais orgânicos numa perspectiva industrialista e num “*cadinho nacional de cultura unitária*”¹¹, um difuso interesse nacional capaz de anular as distinções étnico-religiosas, além dos interesses de classe. Para Gramsci, tal situação leva à formação do “*bloco histórico*”, no qual as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma. As ideologias seriam, desta forma, a amálgama que daria solidez ao projeto nacional, sob o ponto de vista da classe dirigente.¹²

“Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’ entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas tenda a prevalecer (...) determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unicidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social

⁹ As ideologias são normalmente definidas como: ideologias em sentido positivo, como crenças de certos grupos ou classes sociais, o que se aproxima das noções gramsciana de visão de mundo e direção intelectual; e ideologias em sentido negativo ou pejorativo, como valores, significados e crenças que se destinam a assegurar um poder opressivo. Ver Terry Eagleton. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Unesp/Boitempo, 1997, p. 49.

¹⁰ O conceito de intelectual em Gramsci é bem mais amplo do que se costuma empregar, abrange indivíduos que se dedicam a organizar idéias ou atividades práticas. Ao simplificar a definição, autor amplia muito o estrato. Esses intelectuais podem ser orgânicos de determinados grupos ou classes sociais, ou tradicionais sem ligações diretas com grupos específicos. Ver Antonio Gramsci. *Cadernos...* op. cit., Volume 2, pp. 15-25.

¹¹ Idem, Volume 2, pp. 28-29.

¹² Idem, Volume 1, p. 238.

fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias nacionais...”¹³.

O Exercício do poder de Estado nas sociedades capitalistas e a conseqüente justificação desse exercício junto aos dominados, na perspectiva de Gramsci, só podem ser efetivos, através da mediação dos intelectuais, seja na disciplina legal-burocrática, seja nos órgãos de opinião. Há um grande destaque à formação e difusão de concepções de mundo na sociedade civil como base social da hegemonia. É por esse meio que as classes ou frações de classes dirigentes apresentam seus projetos políticos particulares como sendo de toda a sociedade e asseguram, assim, sua hegemonia.

“Uma hegemonia de classe ultrapassa sua própria base de classes para estender-se às classes ou camadas sociais-apoios ou submetidas ao bloco social dominante. Os modos de unificação desse bloco podem ser diferentes: burocrático, policial, parlamentar (...) e simplesmente mascarar uma contradição prestes a explodir em período de crise”¹⁴.

As distinções formuladas por Gramsci acerca dos planos superestruturais do exercício da hegemonia, ou do poder de classe, buscam explicar a constituição, e manutenção do poder de uma classe ou aliança de classes nas sociedades capitalistas desenvolvidas, bem como, formular a estratégia socialista no ocidente. Em seus anos de cárcere, o filósofo italiano pôde exercitar a análise da sociedade civil como aparelho privado de hegemonia, que opera pela via da formulação e difusão do consenso em torno do projeto político personificado no grupo que detém o poder no aparelho de Estado. E a sociedade política como aparelho coercitivo-burocrático, que opera pela coerção, conformando o projeto político igualmente personificado no grupo que detém o poder no aparelho de Estado.

Considerando-se que o poder de classe está representado na posse do aparelho de Estado, mas também disseminado na sociedade como um todo, a nossa análise enfoca um ator político funcionalmente relacionado com o poder de Estado, mas institucionalmente externo a ele – a imprensa. O aparelho de Estado está a serviço das

¹³ Idem, Volume 3, pp. 41-42.

¹⁴ Christinne Buci-Glucksmann. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 143-144.

classes dirigentes e dominantes e é parte das lutas de interesses no interior das sociedades, além de enfrentar os conflitos, ainda que limitados, das frações que constituem o bloco no poder.

A ausência de uma concepção unitária no interior do aparelho de Estado expressa-se igualmente nos órgãos de opinião da sociedade civil. Portanto, o posicionamento de um determinado meio de comunicação a respeito da política governamental, ou de um determinado conjunto de idéias, não pode ser homogêneo. Na realidade, os meios de comunicação podem agir de modo pendular perante o projeto político em curso, apoiando, em certos momentos, e opondo-se, em outros. Este movimento pendular é determinado pelos interesses em jogo, interesses que são – enfatizamos – de classes ou de frações de classes.

A atividade jornalística é, na maioria das vezes, difusora de determinadas concepções de mundo, em outras tantas vezes é criadora de tais concepções. No estágio avançado do capitalismo em que vivemos, as concepções de mundo das classes dominantes (e dirigentes) são veiculadas diariamente nas páginas, nas ondas ou nas telas dos *mídia*.

1.2 A imprensa nas sociedades capitalistas

A imprensa ocupa uma posição de grande destaque nas sociedades contemporâneas. Como uma organização política formadora de opinião é capaz de conduzir a opinião pública para a aceitação ou recusa de determinados projetos políticos. De acordo com Ciro Marcondes Filho, os meios de comunicação efetivamente colaboram com a formação de opinião. *“É incorreto dizer que eles somente a reforçam: em alguns sentidos e em casos muito específicos eles exercem uma ação verdadeiramente condutora”*¹⁵.

A imprensa, de modo geral, manipula informações cotidianas e as transmite para um público amplo. É ela quem seleciona os fatos que deverão tornar-se notícia. Nessa operação em uma sociedade de classes, a imprensa opera interesses que são conflitantes, portanto, ela promove informações que, num sistema democrático, aguçam o confronto das posições políticas. Sob este ponto de vista, é totalmente salutar o papel da

¹⁵ Ciro Marcondes Filho. *O capital da notícia (jornalismo como produção social da segunda natureza)*. São Paulo: Ática, 1986, p.21.

imprensa. Se há um lado sadio no fato de a imprensa tomar parte no conflito de idéias na democracia, há outro lado menos sadio, ela veicula a ideologia dominante e participa da luta pelo poder, veiculando posições de acordo com as grandes correntes de opinião, na sociedade.

Na medida em que a imprensa é vista como um órgão que participa de um conflito de interesses, torna-se impossível falar em neutralidade ou objetividade. A objetividade pode ser vista como um recurso ideológico para evitar a abordagem crítica de notícias em desacordo com a versão dominante. Todo fato social só pode ser entendido como interpretação, e a objetividade é, normalmente, definida como abordagem racionalista e neutra de determinado fato.

Os fatos, que são a matéria-prima com a qual opera a imprensa, têm um nexo qualquer com interesses políticos e econômicos, e práticas sociais que, numa sociedade de classes, relaciona-se com os interesses de grupos ou classes. Abordá-los acriticamente significa não levar em conta a sua natureza. Ademais, uma abordagem neutra – se fosse possível – suporia a imprensa como órgão neutro na sociedade, distante dos conflitos de interesses e de concepções de mundo.

A atividade jornalística opera intervenções que alteram o caráter e os efeitos dos fatos. Tal falseamento não é necessariamente intencional, mas faz parte do modo como o jornalista vê o mundo, da forma como este participa dos valores sociais.

“É nessa altura que se opera a adaptação ideológica, a estruturação da informação com fins de valoração e de interesse de classe (...) Há formas de pensamento censurado que operam inconscientemente na elaboração da notícia jornalística e que reproduzem nos jornais as relações de dominação que estão entrincheiradas no psiquismo dos indivíduos (dos profissionais jornalistas) na sociedade capitalista”¹⁶.

Há várias formas de falseamento e fragmentação dos processos sociais e dos acontecimentos que acabam por determinar a veiculação de ideologias na atividade jornalística, tais como: a personalização que aborda os fatos sob a ótica de indivíduos particulares, seus feitos e suas desventuras, retirando dos fatos sua relação histórico-estrutural mais ampla; o uso de formas lingüísticas, como o tom oficial¹⁷, o argumento de

¹⁶ Idem, pp. 39-40.

¹⁷ O tom oficial consiste em uma forma lingüística que apresenta como verdade acabada a avaliação de determinado fato por alguém que ocupa uma posição de destaque nas instituições políticas ou departamentos administrativos responsáveis pelo assunto em pauta. Ver Ciro Marcondes Filho. *O capital...* op. cit. p. 48.

autoridade¹⁸, o maniqueísmo que opõe conceitos antagônicos (liberdade-totalitarismo, democracia-ditadura, atraso-modernidade) objetivando tornar evidente e inquestionável uma visão dos fatos; a seleção dos fatos que devem se tornar notícias é um outro elemento importante na atividade jornalística, pela qual o jornalista extrai da realidade o que interessa aos seus leitores, concede destaques e supressões segundo seus valores e interesses, ou de seus leitores, subtraindo aos fatos parte constitutiva de sua natureza.

Mas a imprensa não é abstratamente um veículo de informações, opiniões e ideologias ou visões de mundo. Ela está subordinada à economia de mercado e às leis da circulação. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a informação é instrumento do capital. Ademais, as empresas jornalísticas são agentes com interesses de classes ou frações de classe e inserem-se no jogo de disputas políticas, operando na formulação de consenso em torno dos projetos políticos em questão.

Um breve percurso na história do jornalismo permite estabelecer claramente seu papel no passado e atualmente. Ao surgir, no século XVII o jornalismo não era uma iniciativa da classe dominante, foi a burguesia em luta e ascensão quem implementou a imprensa, na sua disputa com a nobreza feudal. O processo histórico naquele momento e contexto determinava um tipo de prática. Do mesmo modo, o desenvolvimento histórico e o desfecho do jogo que opunha a burguesia ascendente e as antigas classes dominantes determinou características distintas à atividade da imprensa.

“... na batalha pela conquista da chamada hegemonia do pensamento social (conquista de aristocratas para seu quadro, ampliação de seu espaço nos órgãos de representação político-partidária, imposição de sua visão de mundo na literatura e nas artes em geral) ela [a burguesia] encorajava o ‘jornalismo literário’ (...) uma vez estabelecido o seu poder na sociedade vai-se desenvolvendo (...) lentamente a imprensa nos moldes capitalistas”¹⁹.

Em seu desenvolvimento histórico, o jornalismo esteve sempre articulado com interesses particulares, seja nas formas primitivas de sua existência, como panfleto ou periódicos artesanais; seja nas modernas formas de jornais, mídia eletrônica ou revistas de informação e opinião. Enquanto atividade empresarial, os meios de comunicação

¹⁸ O argumento de autoridade consiste em sustentar uma conclusão a partir da afirmação de uma autoridade (especialista), instituições, documentos ou obras. Ver Wesley Salmon. *Lógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 pp. 88-89. Em *Veja*, é comum encontrar no interior das reportagens referências à opinião de renomados intelectuais, na sua maioria com posicionamento político de acordo ou próximo ao governo. É ainda comum encontrar intelectuais que tiveram relação de amizade ou profissional com Fernando Henrique Cardoso, sobretudo nos tempos em que exercia a sociologia.

¹⁹ Ciro Marcondes Filho. *O Capital...* op. cit., p. 57

participam do conflito de interesses nas sociedades e expressam seus projetos político-ideológicos e de outras corporações econômicas, grupos políticos e governos, enfim, idéias e aspirações de grupos diversos.

A imprensa, como descrita acima, é uma atividade econômica e um órgão de comunicação na sociedade capitalista. De fato esta é a natureza da grande imprensa. Há, contudo, uma distinção importante que deve ser apresentada: nem todo veículo de comunicação é uma empresa capitalista, logo, nem todo meio de comunicação destina-se a veicular a concepção burguesa de mundo. Há uma imprensa que se especializa em comunicar outras concepções de mundo relativas aos projetos políticos de partidos, sindicatos e outras organizações da sociedade. Esta imprensa é definida pelos especialistas como imprensa alternativa, ela apresenta outras concepções de mundo, veiculando outros valores e interesses que não aqueles da grande imprensa. De todo modo, a distinção só vem a confirmar a grande imprensa como atividade capitalista.²⁰

No contexto do capitalismo desenvolvido, cabe investigar a relação que a imprensa mantém com o Estado. Imprensa e Estado são vistos pela literatura e pela política liberal como instituições independentes. Enquanto instituições e organizações sociais eles realmente são distintos, mas uma análise cuidadosa demonstra que a distinção não pode ser entendida como absoluta. *“Isto não significa que os detentores do poder político e do controle do Estado sejam também proprietários de jornais”*²¹.

O Estado é modernamente entendido como mais do que apenas força e coerção. É cada dia mais claro o papel da ideologia na formulação de projetos políticos e do controle social. Gramsci dedica especial atenção a esse aspecto, por ele definido como formulação de consensos e denominado como o plano da sociedade civil, não diretamente estatal mas, funcionalmente, componente do aparelho de Estado. De fato, tornou-se bastante comum destacar esta natureza do Estado.

*“O Estado é o grande organizador da hegemonia no sentido gramsciano, controlando através de licenças, os instrumentos de reprodução simbólica. Desativando a política e eliminando a opinião pública com capacidade de opor-se a ele, através da comunicação de massa, reforça o controle social”*²².

²⁰ Rivaldo Chinem. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995, p. 08.

²¹ Ciro Marcondes Filho. *O Capital...* op. cit., p. 77.

²² Maurício Tragtemberg. Prefácio. In: Ciro Marcondes Filho. *O Capital...* op. cit, p. 7.

Além do papel do Estado, ou do aparelho de Estado, cabe investigar a forma pela qual a imprensa – esta instância ou plano, que é entendida dentre outras formas, como Aparelho Ideológico do Estado ou aparelho privado de hegemonia²³ – opera nas sociedades capitalistas contemporâneas. Igualmente, analisar a sua relação com o poder político em geral, e com projetos políticos em realidades históricas particulares.

O estudo dos meios de comunicação enquanto agentes político-ideológicos vem ganhando importância na Ciência Política. Num dos já clássicos estudos dessa natureza, Capelato & Prado afirmam que:

“A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”²⁴.

Francisco César Fonseca, em outro estudo, no qual aborda a imprensa na transição democrática brasileira dos anos oitenta, com o objetivo de analisar as matrizes intelectuais na formulação de imagens, na adoção de conceitos e na articulação de idéias sobre os temas da liberdade e da distribuição dos recursos econômicos na sociedade brasileira de então, expõe três razões para tal escolha. A primeira delas considera o fato de os meios de comunicação representarem autênticos aparelhos privados voltados à inculcação de valores ideológicos.

A segunda razão é a mesma apontada por Capelato & Prado: a imprensa atua como instrumento de manipulação de interesses, o que, segundo Fonseca, significa defender de forma orgânica certos interesses sociais específicos, e, como detentores dos meios de produção, impor a reprodução das relações sociais capitalistas.

A terceira razão apontada por Fonseca, é o fato da Imprensa periódica possibilitar o acompanhamento contínuo e detalhado das conjunturas políticas, com os posicionamentos, permanências e mudanças e as conseqüentes justificativas²⁵.

²³ Para Louis Althusser a imprensa é um Aparelho Ideológico de Estado, que operando predominantemente, através da ideologia, assegura as condições políticas da reprodução das relações sociais de produção. Ver *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985; Antonio Gramsci define os organismos de opinião na sociedade civil – dentre eles os meios de comunicação – como aparelhos privados de hegemonia. Ver especialmente o volume 3 dos *Cadernos do Cárcere...* op. cit.

²⁴ Maria Helena Capelato e Maria Lúcia Prado. *O bravo matutino (imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980 p. XIX.

²⁵ Francisco César Fonseca. *Imprensa liberal na transição democrática (1984-1987)*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: Unicamp, 1994.

1.2.1 O gênero revista de informação e opinião

A moderna revista de notícias semanais de caráter informativo e interpretativo pode ser considerada como produto do desenvolvimento dos meios de comunicação impressos no século XX. Seu nascimento é devido ao surgimento da revista *Time*, nos Estados Unidos em 1923. Dois estudantes da Universidade de Yale, Henry R. Luce e Briton Hadden fundaram, naquele ano, a revista *Time*, argumentando tratar-se de uma mudança necessária nos meios de comunicação adaptando-os ao tempo de que as pessoas ocupadas dispõem para se manterem informadas. Com o surgimento da *Time*, estava criado o estilo básico das modernas revistas semanais de informação e opinião, que se “*perpetuam entre as mais importantes publicações do gênero de várias partes do globo, entre elas, a brasileira Veja*”²⁶.

Os jovens editores de *Time* assumiram uma posição até então inédita, a de afirmarem que o jornalista não deve necessariamente ser imparcial, mas o que esperam dele os leitores, é a honestidade no tratamento e interpretação dos fatos tornados notícia. Em editorial do 25º aniversário da revista afirmavam: “*O jornalista responsável é ‘parcial’ com relação à interpretação dos fatos (...) Ele é honesto na medida em que não deturpa os fatos para fundamentar a sua opinião e não suprime aqueles que apóiam um ponto de vista diferente*”²⁷.

Notamos, pois, que o gênero revista de informação e opinião, ou informativa e interpretativa, não reivindica a condição de neutralidade ou imparcialidade, desde o seu nascedouro. Além disso, como já apontamos, todo e qualquer meio de comunicação fala em nome de interesses de grupos, classes ou segmentos sociais. Nada, portanto, a estranhar que um meio de comunicação qualquer, mas, sobretudo, do gênero revista, apresente à luz do dia suas idéias políticas que, numa sociedade de classes, são igualmente interesses de classe. Pela sua natureza mesma, as revistas de informação e opinião sentem-se com capacidade e autoridade para influenciar os processos políticos.

²⁶ André Luiz Piva de Carvalho. *Quadros maquiados: gênese e produção de sentido da imagem impressa em revistas tendo como modelo a narrativa das capas da revista Veja enfocando Fernando Collor de Mello*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: ECA/USP, 1998, p.74.

²⁷ Ibidem.

1.2.2 *Veja* – revista de informação e opinião no Brasil

Inspirada na revista americana *Time* *Veja* foi criada em setembro de 1968 como resultado da efervescência político-cultural daquele ano. A tiragem inicial era de 700 mil exemplares. Em 1998, com mais de três décadas de existência, estava com uma tiragem aproximada de 1,15 milhões de exemplares.

Na edição especial, comemorativa de 30 anos, de 21 de outubro de 1998, *Veja* divulgou uma pesquisa com o perfil de seus leitores: 69% pertenciam às classes A e B; 23% eram da classe C; 53% eram mulheres; 49% tinham entre 20 e 40 anos; 67% tinham curso secundário ou superior; 80% tinham casa própria; 66% tinham automóvel; e 31% tinham TV a cabo. A revista informou ainda que cada um de seus 1,15 milhões de exemplares era lido por quatro pessoas em média. Eram aproximadamente, 4,5 milhões de leitores por semana em todo o país.²⁸

A imagem que *Veja* fazia de si mesma era bastante esclarecedora do papel que desejava ter na vida dos leitores. Em *Carta ao leitor* de julho de 1998, afirmava que “*sua principal matéria-prima é a reportagem. Escavar os fatos através de um trabalho sistemático, para em seguida dar-lhes a dimensão adequada – essa é sua ambição e seu compromisso perene com os leitores*”²⁹. No mesmo sentido, o Editor de *Veja* e presidente do Grupo Abril que, dentre outras atividades, edita a revista, entrelaçava a história de vida da revista com a história recente do país.

*“Com os ‘anos de chumbo’ e o início traumático da redemocratização, o país e Veja mergulharam numa outra batalha: a década perdida para a ‘estagnação’. Mas, felizmente (e graças ao Plano Real), o longo pesadelo acabou, e tanto o Brasil como Veja começaram a colher os frutos da estabilidade (...). Antes disso, entretanto, atravessamos outra turbulência traumática, desta vez uma que nós mesmos contribuimos para criar: a ascensão e queda de um jovem presidente que parecia estar inaugurando uma nova era que acabou – sem querer – acelerando o processo de maturação política do país, por meio da percepção fundamental de que a lei deve estar acima – e não a serviço – dos governantes”*³⁰.

²⁸ *Veja*. São Paulo: Abril, edição especial 1569, ano 31, nº 42, 21 out, 1998.

²⁹ *Carta ao leitor. Veja*. São Paulo: Abril, edição 1555, ano 31, nº 28, p.9, 15 jul. 1998.

³⁰ Roberto Civita. A dura tarefa de transformar o importante em interessante. *Veja*. São Paulo: Abril, edição especial 1569, ano 31, nº 42, p.146, 21 out. 1998.

Trata-se de afirmações contundentes. *Veja* filia-se a um modelo que se orgulha da parcialidade e reivindica para si a legitimidade de analisar os fatos e demonstrar a sua verdade além das aparências, contar a verdade e opinar. O editor não se esqueceu de argumentar, no entanto, que o faz com isenção e responsabilidade jornalística, com coragem e independência, mesmo quando afirma ter ajudado a eleger e derrubar um presidente. Nota-se um posicionamento curiosamente difuso, que acreditamos tratar-se de uma grande confusão, senão operação ideológica na definição de isenção, responsabilidade jornalística e independência.

A revista *Veja* tem sido objeto de estudos recentes sob enfoques vários. Maria Ângela Fantin, em sua pesquisa de mestrado, concluída recentemente na área de Semiótica, debruçou-se sobre a revista, analisando a criação de uma identidade mediática entre esta e seus leitores. Para Fantin, tal identidade se constrói na forma de um “*simulacro*”, entendido como tipo de figuras com o auxílio das quais os actantes se deixam apreender mutuamente, e maneira pela qual o enunciador impõe ao enunciatário um ponto de vista sobre os acontecimentos.³¹

Por meio da análise de alguns conteúdos veiculados pelos textos que fazem parte da apresentação da revista, como *Carta ao leitor* e *Ponto de Vista*, e um recorte verbal/visual das capas, a autora conclui que *Veja* constrói um simulacro de si mesma como veículo de informação e de opinião comprometido com seus leitores, revelando-lhes as verdades dos fatos, sistematizando-os e dando-lhes uma dimensão adequada, mostrando o que os fatos realmente são, para além de sua aparência.

André Luiz Piva de Carvalho, em trabalho recente, também de mestrado, na área de Jornalismo, procurou demonstrar como o jornalismo de revistas, particularmente *Veja*, elabora suas narrativas não verbais através da produção de sentidos da imagem impressa. O autor parte da hipótese de que *Veja* teve em Collor um modelo ideal que tanto atendia seus propósitos de marketing, como representava seu projeto político-ideológico. Através da análise de 18 capas da revista, no período compreendido entre a campanha e a queda do ex-presidente, o pesquisador concluiu que houve manipulação ideológica na produção de sentidos das imagens de capa, de modo a equipará-las a “*quadros maquiados*”.³²

³¹ Maria Ângela Fantin. *Veja criação de uma identidade mediática*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC-SP/Caxias do Sul: UCS, 1999.

³² André Luiz Piva de Carvalho. *Quadros maquiados...* op.cit.

CAPÍTULO SEGUNDO – CONJUNTURA POLÍTICA

2.1 A ideologia neoliberal

O fenômeno político-ideológico denominado neoliberalismo tem suas origens na Sociedade Mont Pèlerin, na Suíça em 1947, também chamada de Escola Austríaca, cujos principais representantes são Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek. Para von Mises, a liberdade é um todo indivisível, mas a liberdade política é um corolário da liberdade econômica. Posteriormente, Mises sustentou que as relações econômicas e políticas se amparam em apenas dois pólos opostos: opção pela liberdade e ou opção pela ditadura, ou seja, liberalismo econômico ou ditadura, seja ela fascista ou comunista. Por sua vez, Hayek afirma em sua principal obra *O caminho da servidão*, a tese segundo a qual, a planificação econômica conduz à ditadura e ao totalitarismo, ou seja, à supressão da liberdade.³³

No entanto, o ideário neoliberal formulado pela Escola Austríaca não encontrou, nas décadas de 50 e 60, condições históricas concretas para sua implementação. Ainda nos anos 60 um outro ideólogo viria a somar-se ao movimento iniciado em Mont Pèlerin. Trata-se de Milton Friedmann que em seu livro *Capitalismo e Liberdade* defende uma tese radical.

*“Fundamentalmente, há dois meios de coordenar as atividades econômicas de milhões. Um é a direção central utilizando a coerção – a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado”*³⁴.

A doutrina neoliberal ainda teria que aguardar um pouco mais. Em 1973, a crise do modelo econômico do pós-guerra, que fez os países capitalistas avançados entrarem numa longa e profunda recessão, abria espaço para a implementação das reformas propostas. A solução era um Estado forte e capaz de controlar os sindicatos, o dinheiro, os gastos sociais e quebrar os monopólios estatais tendo como meta suprema a estabilidade monetária. A primeira oportunidade surgiu de fato em 1979, na Inglaterra, com a ascensão de Margareth Thatcher. Em seguida nos EUA, em 1980, com Ronald

³³ Ver Javier Alberto Vadell. *Neoliberalismo e consenso na Argentina (1976-1991)*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: Unicamp, 1997.

³⁴ Milton Friedmann. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977, p. 21.

Reagan. E em 1982, com a ascensão de Helmut Kohl na Alemanha. O modelo entrava em sua fase prática, sendo logo exportado para todo o mundo.³⁵

Nas formulações iniciais do ideário neoliberal havia um grande apelo à liberdade, mas esse apelo passava exclusivamente pela análise do econômico, o que levou Armando Boito Júnior a afirmar que este liberalismo era essencialmente um liberalismo econômico. Essa ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econômico burguês adequando-o às condições históricas atuais. Diferentemente do liberalismo político que, embora em uma relação complexa com a democracia, posteriormente avançou para um liberalismo democrático. Na verdade, esclarece o autor, esse liberalismo econômico pode prescindir da democracia. Nas três vertentes do neoliberalismo, a democracia aparece primeiro como liberdade política separada da liberdade econômica de mercado; segundo como um problema a contornar, e não um objetivo a alcançar; e, no terceiro caso como uma tentativa de subtrair as decisões econômicas da influência do sufrágio.³⁶

Estudiosos identificam no neoliberalismo uma tentativa já bastante antiga de reforçar um lado conservador do liberalismo econômico de Adam Smith e David Ricardo. Reginaldo de Mores afirma que, durante o século XIX, alguns autores já teriam acentuado os limites que poderiam e deveriam ser impostos à participação política. Autores como Edmund Burke, Benjamin Constant, Thomas Macaulay e Henri de Maine já teriam apresentado preocupação nesse sentido. *“A preocupação central desses autores, que será retomada no século XX pelos neoliberais, era portanto evitar a ‘politização’ da vida econômica”*³⁷.

O conceito de neoliberalismo não está muito claro, enquanto doutrina política ou econômica, na realidade o conceito é um tanto escorregadio. A maioria dos estudiosos do fenômeno neoliberal, no entanto, admite que trata-se de um conjunto de idéias advindas da Escola Austríaca com Hayek e von Mises, por um lado, e por outro, um conjunto de receitas monetaristas, inspiradas em Milton Friedmann. De todo modo, para Goran Therborn, o neoliberalismo,

“é um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É

³⁵ Ver Perry Anderson. Balanço do neoliberalismo. In: Emir Sáder e Pablo Gentili. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

³⁶ Ver Armando Boito Júnior. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999, pp. 23-25.

³⁷ Reginaldo Moraes. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: SENAC, 2001, p. 23.

*uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto, tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e da competição*³⁸.

Na realidade, a ideologia neoliberal não escapa a uma certa incoerência: se a ideologia teórica remonta ao capitalismo concorrencial, com a defesa da livre concorrência; em termos práticos, tal ideologia precisa adaptar-se a uma época de monopólios, especulação financeira e imperialismo, operando com interesses conflitantes de frações de classes.

*“A ideologia neoliberal, numa definição ampla, deve ser considerada, então, uma apologia abstrata do mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista ficando prejudicada toda aplicação que for incompatível com tais interesses*³⁹.

Uma definição simples e clara foi apresentada por Emir Sáder:

*“... o essencial é caracterizar o neoliberalismo como modelo hegemônico. Isto é, uma forma de dominação de classe adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas (...) foi construído um corpo doutrinário que desemboca num modelo de relações entre classes, em valores ideológicos e num determinado modelo de Estado*⁴⁰.

Ainda segundo Sáder, o neoliberalismo reinterpreta a correlação de forças e o processo histórico de cada país, definindo como vilões do atraso todas as forças sociais que lutam por igualdade e justiça social. Ao mesmo tempo em que promove os conservadores e a direita à modernidade, que se expressa no desmanche do patrimônio público via privatizações e no modelo de Estado mínimo.

O sucesso ideológico do ideário neoliberal segundo Perry Anderson só pode ser entendido como resultante de uma mudança estrutural na própria natureza do capitalismo. Essa mudança envolve a importância crescente dos mercados frente aos Estados, cujo poder de regular suas economias foi reduzido; e também a importância crescente do mercado frente às empresas, que tiveram seu papel reduzido em função da concorrência internacional.⁴¹

³⁸ Goran Therborn. Pós-neoliberalismo: a história não terminou. In: Emir Sáder e Pablo Gentilli. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo...* op. cit., p.182.

³⁹ Armando Boito Júnior. *Política neoliberal...* op. cit pp. 20-30.

⁴⁰ Emir Sáder. Debate: a trama do neoliberalismo – mercado, crise e exclusão social. In: Emir Sáder e Pablo Gentilli. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo...* op. cit., pp. 146-147.

⁴¹ Perry Anderson. Balanço do neoliberalismo. In: Emir Sáder e Pablo Gentilli. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo...* op. cit., p. 147.

Atilio Borón destaca que, além de ser uma doutrina econômica e uma receita para os governantes, o neoliberalismo é, na realidade, uma ideologia que vem sendo difundida amplamente nas sociedades.

“... o senso comum da época é neoliberal. Gostemos nós ou não, ele se implantou profundamente nas massas. O mercado é idolatrado; o Estado é demonizado; a empresa privada é exaltada e o ‘darwinismo social de mercado’ aparece como algo desejável e eficaz do ponto de vista econômico”⁴².

Tornando-se dogma dominante no Reino Unido e nos EUA, o neoliberalismo atingiu rapidamente o sistema internacional. Esta disseminação, segundo Atilio Borón foi possibilitada pelo esgotamento do “boom” do pós-guerra e pelo desprestígio em que havia caído as formulações keynesianas. A América Latina logo se contagiou com tal ideologia. O modelo econômico adotado na Inglaterra e nos Estados Unidos, como também no Chile, era apontado como responsável pela recuperação da economia daqueles países. Assim o capitalismo pôde passar à ofensiva nos quatro cantos do mundo.

Deve-se ter clara a necessidade de estabelecer uma distinção: o fenômeno neoliberal é diferente nos países centrais e nos países periféricos. Principalmente porque os reflexos da política neoliberal são mais drásticos para as classes trabalhadoras dos países periféricos, que nunca desfrutaram dos direitos sociais ancorados no Estado de bem-estar social, como nos países centrais. Além disto, o neoliberalismo reforça o controle das grandes potências sobre as economias periféricas.

2.2 A política neoliberal no Brasil

No Brasil, a política neoliberal começou a ser aplicada efetivamente nos anos 90, tendo o seu auge no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante os anos 80, o país ofereceu resistência às políticas de desregulamentação e abertura comercial em curso na América Latina. Segundo Laura Tavares Soares, as condições políticas e econômicas para o ajuste realizado no Chile e no México estavam ausentes no Brasil na década de 80.

⁴² Atilio Borón. Debate: a trama do neoliberalismo – mercado, crise e exclusão social. In: Emir Sáder e Pablo Gentilli. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo...* op.cit., p. 158. Uma pesquisa desenvolvida com jovens brasileiros, pelo Instituto Data-folha e pelo Instituto Wilma Roca, para a rede de TV MTV, dá razão a Borón. Foi detectada uma influência forte do processo de privatização que aconteceu no país na mentalidade das pessoas. Detectou-se uma perda do respeito pelas instituições públicas e, ao mesmo tempo, uma valorização das empresas privadas e das iniciativas pessoais. O que os realizadores chamaram de um neoliberalismo juvenil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24/12/99, Ilustrada, p. 4.

O Estado brasileiro encontrava-se política e economicamente fragilizado pela crise dos anos 80. Sem condições, portanto, para enfrentar as medidas de ajuste de tipo neoliberal. A impossibilidade de adoção das políticas indicadas pelo Consenso de Washington foi devido à fragilidade do Estado brasileiro, e não à sua força. Na virada dos anos 90, a onda neoliberal chegou ao Brasil. *“As razões do surgimento desse tipo de proposta neoliberal encontrava-se, de um lado, no agravamento da crise econômica em 1989-90 e, de outro, no esgotamento do Estado Desenvolvimentista brasileiro”*⁴³.

Desde a posse do presidente Fernando Collor de Mello, em 1990, podemos detectar um movimento de ajuste de orientação neoliberal. Este processo foi continuado pelo vice-presidente empossado em 1994, Itamar Franco, cujo ministro da Fazenda, no último ano de mandato, foi exatamente Fernando Henrique Cardoso, que seria eleito presidente em 1994, iniciando seu primeiro mandato em 1995.

Embora a política neoliberal no Brasil tenha se iniciado em 1990, com a posse de Fernando Collor de Mello, foi no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, que ela entrou em seu período de consolidação. A adoção do Plano de Estabilização em meados de 1994 com a adoção do Real, visava ao ajuste estratégico e à retomada do crescimento econômico, sob o receituário do Consenso de Washington.

*“A retirada do Estado ou sua renúncia como agente produtivo e empresarial é outra das propostas integrantes do projeto. Daqui se derivam as propostas de privatização das empresas estatais, o que contribui para a redução (estratégica) do setor público, bem como o rearranjo de toda a máquina estatal, situado na proposta mais ampla de Reforma do Estado”*⁴⁴.

Desde então, com a política de privatizações e a série de ajustes realizados, houve um processo de transferência de riquezas para o setor privado, um fortalecimento dos grandes monopólios privados e a desindustrialização e desnacionalização da economia nacional. Este processo levou à adoção do Estado Mínimo, cujas funções básicas, inicialmente, seriam manter a educação primária, a saúde e a infra-estrutura essencial ao desenvolvimento econômico. Posteriormente, notamos que nem estas funções básicas ficaram reservadas ao Estado, pois mesmo nesses setores, o Estado foi se retirando e permitindo a entrada do capital privado, fato que denota o peso ideológico intrínseco à política adotada.

⁴³ Laura Tavares Soares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000, pp. 37-38.

⁴⁴ Idem, p. 39.

É prática corrente entre os defensores do neoliberalismo – teóricos e autoridades políticas – a recusa ao “rótulo” de neoliberal. Desde as formulações teóricas, cuja marca inicial é a sociedade de Mont Pèlerin, até os auxiliares do presidente Fernando Henrique Cardoso, todos se autoproclamam liberais e definem sua posição política como consequência das mudanças políticas e econômicas que ocorreram com o processo de globalização, portanto, realistas. Marcelo Dias Carcanholo, identificou esse procedimento em um graduado auxiliar do governo FHC, o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco.

“Até bem pouco tempo atrás, ninguém no governo FHC admitia que o seu projeto era neoliberal, embora os fatos e suas políticas não deixassem a menor dúvida. Em 1996, um diretor do Banco Central se propôs a redigir um texto para justificar teoricamente o projeto de seu governo. Nele a ideologia neoliberal e as diretrizes do ‘Consenso de Washington’ são explícitas”⁴⁵.

De acordo com Carcanholo, os integrantes do governo FHC continuavam vestindo uma máscara de social-democratas e se ofendiam quando chamados de neoliberais. O autor propõe chamá-los de social-democratas ofendidos, ou envergonhados. De fato, o conceito de neoliberalismo foi formulado pelos opositores desse projeto. Aqui trabalhamos com os opositores para analisar a política neoliberal no Brasil.

A política neoliberal – tomando aqui apenas o caso brasileiro – beneficia certamente as classes e frações de classes dominantes, mas o realiza de forma desigual, beneficiando mais a certos setores e menos a outros. Para entender a exata medida dos benefícios e dos interesses em questão, uma abordagem instigante é a análise das frações de classe que compõem o bloco no poder, como a elaborada por Armando Boito Júnior.

Nesta análise, o autor considera as relações das classes dominantes dos países periféricos com o imperialismo. A burguesia dos países periféricos é dividida em: burguesia compradora, freqüentemente integrada ao capital imperialista e funciona como um prolongamento deste nos países periféricos; burguesia nacional, que tem seus interesses tolhidos pelo capital imperialista; e uma terceira fração ou setor – a burguesia interna – que ocupa uma posição intermediária entre as duas primeiras, podendo manter uma unidade com o imperialismo e, ao mesmo tempo atritar com este.⁴⁶

⁴⁵ Marcelo Dias Carcanholo. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC, p. 32. In: Manoel L. Malaguti, Reinaldo A. Carcanholo e Marcelo D. Carcanholo (Orgs.). *Neoliberalismo: a tragédia de nosso tempo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

⁴⁶ Armando Boito Júnior. *Política neoliberal...* op. cit., p. 49.

A fração monopolista da burguesia brasileira, composta pelas grandes empresas financeiras, industriais e comerciais, mantinha a hegemonia⁴⁷ no bloco no poder desde o governo Sarney. A análise detalhada da política neoliberal aplicada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e sua incidência sobre os diversos setores da burguesia demonstra que a fração monopolista era quem auferia os maiores benefícios, ainda que houvesse uma distribuição irregular dos ganhos no interior da fração.

“Nossa idéia, portanto, é que, embora o conjunto da fração monopolista, juntamente com o capital imperialista, devam ser considerados hegemônicos, o capital bancário e o capital imperialista constituem o setor da fração monopolista cujos interesses são priorizados pela política neoliberal”⁴⁸.

Na análise precedente, nenhuma das frações de classes desempenha o papel de burguesia nacional, aproximando-se os setores hegemônicos da burguesia brasileira, sobretudo a burguesia industrial, do papel de burguesia interna. Na conjuntura descrita, essa burguesia interna formava uma unidade crítica com o capital imperialista. Isto pode ser observado empiricamente, pois até protestos públicos e marchas a Brasília foram organizadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. A Fiesp, aliás, foi muitas vezes definida pela *Veja* como representante dos “*barões da indústria paulista*”, disposta a lutar contra a abertura econômica empreendida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Um novo setor da burguesia brasileira que tem a sua ascensão diretamente relacionada com a política neoliberal, é a nova burguesia de serviços. Este setor opera nas áreas de educação, saúde e, mais recentemente, na previdência privada. A burguesia de serviços é diretamente beneficiária do desmanche da área social do Estado, isto é, da redução dos gastos e dos direitos sociais. Como todas as frações burguesas no interior do bloco no poder, além do imperialismo, exercem uma forte pressão sobre o Estado para que reduza os gastos sociais, a nova burguesia de serviços se beneficia da ação conjunta de todas as frações de classe. Deve-se acrescentar que há todo um senso comum formado pelos meios de comunicação oficiais e privados que fortalece a posição da nova burguesia de serviços.

⁴⁷ Pode causar certa controvérsia o uso do termo hegemonia em dois sentidos diversos. Uma referência fundamental, não única, nessa pesquisa é Antonio Gramsci, para quem o conceito de hegemonia tem um sentido bem mais amplo, de direção intelectual e moral de um certo bloco social, que no limite, assume o sentido de conformação de toda a sociedade a um determinado projeto político. Nessas passagens a respeito do bloco no poder, o termo é usado no sentido de “*controle da política econômica por uma das frações burguesas*” como esclarece Armando Boito Júnior. *Política neoliberal...* op. cit., nota 48, p.50.

⁴⁸ Idem, p. 57.

“A apologia do mercado estigmatiza os serviços públicos e legitima a mercantilização da saúde, da educação e da velhice. A burguesia de serviços tem contado com os préstimos de toda a grande imprensa, sempre pronta para mistificar os serviços privados, em reportagens promocionais, e para explorar, de maneira falaciosa, a degradação, que é real, dos serviços públicos. Daí, as incontáveis reportagens (...) sobre a ‘falência’ dos hospitais públicos, de ensino público e do INSS, etc. (...) parecem, à primeira vista, criticar a política neoliberal de redução dos gastos sociais, mas sugerem de modo subliminar, que é inevitável e vantajoso recorrer aos serviços privados”⁴⁹.

Nas palavras de Aloysio Biondi, outro analista crítico da política do governo FHC, sem dúvida, os meios de comunicação prestaram um importante serviço às reformas orientadas para o mercado, apoiando de modo incondicional as privatizações e desenvolvendo uma *“campanha de desmoralização das estatais”*⁵⁰. A grande imprensa, de fato, esmerou-se em apresentar as reformas neoliberais como um projeto de desenvolvimento nacional e de modernização do país. Nosso objetivo, devido às limitações metodológicas, não pôde se estender para uma análise de toda a grande imprensa. Limitamo-nos à análise da cobertura e das posições difundidas pela revista *Veja* a respeito dos temas que marcaram o debate e a ação do primeiro governo FHC entre 1995 e 1998.

⁴⁹ Idem, p. 71.

⁵⁰ Aloysio Biondi. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p.14.

CAPÍTULO TERCEIRO – POLÍTICA SOCIAL

Neste capítulo analisamos os temas de política social (educação, saúde, previdência, emprego e relações de trabalho) que dizem respeito aos serviços públicos, em geral, operados pelo Estado e são os temas mais diretamente relacionados com os interesses das classes trabalhadoras e médias da sociedade. A política social expressa uma contradição entre a ideologia teórica do neoliberalismo e as políticas práticas implementadas pelos governos classificados como neoliberais. Igualmente, em *Veja*, notamos um comportamento difuso, com freqüentes ajustes de posição.

3.1 Educação

O liberalismo tem uma longa tradição de superestimar o papel da educação, ela seria garantia de elevação de renda e de consciência cívica. A revista *Veja*, não diferia desta tradição. Dedicava uma atenção especial à educação brasileira, por considerá-la fundamental para promover o desenvolvimento do país. No início de 1995 a revista, afirmava que algumas reformas precisavam ser realizadas no país, dentre estas, estava a recuperação da educação. O setor estava falido e necessitava urgentemente de investimentos, pois os professores ganhavam mal, eram mal formados e estavam desestimulados. Este seria um setor em que o governo FHC deveria investir volumosos recursos, *“mas pelo grau de deterioração, a completa recuperação (...) demorará anos, talvez uma geração”*⁵¹. A idéia difundida era a de que o governo só poderia investir nas áreas sociais, dentre elas a educação, se promovesse a venda de estatais. Gastando menos com estatais falidas, o governo teria os recursos necessários para tais finalidades.

3.1.1 Educação básica

Logo no início de seu governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso apareceu em cadeia de televisão dando aulas em duas escolas com o propósito de chamar a atenção para a educação pública. Uma semana após a aparição do presidente, *Veja* fez uma reportagem bastante crítica sobre a situação do ensino público no Brasil. Para a

⁵¹ Depois da posse e do champanhe...*Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1374, ano 28, nº 02, p. 20, 11, jan. 1995.

revista, embora fosse positivo que o presidente anunciasse a educação como sua prioridade, faltava ainda um projeto de investimento. Afirmou *Veja*: “o mapa-múndi não registra o caso de um único país que tenha conseguido vencer as mazelas da pobreza e da injustiça social sem contar com um sistema educacional sólido e eficiente”⁵².

O posicionamento da revista foi bastante independente, afirmando, inclusive, que o governo acabara lançando mão de mais uma estratégia de marketing, elaborada com a assessoria da mesma equipe que havia feito a campanha eleitoral do presidente. Na ocasião a revista acusou o presidente de fazer “propaganda sem ter mercadoria para entregar”, sinalizando a falta de projeto do governo. Diante do apelo do presidente para que os pais participassem mais da vida da escola, a revista enfatizou que isso já ocorria.

*“Sem que uma campanha nacional fosse lançada, há muito tempo boa parte dos pais (...) faz o que pode para ajudar a escola de seus filhos (...). É uma ilusão do governo imaginar que possa resolver os problemas da educação apenas com a interferência intensa da sociedade – levando às últimas conseqüências, esse raciocínio conduz à idéia de que a solução é a privatização do ensino”*⁵³.

Importante notar que a revista manifestava uma crença no papel do Estado na promoção do ensino, opondo reação a qualquer atitude que aparentasse privatização da educação. Não deixou, no entanto, de expressar a opinião, já bastante comum, de que boa parte do problema da educação estava na formação dos professores. Era sabido que parte do problema da educação estava na formação dos professores, mas entendemos que isto era um reflexo das más condições gerais da educação, nunca devidamente enfrentadas pelo Estado. O argumento simplista de lançar a culpa às vítimas, eximia de culpa o Estado, principal responsável pela situação.

Para justificar a idéia de que a formação dos professores era o maior problema da educação brasileira, *Veja* apresentou uma análise do problema da qualificação dos professores de modo mais objetivo.

“As universidades públicas têm nível de ensino melhor do que as privadas. Ocorre que a maioria dos professores que se formam nas universidades públicas faz a sua carreira no próprio meio acadêmico ou busca empregos nas escolas privadas (...) as escolas públicas, na sua maioria, recebem professores formados nas faculdades privadas que têm a fama

⁵² Escolinha do professor Fernando. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1379, ano 28, nº 07, p. 18, 15, fev. 1995.

⁵³ *Idem*, p. 22.

*merecida de ensinar pouco e cobrar muito*⁵⁴.

Ressaltamos que, embora a má-formação dos professores fosse parte do problema do ensino, esta não se explicava pela faculdade freqüentada. O argumento somente seria verdadeiro nas regiões mais desenvolvidas do país. O que se via nas regiões menos desenvolvidas eram professores que não freqüentaram um curso superior, muitos sequer cursaram o ensino médio, o antigo segundo grau.⁵⁵

Os últimos governos vinham promovendo uma privatização “branca” da educação. Algo que, mesmo que não fizesse parte de um plano deliberado, vinha ocorrendo há muito tempo. As instituições privadas de ensino não eram tributadas nas mesmas proporções de outras atividades econômicas, recebiam incentivos tributários ao serem qualificadas como entidades filantrópicas. O governo FHC parecia decidido a dar continuidade e até aprofundar essa situação aumentando a dedução das despesas com educação no Imposto de Renda.

*“O governo decidiu aumentar o desconto do imposto de renda para despesas com educação dos filhos (...) Esse desconto era de 400 reais e agora será de 1.500 reais (...) Resta saber qual é a prioridade do governo, se é dar um subsídio indireto às escolas privadas ou zelar pelo ensino público em primeiro lugar”*⁵⁶.

A posição de *Veja* até aqui não deixava dúvida. Eram argumentos fortes em defesa do ensino público estatal. Era da revista o argumento de que a situação acima descrita levava a uma privatização “branca” do ensino, situação em que os pais participavam cada vez mais da educação dos filhos e o governo se ausentava, concedia benefícios aos pais que pagavam a escola dos filhos e, de forma indireta, dava subsídio à proliferação do ensino privado.

Em abril de 1995, o governo apresentou um projeto para a educação fundamental pública, para *Veja*, tratava-se da *“melhor notícia da semana (...) dentro de dez anos o Brasil pode tornar-se um país com pouquíssimos analfabetos e nível escolar de fazer inveja”*⁵⁷. O projeto enviado ao Congresso definia o piso salarial nacional dos professores em 300 reais e propunha elevar o nível de formação dos professores. A *Veja* retomou o

⁵⁴ Idem, p. 23.

⁵⁵ De acordo com a própria *Veja*, o projeto do governo previa que dentro de cinco anos todos os professores do ensino fundamental tivessem pelo menos o 2º grau, naquele momento, em todo o país, apenas 23% dos professores do ensino fundamental havia completado o primeiro grau. Ver Tudo pelo bê-á-bá. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1415, ano 28, nº 43, p. 54, 25, out. 1995.

⁵⁶ Escolinha do professor Fernando. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1379, ano 28, nº 07, p. 23, 15, fev. 1995.

problema da formação dos professores e confirmou nossa afirmação anterior. Com base em dados do governo, a revista informou que naquele momento, a maioria dos professores ganhava menos de um salário mínimo e apenas “23% deles completaram o primeiro grau. Dentro de cinco anos, todos devem ter pelo menos o 2º grau completo.”⁵⁸

De acordo com a revista, o Brasil investia algo em torno de 129 reais por aluno/ano, pelo projeto passaria a investir 300 reais por aluno. Obrigando Estados e municípios a investirem 60% do orçamento para a educação (25%) no ensino básico – onde o investimento de 60% do orçamento não atingisse o valor de 300 reais por aluno, o governo federal faria a complementação. A revista afirmou que esses recursos, em geral, já existiam e comemorou o fato de que o projeto não previa aumento dos recursos e nem a construção de escolas.

“Pela primeira vez, o país tem um projeto que não se baseia apenas na construção de salas de aula e escolas-modelo, como os Ciacs e os Cieps dos governos Collor e Brizola. Em vez de erguer grandes obras, a reforma do governo se propõe a trabalhar com os mesmos recursos hoje destinados à educação. Seu objetivo é colocar ordem na bagunça que virou o ensino público fundamental público no país”⁵⁹.

Na avaliação do plano, *Veja* recorreu ao especialista em educação do Banco Mundial, Claudio de Moura e Castro. Para ele, as vantagens do plano estavam no fato dele criar mecanismos para evitar o desvio de recursos e pela simplicidade da solução, que não visava maiores investimentos, mas o bom aproveitamento daqueles já existentes.

De acordo com *Veja*, naquele momento havia uma média de 1 professor para vinte alunos, sendo que a média mundial era de 1 para trinta. Com a reforma, a média seria de 1 professor para vinte e cinco alunos. Note-se que o discurso mudou, pois já não era mais a falta de recursos do Estado o grande vilão da educação nacional, mas a falta de critério no uso dos recursos. Com o projeto os recursos seriam reorganizados de modo a aumentar o investimento na educação básica.

O ano de 1996 foi o ano em que o governo FHC iniciou as mudanças prometidas na educação pública. A revista tratou essas mudanças como uma “*grande revolução silenciosa*” numa área de fundamental importância. Numa pequena nota no início de 1996, *Veja* anunciou o início da reforma educacional do governo. Foi aprovada em

⁵⁷ Tudo pelo bê-á-bá. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1415, ano 28, nº 43, p. 53, 25, out. 1995.

⁵⁸ Idem, p 54.

⁵⁹ Ibidem.

primeira votação na Câmara Federal uma emenda constitucional que obrigava os Estados e prefeituras a investirem 15% de seu orçamento (60% da verba para educação – 25%) no ensino público de 1ª a 4ª série. Para *Veja* esta era uma grande mudança no ensino público.

“A emenda constitucional vai obrigar aqueles prefeitos que hoje asfaltam ou iluminam ruas perto de escolas e debitam a despesa na conta da educação a colocarem mais dinheiro nas ações diretas, como o pagamento de salários de professores e a compra de livros (...) O governo calcula que com esse dinheiro será possível garantir um piso de 300 reais”⁶⁰.

Por ocasião do seminário Promoção da Reforma Educacional na América Latina, realizado em junho de 1996, no Rio de Janeiro, *Veja* voltou a explorar o primado da criatividade sobre os recursos e sobre a orientação política dos governos. Foram citadas experiências realizadas em Angra dos Reis, um município administrado pelo PT, para confirmar a posição da revista. A novidade era a existência de Conselhos Comunitários formados por professores, funcionários, estudantes e pais. O município de Angra dos Reis adotava os conselhos e também passou a adotar a eleição dos diretores pela comunidade, em vez da simples indicação do prefeito.

“Angra dos Reis quadruplicou nesta década o salário dos professores, dobrou o número de matrículas e derrubou o índice de reprovações, de 45%, para 23% (...) O Ministério da Educação, que corria atrás, tenta agora correr na frente da novidade. Para distribuir 250 milhões de reais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, amarrou (...) os repasses numa campanha – Dinheiro na Escola Rende Mais”⁶¹.

No início de 1995, a revista afirmava que os pais já participavam bastante da vida escolar de seus filhos, mas isto seria insuficiente para resolver os graves problemas da educação. Em 1996, comemorou com entusiasmo o fato de que a participação dos pais havia aumentado e ajudava a promover avanços na educação. A mudança no discurso da *Veja* vinha ocorrendo desde o ano anterior.

De acordo com a revista, havia dois anos o Estado do Rio de Janeiro foi eleito o Estado que mais gastava com educação – nos tempos dos Cieps –, mas ostentava o oitavo lugar no país – atrás do Acre – na qualidade de ensino, para *Veja*, um atestado de que gastar dinheiro em prédio vistoso não resolvia o problema. O diagnóstico de que a

⁶⁰ Ação direta no ensino básico. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1444, ano 29, nº 20, p. 25, 15, mai. 1996.

⁶¹ Marcos de Sá Corrêa. A grande revolução silenciosa. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1452, ano 29, nº 28, p. 48, 10, jul. 1996.

educação pública brasileira estava falida, apresentado no início de 1995 e que era a justificativa para a defesa das privatizações não era mais válido para *Veja*.

Como de hábito, *Veja* recorreu a autoridades na área de educação como o detentor da patente “Pitágoras”, Walfrido dos Mares Guia; o assessor do Banco Mundial, Cláudio de Moura e Castro; João Batista de Oliveira e Sérgio Costa Ribeiro, definidos como os “*pais da nova escola*”, ou ainda “*os educadores que mudaram os rumos do ensino*”⁶². A reportagem percorreu uma vasta gama de medidas implementadas por governos municipais e estaduais, tais como: as reformas realizadas em Minas Gerais; a experiência do governo do Distrito Federal, do petista Cristovam Buarque; a experiência do governo de Antônio Brito no Rio Grande do Sul; do governo do Paraná, Jaime Lerner; e até as experiências Chilenas. Ficou evidente o esforço para evitar a impressão de apoio às reformas neoliberais e dar objetividade ao discurso de que mesmo sem grandes investimentos e com algumas mudanças pontuais e criativas, governos de diferentes partidos encontravam soluções para os problemas da educação.

Uma avaliação realizada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, divulgada no final de setembro de 1996, mostrou um fraco desempenho da educação pública paulista. Na comparação dos índices de aproveitamento dos alunos de 3ª e 7ª séries do ensino fundamental da rede pública e da rede privada de São Paulo, a rede pública apresentou um desempenho muito inferior. Para *Veja*, a avaliação apresentou os resultados esperados, mas também trouxe novidades. Foram selecionadas as cem melhores escolas públicas e nesse caso, os resultados ficaram muito próximos dos da rede privada.

*“A boa nova é que ainda existem escolas públicas capazes de rivalizar com os renomados estabelecimentos particulares, e o indicador é o desempenho dos 100 melhores colégios estaduais (...) espera-se que a secretária (...) aproveite o estudo para arregaçar as mangas e dizer a que veio”*⁶³.

O projeto TV Escola, do Ministério da Educação que viabilizava a comunicação, via satélite, entre o ministério e as escolas de todo o país, foi definido por *Veja*, como uma boa idéia que enfrentava dificuldades elementares. Para a revista, havia problemas como o despreparo dos professores e dificuldades de transmissão.

⁶² Idem, p. 53.

⁶³ Karina Pastore. Luz e trevas. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1464, ano 29, nº 40, p. 75, 02, out, 1996.

“Como idéia, o projeto de educação à distância tem vocação para ser uma revolução no ensino brasileiro. Como prática, no entanto, ainda está longe de funcionar. Em Estados como Alagoas, muitos professores têm dificuldade em operar um videocassete ou uma televisão com controle remoto (...) há ainda situações absurdas como a do Rio de Janeiro, onde toda a verba destinada ao TV Escola foi utilizada no pagamento de professores.”⁶⁴

A revista informou que no Rio de Janeiro, parte da verba foi utilizada para pagamento de salários, mas não analisou o fato de que só se usavam recursos para pagar salários de professores porque eles, evidentemente, estavam atrasados ou defasados, ou então a questão dos limitados recursos apareceu nas entrevistas, mas foi omitida. Ademais, quatro meses antes, *Veja* exaltava as experiências em educação no Rio de Janeiro. Nesta reportagem, também no Rio de Janeiro, a revista entrevistou uma diretora que guardava os equipamentos em casa com medo de que fossem roubados. Disse a diretora: *“para que serve coisas tão caras, se o professor não tem o que comer”*. A revista informou que numa escola com sete professores somente dois concluíram o ensino médio (magistério) e o salário era de 60 reais mensais. Ainda assim, passou pelo problema dos salários como se não interessasse aos seus leitores.

Apesar das críticas, a reportagem terminou fazendo um relato positivo do programa TV-Escola. Cerca de 5 milhões de alunos teriam sido atendidos pelo programa e, onde funcionava bem, tinha a aprovação de professores e alunos. Para *Veja*, o programa tinha muitas vantagens, a principal delas era que diferentemente dos Cieps e Ciacs, nele não era investido um “rio de dinheiro”. Todo o esforço da revista, apresentado de modo explícito, foi o de provar que a educação brasileira podia ser melhorada, ou revolucionada sem grandes investimentos. Ademais, a comparação com os Cieps e Ciacs retornava a todo momento, mesmo em textos com autores diferentes. Isto demonstrava um “padrão *Veja*” de cobertura: marcar a memória do leitor com o que merecia apoio ou oposição.

Em uma grande reportagem sobre as mudanças no emprego no Brasil e no mundo, embora a matéria não fosse para tratar da educação que sempre ocupava uma seção especial, *Veja* procurou ressaltar as conquistas do atual governo e estendeu sua referência também aos governos anteriores. De acordo com a revista estaria havendo um impulso modernizador e por isso a educação estaria melhorando no país desde o ano de 1980.

⁶⁴ Thomas Traumann. Aula via satélite. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1465, ano 29, nº 41, p. 96, 09, out,

“A educação está melhorando, em comparação ao que era há algumas décadas. Nunca houve tantos estudantes matriculados em cursos de 2º grau ou em universidades. O número de analfabetos cai ano a ano. Em 1980, eles representavam 25% da população. Dez anos depois, a taxa havia caído para 18%”⁶⁵.

De acordo com a revista, em 1996, o país atingiu a marca de 90,8% de suas crianças entre 7 e 14 anos matriculadas. A revista comemorou o fato, mas ponderou que este índice ainda não era o ideal e estava bem abaixo dos índices exibidos por países como Bélgica, 99,4%; EUA, 97,7% e Alemanha 97,8%. A revista ponderou também que a qualidade da educação brasileira era ainda muito ruim e que os índices de evasão e reprovação eram muito altos, apenas 45% das crianças matriculadas concluíam os oito anos iniciais, enquanto 40% delas eram reprovadas na primeira série.⁶⁶

A educação brasileira estava mesmo em expansão, evidentemente como resultado de vários fatores como a urbanização crescente do país, o crescimento das exigências do mercado, o aumento do nível educacional dos pais, o aumento da influência dos meios de comunicação e até algum investimento governamental. No entanto *Veja* não analisou esses fatores que influenciaram a expansão da educação brasileira, não aproveitou para fazer, como todas as vezes em que analisava questões como privatizações, desemprego, reformas (previdenciária, tributária), dívida pública, etc., em que nos mostrava os exemplos de outros países. A modernização estava mesmo ocorrendo, não somente no país. A educação estava em ascensão sim, mas em todo o mundo. Num quadro desses, tanto pior se a educação brasileira não tivesse avançado.

Em 1998 entrou em vigor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério, FUNDEF, o popular Fundão, uma das últimas medidas da reforma educacional iniciada em 1996. *Veja* recorreu aos dados relativos às primeiras mudanças implementadas para analisar a reforma que já definira como uma *“revolução silenciosa”* na educação brasileira.

De acordo com a revista, o Brasil já gastava com a educação cerca de 400 dólares por aluno, valor maior do que países como o Chile e a Argentina e equivalente ao de

1996.

⁶⁵ Antenor Nascimento e Roger Ferreira. O funil estreitou. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1473, ano 29, nº 49, p.121, 04, dez. 1996.

⁶⁶ Ver Andréa Barros. A escola de todos. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1434, ano 31, nº 07, pp. 68-69, 18, fev. 1997.

países como a Espanha e Portugal, mas esse dinheiro era repassado para os Estados e gasto em grandes obras. A reforma educacional do governo mudou a lógica.

Entre as mudanças, Estados e municípios deveriam investir 15% de seus orçamentos (60% do orçamento para educação) no ensino fundamental, no mínimo 315 reais por aluno, os que não apresentassem condições ganhariam ajuda do governo federal; pela lei do Fundão, 60% dos recursos seriam gastos com o pagamento de salários, para garantir salários de 330 reais por uma carga de 20 aulas semanais; o dinheiro do Fundão seria repassado de acordo com o número de alunos matriculados, o que já teria levado à matrícula de 1,5 milhão de alunos em 1997 a mais do que em 1996 pelos municípios; uma comissão do Ministério da Educação passou a avaliar os livros didáticos e a distribuição destes ficaria mais ágil sendo enviados diretamente às escolas; o governo havia equipado 42.000 escolas com aparelhos de TV, vídeo cassete e antena parabólica, atendendo 410.000 professores e 13 milhões de alunos; os recursos para manutenção e reforma das escolas e aquisição de merenda escolar passaram a ser encaminhados diretamente para escolas e seriam administrados pelas Associações de Pais e Mestres; o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Inep, já realizava avaliação dos alunos do ensino fundamental desde 1995 e passaria a avaliar também os alunos do ensino médio (2º grau); para resolver o problema de repetências foram criadas classes especiais de aceleração; até o final de 1997, o MEC deveria colocar 100.000 computadores em 6.000 escolas de ensino fundamental e preparar agentes multiplicadores para orientar o trabalho com informática; o ensino técnico profissionalizante foi desvinculado do ensino básico (2º grau), os estudantes de ensino técnico teriam de cursar o ensino médio e um ano a mais para obter o diploma de curso técnico; o governo começou a distribuir 600.000 exemplares dos novos currículos de 1ª a 4ª séries com conteúdos reformulados⁶⁷.

“Dentro de quatro a cinco anos, o Brasil estará colhendo os bons resultados de uma verdadeira revolução silenciosa que está mudando a cara do ensino fundamental, que vai da 1ª à 8ª série (...) a política educacional do governo deu um belo salto, ganhou dinamismo e já começa a fazer algumas diferenças”⁶⁸.

Apoiada em argumento de autoridade do especialista em educação do Banco Mundial, Cláudio de Moura e Castro, para quem *“a política educacional de hoje é a mais*

⁶⁷ Ver Esdras Paiva. O simples funciona. *Veja*, São Paulo: Abril, Edição 1544, ano 31, nº 17, pp. 94-97, 29, abr. 1998.

*consistente das últimas décadas*⁶⁹, *Veja* teceu elogios entusiasmados à reforma educacional do governo. Para a revista, de acordo com o posicionamento apresentado anteriormente, o plano era bom porque não envolvia grande montante de dinheiro investido de qualquer jeito, mas contava com uma racionalização dos recursos já existentes, e investimentos possibilitados pelo Fundão. De acordo com *Veja*, a educação fundamental passou a contar com 13 bilhões de reais por ano, o dobro dos anos anteriores.

O Ministério da Educação realizou um estudo para avaliar os professores de todo o país, o Censo do professor. Os resultados do estudo ganharam, nas páginas de *Veja*, um tratamento privilegiado. A revista informou que o nível de formação dos professores aumentara bastante nos últimos anos e o nível salarial também. De acordo com o estudo do MEC, 49% dos professores estudaram até o nível superior, 39% o ensino médio com magistério, 5% o ensino médio sem magistério e apenas 7% não completaram o ensino médio. No quesito salário, o estudo demonstrou que 7% dos professores ganhavam menos de um salário mínimo, 19% ganhavam de 1 a 2 salários mínimos, 17% ganhavam de 2 a 3 salários mínimos, 22% ganhavam de 3 a 5 salários mínimos, 15% ganhavam de 5 a 7 salários mínimos, 9% ganhavam de 7 a 10 salários mínimos e 7% ganhavam 10 ou mais salários mínimos⁷⁰.

“O estudo revela que a situação dos profissionais da área mudou muito nos últimos anos e o Brasil se prepara para entrar em um novo ciclo de desenvolvimento da educação (...) os números do censo demonstram que o país já está de posse de grande parte dos requisitos necessários para garantir escola à imensa maioria da população brasileira. Uma revelação importante é de que estão sobrando educadores no país. Eles formam um time de 1,6 milhão de profissionais, 400.000 a mais do que a conta original. Isso significa um professor para cada 30 alunos”⁷¹.

A afirmação acerca do aumento dos salários, apresentada com destaque, não problematizou o fato de que um percentual de 43% dos professores de todo o país ainda ganhava entre 1 e 3 salários mínimos, ou seja, até 390 reais considerando o salário mínimo da época, 130 reais. Um percentual nada modesto de 26% dos professores

⁶⁸ Idem p. 94.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ver Esdras Paiva e Eduardo Junqueira. Quem ensina nossos filhos. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1559, ano 31, nº 32, pp. 96-101, 12, ago. 1998.

⁷¹ Idem, p. 97.

ganhava até dois salários mínimos (até 260 reais), enquanto, na outra ponta da escala, apenas 16% dos professores ganhava mais 7 salários mínimos. Mudanças ocorreram, mas havia muito pouco a comemorar ainda. É importante lembrar que o projeto do governo federal era que todos os professores ganhassem 330 reais, no mínimo.

A reforma educacional do governo priorizou o ensino fundamental (1ª a 8ª série), o ensino médio permaneceu praticamente intocado. Ao final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo ainda prometia uma reforma também no ensino médio. De acordo com *Veja*, o Conselho Nacional da Educação já preparava medidas a serem implementadas a partir do segundo semestre de 1998, com o “*objetivo principal de devolver ao ensino médio o caráter de formação geral*”⁷².

3.1.2 Educação superior

Desde o início do governo FHC, o Ministério da Educação manifestava a intenção de avaliar o ensino superior do país. Segundo *Veja*, a proposta do governo era interessante e necessária, mas enfrentava resistências, pois afetava interesses corporativos de uma classe que se recusava a ser avaliada – a comunidade acadêmica. Até então as instituições de ensino superior não eram fiscalizadas, uma avaliação era feita no momento da criação dos cursos e outra somente após dois anos. Pela proposta, o governo pretendia aplicar uma prova para os estudantes ao final do curso, mas a avaliação não era dos alunos e sim das universidades ou faculdades.

Para a revista, “*o dado positivo é que há muito tempo o governo convive com o descalabro da educação e desta vez, pelo menos, resolveu tomar uma providência.*”⁷³ Houve muita resistência por parte da comunidade acadêmica. De acordo com a revista, muitos iriam dizer que a avaliação era ditatorial e, citando o presidente Fernando Henrique Cardoso, concluiu que: “*ditatorial é cobrar caro e não ensinar nada.*”

Veja destacou as experiências que já existiam no sentido de avaliar a qualidade da formação dos estudantes, como a avaliação realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Iniciativa já muito conhecida, em vigor há mais de 20 anos, a “prova” da OAB era que, de fato, autorizava o exercício da profissão.

Sobre a avaliação da OAB, *Veja* informou que o índice de reprovação era de 70%

⁷² Alice Granato. A segunda onda. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1545, ano 31, nº 18, p. 93, 06, mai. 1998.

⁷³ A última prova. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1384, ano 28, nº 12, p. 48, 22, mar. 1995.

entre os alunos recém-saídos da faculdade. A saída encontrada pelos futuros advogados, que já havia se tornado tradicional, foram os cursinhos para ajudar os bacharéis a obterem a aprovação. Segundo *Veja*, esse era um subproduto indesejável da avaliação da OAB.

O governo argumentava que, a partir da avaliação, os estudantes iriam começar a selecionar as faculdades, fazendo com que as boas tivessem maior procura. As leis de mercado dariam conta de penalizar as péssimas faculdades. Para *Veja*, se as leis de mercado fossem tão eficientes assim, os cursos de Direito com baixos índices de aprovação teriam sido fechados, mas esse não foi o resultado. O que se viu foi a proliferação de cursinhos que cobravam mensalidades equivalentes às das faculdades. Segundo a revista, a exemplo do que ocorreu com os cursos de direito, a idéia do ministro Paulo Renato corria o risco de *“provocar a explosão de cursinhos específicos para a prova de final de curso”*⁷⁴.

Naquele momento da cobertura (início de 1995), *Veja* manifestava uma posição contrária a todas as formas de contornar o problema da educação brasileira, esboçadas pelo governo. A revista corria o risco de ser acusada de “fracassomania”, adjetivo com o qual o governo e os meios de comunicação – inclusive *Veja* – brindavam aqueles que duvidavam ou discordavam de suas orientações.

No início de 1985, *Veja* realizou uma grande reportagem sobre a Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, que vinha obtendo excelentes resultados. Ela tinha, segundo *Veja*, 99% de seu quadro atuando em regime de dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa, era um centro de excelência em pesquisas nas áreas de biologia, zootecnia e agropecuária.

Ao ressaltar os bons resultados obtidos pela UFV, *Veja* difundiu preconceitos, afirmou, por exemplo, que lá não se formavam alunos nos cursos da área de Ciências Humanas – *“há sociólogos demais e engenheiros de menos na praça”* –, e que os professores de Viçosa eram contrários à isonomia de salários entre os funcionários públicos, bandeira antiga dos sindicalistas ligados à CUT. Não pararam por aí as manifestações de preconceito com relação às áreas do conhecimento. A revista informou que no departamento de biologia não há ninguém estudando HIV, *“as pesquisas lá são sobre manejo integrado de pragas e comportamento dos insetos, ambos de grande*

⁷⁴ Idem, p. 49.

*interesse para a agricultura e a pecuária*⁷⁵.

Uma das possibilidades de interpretação do posicionamento de *Veja* é que a revista hierarquizou o conhecimento, atribuindo a si o direito de supor o que era melhor para uma instituição de ensino ou para uma categoria. Essa possibilidade não está descartada, no entanto, a reportagem permitiu entender os argumentos sob um outro prisma. Uma das receitas do sucesso da UFV estaria nos patrocínios que ela recebia de setores que tinham interesse nas pesquisas que lá se realizavam.

*“Nos últimos anos, a UFV encontrou diversas formas de conseguir dinheiro para suas pesquisas, sem depender do governo. A fundação Arthur Bernardes, ligada à universidade, tem mais de 300 convênios com a iniciativa privada, que rendem cerca de 3 milhões de dólares por ano (...) Entre as empresas, estão gigantes como a Nestlé, a Monsanto, a Cica e a Cooperativa dos Produtores de Álcool do Estado de São Paulo.”*⁷⁶

A matriz do discurso era privatista. A UFV era um sucesso porque captava recursos na iniciativa privada e investia no desenvolvimento de pesquisa de interesse das empresas que a financiavam. Ademais, *Veja* difundiu a idéia de que pesquisa importante era a “aplicada”, aquela que tem retorno imediato, relegando a segundo plano as chamadas pesquisas “puras”. Chegamos, assim, às duas possibilidades de interpretação dos argumentos defendidos por *Veja*, elas estão imbricadas de modo inseparável: a hierarquia do conhecimento era estabelecida pelo financiamento privado da pesquisa, aplicada para fins privados.

A reportagem não dedicou uma linha sequer para falar do fato de que não havia muitos centros de excelência em ensino e pesquisa, financiados totalmente pela iniciativa privada. O mais comum era que, formada a infra-estrutura básica e mantendo-se os salários à custa do Estado, o capital privado investia em pesquisas que lhe permitissem desenvolver novas tecnologias, logo, novos produtos a serem colocados no mercado num prazo curto ou médio.

O Exame Nacional de Cursos, o “Provão”, começou, em 1996, a ser aplicado para os alunos dos cursos de Direito, Administração e Engenharia Civil. *Veja* esclareceu que o exame visava avaliar os cursos e não os estudantes e que não se tratava de estabelecer um ranking das melhores faculdades e universidades do país, como era feito em outros

⁷⁵ Laurentino Gomes. Bom exemplo na roça. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1385, ano 28, nº 13, p. 64, 29, mar. 1995.

⁷⁶ Idem, p. 65.

países. Apenas se pretendia avaliar e apresentar à sociedade, de um modo geral, a situação do ensino superior no país.

De acordo com a revista, a avaliação era a principal iniciativa do governo no ensino superior, mas ocorria sob protesto de estudantes, professores e reitores, inclusive com recursos à justiça para impedir a sua aplicação. A União Nacional dos Estudantes, UNE, temia que os alunos viessem a ser cobrados por uma nota baixa no provão na hora de procurarem emprego. Muitos reitores – em geral de universidades públicas – também eram críticos da medida. Os argumentos variavam, desde preocupação com as comparações indevidas entre uma universidade e uma fábrica, até o fato de algumas universidades darem prioridade à prova e não à formação dos estudantes como um todo.

A revista defendeu o “provão”, entrevistando acadêmicos e autoridades favoráveis à sua aplicação. O cientista político Wanderlei Guilherme dos Santos avaliou o teste como positivo, pois demonstraria se a universidade estava de fato, preparando bem os seus alunos. A revista recorreu ainda ao assessor do Banco Mundial para educação, Cláudio de Moura e Castro, para quem o meio universitário não podia achar que estava acima do bem e do mal e se recusar a ser avaliado.⁷⁷

Realizado pela primeira vez no final de 1996, o provão foi um dos assuntos importantes sobre a educação superior no início de 1997. Segundo *Veja*: “*depois de décadas trabalhando às cegas, finalmente o Ministério da Educação e Cultura, MEC, tem um retrato do ensino universitário nacional*”⁷⁸. Naquele ano, foram avaliados apenas os estudantes de Administração, Direito e Engenharia Civil, que correspondiam a 55.000 dos 230.000 universitários que se formavam anualmente e 616 faculdades das 850 existentes do país.

A reportagem traçou um perfil das melhores universidades brasileiras a partir do desempenho nas avaliações que consideraram: o desempenho dos alunos do último ano, a qualificação do corpo docente e o regime de trabalho dos professores.

“A melhor universidade é pública, tem mais de cinquenta anos, reúne em seu corpo docente uma grande concentração de mestres e doutores, privilegia a pesquisa e abriga alunos do 2º grau que cursaram, em boa parte

⁷⁷ Ver Gérson Camarotti. Vestibular para sair da faculdade. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1469, ano 29, nº 45, p. 122, 06, nov. 1996.

⁷⁸ Eduardo Oinegue. O rosto do ensino superior. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1493, ano 30, nº 17, p. 86, 30, abr. 1997.

*dos casos, escolas particulares (...) esse é o perfil padrão da boa faculdade brasileira. São 71 as escolas de ponta, agraciadas com a nota A no teste*⁷⁹.

Avaliadas 404 faculdades privadas e 212 públicas, verificou-se que 47 das 71 que ficaram com nota A eram públicas e 24 eram particulares. Isto bastou para *Veja* ressaltar que a avaliação provou que *“a iniciativa privada tem condições de tocar cursos sérios*⁸⁰. A própria reportagem acabou informando que uma em cada quatro universidades públicas avaliadas ficou com nota A, enquanto entre as faculdades privadas, apenas uma em cada dezessete conseguiu a nota A. Essa diferença só não foi maior por causa do boicote promovido pelas entidades estudantis nas faculdades públicas.

No extremo oposto das universidades e faculdades com nota A, com instalações, na maioria dos casos, precárias, mas com bibliotecas, professores e alunos bem avaliados, a revista demonstrou que um outro grupo das faculdades contavam com instalações invejáveis, mas com um desempenho sofrível nos testes, tanto de alunos, como de professores.

*“As seis escolas brindadas com um triplo E são privadas – cinco de administração e uma de direito. Há várias escolas públicas entre as 170 que tiraram D ou E no provão, mas a grande maioria tirou nota baixa por conta do boicote da UNE*⁸¹.

A primeira edição do provão comprovou o que todo mundo já sabia. As melhores universidades e faculdades eram públicas, contavam com um corpo docente qualificado e alunos de boa formação básica e que haviam passado por rigorosos e concorridos exames vestibulares. Entre as melhores havia algumas escolas privadas. De outro lado, as piores universidades e faculdades eram particulares, investiam em instalações suntuosas, mas tinham um corpo docente pouco qualificado e alunos de formação básica precária e cujos exames de ingresso, via de regra, não eram muito rigorosos nem concorridos. A intenção do governo informava *Veja*, não era apontar as melhores faculdades, mas identificar as piores e analisá-las concretamente, expondo-as à sociedade.

⁷⁹ Paula Autran e Vladimir Netto. Clubes das AAA. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1493, ano 30, nº 17, p. 88, 30, abr. 1997.

⁸⁰ Idem, p. 89.

⁸¹ Daniel Nunes Gonçalves e Karina Pastore. Ensino precário. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1493, ano 30, nº 17, p. 92, 30, abr. 1997.

O provão permitiu traçar um perfil do universitário brasileiro. Havia um mito de que a maioria dos estudantes das universidades públicas seria oriunda de escolas privadas de ensino médio. Os dados do provão de 1996 demonstraram uma realidade bem diversa.

“No curso de direito das universidades federais, por exemplo, 34% dos formandos estudaram em colégios públicos e 38% em escolas particulares. Os demais fizeram um 2º grau misto (...) No caso dos cursos de administração, há mais alunos estudando em universidade federal oriundos da rede pública do que de escolas privadas”⁸².

De acordo com *Veja*, os dados colhidos pelo provão tinham razão de ser: “a escola particular não é melhor que a pública”. A afirmação, amparada em exames realizados pelo MEC surpreendeu pela objetividade, mas a revista vinha afirmando que o ensino médio da rede pública estava falido e explorava o mito de que os estudantes de escolas privadas no ensino médio entravam nas universidades públicas. Essa era a primeira equação perversa do ensino superior, que apresentamos em outro tópico.

3.1.3 Crise na universidade pública e crescimento do ensino superior privado

Em uma grande reportagem com o título, “*Inflação de mestres e doutores*” *Veja* analisou os problemas da educação superior pública no Brasil. A revista afirmou que o Brasil tinha 60.000 mestres, doutores e pós-doutores. Formavam-se 10.000 deles a cada novo ano e o número de cursos de pós-graduação teria dobrado desde 1987.

“As verbas públicas disponíveis para pesquisas e bolsas de estudo estão na casa de 1 bilhão por ano. São números formidáveis que disfarçam uma crise. Dos 1.770 cursos de mestrado e doutorado existentes, pouco mais de metade deveria estar fechada (...) no caso das universidades federais (...) a paisagem é mais pavorosa: só um terço dos cursos passa na peneira da qualidade.

O CNPq coloca um brasileiro a cada três horas para estudar fora do país, em média (...) O governo paga passagem de ida e volta para a família, seguro-saúde e auxílio moradia, além de outras taxas cobradas pelas universidades.”⁸³

As universidades tinham autonomia para criar e fechar cursos, mas cabia ao

⁸² Valéria França. Perfil apático. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1493, ano 30, nº 17, p. 94, 30, abr. 1997.

⁸³ Neuza Sanches. Inflação de mestres e doutores. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1398, ano 28, nº 26, p. 64, 28, jun. 1995.

governo entrar com as verbas que estavam aumentando, inclusive para estudos no exterior. De acordo com *Veja*, no caso do CNPq, as verbas mais que triplicaram nos últimos dez anos. A reportagem deixou a impressão de que era um enorme privilégio estudar por conta do CNPq.

Veja ponderou que as bolsas eram necessárias, pois os professores, e a universidade brasileira, se beneficiavam do estudo no exterior, do acesso a pesquisas que aqui não eram feitas. Mas a reportagem procurou demonstrar que havia um descompasso entre os recursos investidos e a produção científica. De acordo com a revista, desde 1980, o número de teses defendidas teria dobrado, mas os recursos no período mais que quintuplicaram.

As críticas à má utilização dos recursos seguiram, apoiando-se em argumentos de tom oficial. Para o presidente do CNPq, José Galizia: *“dinheiro para pós-graduação nas universidades não falta. O que existe é desperdício por parte das universidades.”* Outra afirmação oficial: *“Quem disser que o professor universitário ganha pouco no Brasil está mentindo”*, diz o ministro Paulo Renato. Recorrendo a um argumento de autoridade, *Veja* entrevistou o amigo público do presidente, o filósofo José Arthur Gianotti, que disse: *“Apesar dos problemas, a pós-graduação brasileira ainda é a melhor da América Latina”*⁸⁴. A revista fez questão de lembrar que, embora fosse do meio acadêmico, Gianotti era um crítico contumaz do corporativismo da comunidade acadêmica.

O ensino superior brasileiro, segundo *Veja*, convivia com três equações perversas: a primeira era que estudantes oriundos de famílias mais ricas e matriculados em boas escolas privadas no ensino secundário tinham melhores condições de entrar em universidades públicas; a segunda referia-se ao custo, para o contribuinte, dos estudantes das universidades públicas, em média de 5.000 a 10.000 reais por ano, enquanto o Estado gastava apenas entre 100 e 200 reais por aluno no ensino primário e entre 600 e 1.000 reais por aluno no ensino secundário; a terceira equação era a que colocava o ensino superior definitivamente no terreno dos negócios sob o signo do lucro.⁸⁵

A terceira equação acima mencionada, segundo *Veja*, tinha como consequência a evasão de renomados professores das universidades públicas para as novas faculdades e universidades privadas, a fim de reforçar o quadro de professores destas novas universidades para a disputa de alunos no mercado.

⁸⁴ Idem, p. 67.

⁸⁵ Ver Lucro e qualidade na educação. Carta ao leitor. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1525, ano 30, nº 49, 10, dez. 1997.

“Alguns dos cérebros mais brilhantes, muitos dos cientistas mais prolíficos, gente que devotou décadas à busca do conhecimento e ao ensino de gerações está abandonando a universidade pública e batendo às portas de escolas particulares – as mesmas que até dez anos atrás, em tom de chacota e desprezo, eram chamadas de ‘caça-níqueis’, ‘arapucas’ e ‘pagou-passou’”⁸⁶.

Os números apresentados pela revista eram expressivos e atingiam as principais universidades estaduais e federais do país. A USP perdera 782 professores e os alunos já se amontoavam para assistir às aulas nos cursos de Ciências Humanas; a Unicamp, perdera 170 professores apenas nos últimos dois anos; a UFRJ perdera 320 professores entre 1994 e 1997; a UnB perdera 253 professores entre 1994 e 1997.

A causa principal dessa “*diáspora*” era o salário congelado há três anos e as ofertas de salários bem mais altos pelo setor privado. Havia também, segundo *Veja*, “o *privilégio da aposentadoria integral*”, aos 30 anos de trabalho para os homens e aos 25 anos para as mulheres, e a aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade.

De acordo com *Veja*, a universidade pública era uma grande conquista brasileira que vinha desde os anos 30 e nela se formaram os mais ilustres empresários intelectuais e políticos do país. Mas os estudos realizados pelo MEC provaram que a maioria dos estudantes das universidades públicas em todo o Brasil era oriunda de famílias pobres.

“As universidades públicas possuem seus alunos ilustres, ali os estudantes vindos de famílias mais ricas têm mais facilidades de ingresso – justamente porque são as mais disputadas –, mas é um erro pensar que se trata de um abrigo de privilegiados. Um levantamento com 5.000 estudantes de 38 universidades federais mostra que 75% dos alunos vivem em famílias em que cada pessoa dispõe, no máximo, de 240 reais de renda mensal...”⁸⁷.

A revista apresentou muitas ponderações, desde o fato de que as universidades públicas não eram um “*abrigo de privilegiados*”, que os professores eram muito mal remunerados, que se corria o risco de desmontar o pouco de vida acadêmica que o país conquistou e liberar os principais cientistas e intelectuais da universidade pública para alimentar a avidez pelo lucro das universidades e faculdades privadas. Procurou também destacar que havia universidades particulares que apresentavam muita qualidade há muito tempo como as PUCs e o Mackenzie dentre outras.

⁸⁶ Joaquim de Carvalho e Ricardo Balthazar. *Diáspora de cérebros*. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1525, ano 30, nº 49, p. 112, 10, dez. 1997.

⁸⁷ Idem, p. 114.

A reportagem, sem dúvida, alertou para problemas reais, como os baixos salários dos professores das universidades públicas – sem aumento desde 1994 – a evasão destes para as faculdades e universidades particulares, a proliferação de instituições de ensino privado sem muita qualidade e a transformação de faculdades inexpressivas em universidades.

Ficou no ar uma preocupação: o que, de fato, *Veja* estava apresentando em destaque? A questão salarial era evidente, mas era parte da política adotada e toda vez que havia uma manifestação contrária ao projeto do governo, *Veja* saía em defesa do governo e combatia o corporativismo dos servidores públicos. A lógica de mercado das faculdades e universidades particulares era já evidente, mas a revista sempre defendeu as leis de mercado em todos os setores, abrindo exceção para a educação básica, é verdade, mas nunca em defesa de grandes investimentos no ensino superior.

É razoável considerar que a reportagem dava grande repercussão ao fato de que as universidades e faculdades particulares estavam investindo alto para disputar os candidatos que não conseguissem ingresso na universidade pública. Igualmente, a reportagem cumpria também o propósito de apresentar uma onda de crescimento num setor historicamente dominado pelo Estado e que, com a liberalização daquela conjuntura registrava grandes investimentos privados, grandes negócios e oportunidade de salários superiores aos pagos pelo Estado.

Os professores das universidades federais estavam em greve havia um mês. *Veja* iniciou uma série de reportagens sobre a universidade pública brasileira. O diagnóstico era de uma profunda crise. Haveria excesso de professores e falta de alunos, apenas 11% da população brasileira entre 18 e 24 anos freqüentava universidade. A revista reconheceu que os salários eram baixos e estavam há três anos sem reajustes, mas isso não ocorria por falta de recursos e sim porque havia um inchaço de pessoal e muito dinheiro mal aplicado, 87% era consumido em folha de pagamento.

De acordo com *Veja*, o Brasil gastava 1,1% do PIB com o ensino superior, isto era mais do que gastava a França, 0,9% do PIB. A relação professor aluno era outro item em que Brasil estava na frente de países desenvolvidos, no Brasil haveria 1 professor para cada 9 alunos, no Canadá esta relação era de 1 professor para 17 alunos. Cada aluno matriculado nas universidades públicas brasileiras custava ao governo 11.300 dólares, enquanto na Alemanha cada aluno custava 8.300 dólares.⁸⁸

⁸⁸ Ver Esdras Paiva. Silêncio geral. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1547, ano 31, n° 20, p. 107, 20, mai. 1998.

O problema, informava *Veja*, era que os professores só falavam em salários, mas a universidade pública brasileira estava necessitando de uma reforma profunda. As universidades federais teriam se tornado cabide de emprego, perdiam seus melhores quadros para as universidades privadas e viam muitos de seus mais antigos professores se aposentarem, pois com isto passariam a ganhar até 30% mais do que os salários na ativa. Além disso, as universidades públicas brasileiras não premiavam o mérito de seus bons profissionais, pois obedeciam ao princípio da isonomia salarial.

Ao final da greve dos professores das universidades federais, *Veja* promoveu uma ampla análise do problema da universidade pública brasileira em geral e das federais em particular. De acordo com a revista eram muitos os problemas que assolavam as universidades federais, mas entre estes problemas não estava a falta de recursos. O país gastava com as universidades federais mais do que Alemanha e o Canadá, mas estes recursos eram mal utilizados, sua maior parte ia para o pagamento de salários. Entre os problemas apresentados estavam: excesso de pessoal (professores e funcionários) em relação ao número de alunos; orçamento engessado, não era possível aos reitores fazerem economia de recursos; a produção científica do país era até alta numericamente, mas de baixa qualidade e estava concentrada em três ou quatro universidades estaduais, como as paulistas; a verba das universidades federais era distribuída em função do número de funcionários e professores e não do número de alunos ou da qualidade da instituição; o corpo docente das universidades federais era mal preparado, apenas 28% tinha título de doutorado.⁸⁹

Dentre os vários problemas relacionados, segundo *Veja*, um seria o principal empecilho à reforma necessária: o corporativismo da comunidade acadêmica que recusava terminantemente até mesmo uma avaliação para identificar os principais problemas. De acordo com a revista todas as propostas que visavam à melhoria da qualidade do ensino, da formação dos professores e o uso adequado dos recursos públicos eram interpretadas como o início de um processo de privatização.

“Quando o ministro Paulo Renato de Souza instituiu o provão, há dois anos, para avaliar a qualidade das instituições de ensino superior, foram as faculdades federais que manifestaram a mais ferrenha oposição. Nas particulares, o medo de notas baixas na avaliação levou-as a investir na

⁸⁹ Ver Esdras Paiva e Maurício Lima. À espera da reforma. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1555, ano 31, nº 28, pp. 38-43, 15, jul. 1998.

qualificação dos docentes (...) nas universidades federais não houve atitudes...⁹⁰.

Para a análise dos problemas das universidades federais *Veja* orientava-se pelo modelo de universidade norte-americana, recorrendo a analistas defensores desse mesmo modelo. Foram consultados pela revista analistas como Cláudio de Moura e Castro, consultor para educação do Banco Mundial, e a professora Eunice Durham, do Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da USP e, posteriormente, assessora do Ministério da Educação. Uma das linhas mestras do modelo norte-americano defendido pelo Banco Mundial era a avaliação dos docentes para a aferir sua produtividade e remunerá-los a partir dessa avaliação. Outra linha era a defesa da cobrança de mensalidades nas universidades públicas e a complementação dos recursos mediante financiamento privado do ensino e da pesquisa. Tratava-se de uma proposta privatista que a comunidade acadêmica brasileira em sua maioria recusava. Quanto às críticas relativas à pouca qualificação dos docentes, ainda que pertinentes, elas omitia, o fato de que a própria defasagem salarial dificultava a melhor qualificação, por outro lado, a revista e seus analistas não tocaram no fato de que faltavam estímulos e condições objetivas para a melhor qualificação do quadro de docentes. As bolsas de estudos eram limitadas e o valor irrisório, aproximadamente 720 reais, congeladas desde 1994.

3.2 Saúde

A saúde pública é outra área que *Veja* identificou como à beira da falência no início de 1995. Segundo a revista os médicos ganhavam mal e era preciso, portanto, mais investimentos estatais nessa área. Para que o Estado pudesse investir na saúde, no entanto, deveria gastar menos em outras áreas. Este era um dos setores em que a revista defendia maior presença do Estado.⁹¹

3.2.1 Saúde pública

Logo no início de sua gestão à frente do Ministério da Saúde, o ministro Adib

⁹⁰ Idem, p. 42.

⁹¹ Ver Depois da posse e do champanhe... *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1373, ano 28, nº 02, pp. 20-25, 11, jan. 1995.

Jatene apresentou a proposta de cobrar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF. A proposta do ministro visava a arrecadar mais 6 bilhões de dólares por ano para investir na saúde, que até então era mantida com aproximadamente 14 bilhões de dólares/ano. *Veja* tratou o assunto, desde o início, com pesadas críticas e afirmando de forma contundente que se tratava de um plano eleitoreiro. Se volumosos recursos provenientes do novo imposto saíssem, “*Jatene será o primeiro ministro do governo tucano a ter uma obra para mostrar nas futuras eleições. Caso não receba o dinheiro, poderá culpar o governo pelas mazelas da saúde...*”⁹².

O dinheiro arrecadado com a CPMF tinha o objetivo de pagar melhor aos médicos, aos hospitais particulares, bem como manter em dia os salários dos servidores. Para *Veja* eram medidas necessárias, mas não bastavam, pois se o problema da saúde fosse só caixa, o sistema não estaria em petição de miséria. De acordo com a revista, havia problemas de ordem administrativa que fazia da saúde uma “*máquina desconhecida na qual é triturado dinheiro federal, estadual e municipal*”⁹³. Como havia tratado a educação pública, *Veja* começava a mudar o discurso em relação à saúde, passando a apresentar como maior problema a má distribuição dos recursos existentes em lugar da falta de investimentos.

A revista ainda expressava uma preocupação com a manutenção dos serviços básicos de saúde estatais pelo menos para a população mais pobre. Com relação à proposta do ministro de que se legalizasse o pagamento “por fora” aos médicos – mecanismo que permitia a uma pessoa ser atendida por um médico que prestava serviço ao setor público, mas pagando parte “por fora” para ter atendimento preferencial e em prazo menor no consultório particular – *Veja* foi taxativa: isto trazia o risco de haver um sistema para quem podia pagar e outro para quem não podia pagar.

Ainda numa linha crítica à proposta do ministro, *Veja* recorreu aos argumentos de um especialista, o presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, definida pela revista como a “*Fiesp da saúde*”, para quem, era claro que os hospitais privados iriam ganhar dinheiro com a proposta do ministro.

Veja informou que um quinto dos hospitais privados do país foram construídos com empréstimos subsidiados com juros negativos, ademais os hospitais privados eram beneficiados com isenção do Imposto de Renda e INSS, por serem de utilidade pública, embora tratassem apenas de ricos, afirmou *Veja*.

⁹² Joaquim Carvalho. Erro médico. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1391, ano 28, nº 20, p. 42, 17, mai. 1995.

Segundo a revista, o governo deixava de arrecadar 2 bilhões de dólares com a isenção dos hospitais e com a dedução no imposto de renda. Além disso, os planos de saúde evoluíram na proporção em que caiu a qualidade da saúde pública, nos últimos oito anos, houve um aumento de 60% na sua clientela e de 250% a mais em seus faturamentos.

“É difícil acreditar que o governo não conseguisse fechar as contas se fosse mais rigoroso na distribuição de benefícios diretos à rede privada e no controle das fraudes (...) na hora em que o doente fica caro, acaba no SUS. Quando o tratamento é barato, vai para o convênio privado e desconta no imposto de renda. Assim fica fácil acertar as contas do ministério”⁹⁴.

O raciocínio era de que incentivos indiretos na forma da isenção de impostos e dedução no imposto de renda de quem utilizava o sistema privado de saúde beneficiavam a privatização da saúde, por meio dos planos privados que só atendiam tratamentos mais simples, ficando os tratamentos mais complexos para o sistema público.

O ministro Adib Jatene foi ao Congresso explicar aos parlamentares o projeto que criava a CPMF. Jatene argumentava que do orçamento de 13,9 bilhões para 1995, mais da metade estava comprometido com o pagamento de funcionários e dívidas do governo passado, restando-lhe apenas 6,6 bilhões para trabalhar, por isso, a necessidade dos 6 bilhões adicionais que poderiam advir da CPMF.

Enviada ao Congresso a medida provisória que criava a CPMF, *Veja* voltou ao tema afirmando que o ministro Adib Jatene estava isolado no governo e no Congresso, e por isso pedia ao povo apoio para o seu projeto e para si mesmo. A afirmação recorrente de que o ministro agia em benefício de seu futuro político estava presente. A reportagem foi muito personalista, tratou o ministro como um homem bondoso e populista que distribuía favores e conselhos a todos os que encontrava e com isso tentava ganhar apoio não só para seu projeto, mas também votos. O propósito era claro: desqualificar o ministro e o seu projeto, apontado sempre como mero caminho para alimentar suas ambições políticas, nunca manifestas. Para o propósito da desqualificação, a revista fez menção ao passado do ministro em outros governos e suas campanhas por mais recursos para a saúde.

“Pedir dinheiro é uma idéia fixa de Adib Jatene desde que sucedeu Alcení Guerra no Ministério da Saúde do governo Fernando Collor. Naquela

⁹³ Idem, p. 42.

⁹⁴ Idem, p. 44.

*época, enrolou-se na bandeira do Finsocial, um imposto que as empresas deveriam pagar, mas contestavam na justiça. De volta ao mesmo ministério depois do intervalo de Itamar Franco, Jatene já chegou a Brasília pedindo verbas.*⁹⁵

É importante notar que a revista afirmava a necessidade de investimentos estatais na área da saúde, mas criticava o ministro que pedia verbas. As críticas ao ministro Jatene evidenciavam uma bandeira antiga dos meios de comunicação que numa concepção liberal, recusavam novos impostos.

Os investimentos destinados à saúde viviam em constante queda, devido à inevitável ampliação dos serviços, pois houve o aumento da população e da urbanização do país. Segundo a revista, os serviços cresceram na mesma proporção em que os recursos foram sumindo.

*“Desde 1987, quando o Brasil começou a abrir seu sistema de saúde para todos os 150 milhões de habitantes, o número dos que passaram ao menos uma noite num hospital saltou de 10 milhões para 15 milhões por ano, um salto de 50%. Enquanto isso, o investimento caiu 37%, de 80 dólares para 50 dólares por habitante em 1993...”*⁹⁶

Veja seguiu diagnosticando os problemas da saúde no país, apontando o caos e a falta de recursos, por um lado, e por outro a falta de políticas de enfrentamento do problema. A revista chamava a atenção para as concessões ao setor privado, como a dedução no Imposto de Renda daqueles que utilizavam o serviço privado.

*“Os 32 milhões de brasileiros que têm planos privados de saúde, ou pagam consultas para um médico particular, têm o direito de deduzir 100% dessas despesas no imposto de renda (...) Calcula-se que, com essa isenção, o governo deixe de recolher cerca de 2 bilhões de reais por ano (...) a bordo dessa ajuda, o setor privado cresce de vento em popa em detrimento do setor público.”*⁹⁷

O raciocínio era de clareza meridiana: a falta de investimento na saúde pública e a adoção de uma política de isenção de impostos para quem utilizava o serviço privado causavam uma privatização branca do setor. A saúde pública ficava esquecida e cada vez prestando piores serviços, enquanto o setor privado se beneficiava duplamente da situação. Havia uma procura cada vez maior, motivada tanto pela questão da qualidade,

⁹⁵ O bisturi quer mais dinheiro. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1404, ano 28, nº 32, p. 30, 09, ago. 1995.

⁹⁶ *Idem*, p. 34.

⁹⁷ *Idem*, p. 35.

quanto pela possibilidade de desconto no imposto de renda.

Em julho de 1996 a Câmara dos deputados aprovou a emenda constitucional que criou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, CPMF. Para *Veja* foi uma surpresa até mesmo para o governo que apresentou o projeto. A revista fez uma abordagem crítica extremada à aprovação do imposto.

“... espera-se que o presidente poupe o país de seus caudalosos discursos em favor da redução do custo Brasil ou da diminuição do Estado, pois a CPMF significa o contrário. O imposto é uma manifestação de covardia, de confusão e irracionalidade”⁹⁸.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, sempre elogiado por estar conduzindo o país à modernidade, foi duramente criticado por ter criado o imposto. A maior crítica, no entanto, recaiu sobre o ministro Adib Jatene, em quem *Veja* sempre enxergou oportunismo político e incompetência na condução do ministério.

“... em dezoito meses de governo (fora os outros oito meses em que foi ministro de Fernando Collor), não realizou absolutamente nada de concreto em prol da saúde. Criação de um sistema de saúde viciado e doente, Jatene quer engorda-lo”⁹⁹.

Desde o início de 1995, *Veja* vinha criticando duramente o ministro Jatene e sempre lembrava que ele foi ministro de Fernando Collor de Mello, como que a desaboná-lo. A CPMF foi sempre alvo de ataques contundentes, por se tratar de mais um imposto, o que para a *Veja*, aumentaria o custo Brasil. Além disso, a revista afirmava que a estabilidade econômica poderia ser afetada pelo novo imposto, pois os empresários iriam repassá-lo aos preços.

O governo indicou o economista e senador José Serra para o Ministério da Saúde. Para *Veja* foi uma tentativa do presidente de tirar a saúde pública do estado “falimentar” em que se encontrava. De acordo com a revista o sistema de saúde pública brasileiro tinha números grandiosos que permitiam compará-lo aos sistemas de países desenvolvidos. A média de leitos da saúde pública brasileira era parecida com o número de leitos da Inglaterra e o número de hospitais públicos era parecido com o da Espanha. Apesar desses números, o sistema enfrentava grandes problemas como fraudes e desperdício, mas o maior problema era que o setor tinha pouco dinheiro e gastava mal o pouco de que dispunha.

⁹⁸ Goela abaixo. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1453, ano 29, nº 29, p. 39, 17, jul. 1996.

⁹⁹ Idem, p. 39.

A tentativa de ampliar os recursos públicos na saúde levou o governo a apresentar o projeto que criou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, a CPMF. O novo imposto recebeu duras críticas de *Veja*, bem como de parlamentares de vários partidos, mas acabou sendo aprovado e no ano de 1997, rendeu à saúde mais 6 bilhões de reais. Ante a persistência dos problemas, o governo estudava apresentar uma nova proposta ao Congresso reestruturando o setor. Pelo projeto o governo pretendia estabelecer uma vinculação obrigatória dos gastos de estados e municípios com a saúde entre 15% e 20% de suas receitas.

De acordo com *Veja*, a falta de dinheiro era apenas uma parte do problema da saúde, mas não o único. O país gastava cerca de 260 dólares por cidadão e aplicava 7% de sua renda per capita com saúde. Para a revista, estes valores eram baixos, mas nem tanto, países como o Canadá e EUA aplicavam 9% de sua renda per capita com saúde, mas isto dava um valor de 1.900 dólares por cidadão no Canadá e 2.600 dólares por cidadão nos EUA. Apesar dos números apresentados a revista tentou demonstrar que mesmo baixos, não eram os valores investidos o maior problema da saúde, mas a corrupção e a politicagem.

Desde 1988 a constituição criou o Sistema Único de Saúde, o SUS com o propósito de universalizar o atendimento à saúde, mas o SUS enfrentava problemas e sofria críticas de especialistas, aos quais *Veja* fazia coro: “... o SUS falha grosseiramente na hora de fazer coisas simples e baratas (...) mas promete o atendimento complexo e caro para todo mundo, como os transplantes”¹⁰⁰.

Veja recorreu a uma comparação curiosa, segundo a revista na Inglaterra o sistema público era universal e funcionava bem, mas fazia uma exclusão: “os pacientes renais, por exemplo, só têm direito à hemodiálise se forem jovens”. Trata-se de um raciocínio comparativo extremamente controverso. A crítica ao SUS sustentava-se no fato de que ele universalizava tratamentos caros e não o atendimento básico, mas mereceu referência o sistema inglês que, segundo a revista, excluía os pacientes mais necessitados que são os velhos. Não temos condições de contrapor às informações simplistas da revista uma análise do sistema de saúde pública inglês, mas algo não devia estar suficientemente claro, ou não se podia falar em universalização do atendimento.

¹⁰⁰ Sandra Brasil e Esdras Paiva. O grande desafio. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1540, ano 31, nº 13, p. 34, 01, abr. 1998.

3.2.2 Saúde privada

Em outubro de 1997 o Congresso Nacional aprovou um projeto regulamentando os planos de saúde. Para *Veja*, foi a mudança mais importante na saúde pública brasileira desde que a constituinte criou o SUS. Empresários de planos de saúde comemoraram, representantes dos consumidores criticaram duramente a lei. *Veja* considerava que assunto era importante e polêmico e a regulamentação, mesmo que desagradasse a alguns, era necessária.

O projeto dava algumas garantias aos consumidores. Os planos não podiam mais limitar o tempo de internação, acabava a carência para casos de emergência e os planos teriam de renovar os contratos de qualquer cliente, mesmo os que tivessem envelhecido ou utilizado muitos serviços. Mas o projeto tinha problemas, como a legalização da exclusão de certas doenças. Segundo *Veja*, o que fosse caro seguiria a cargo do sistema público. Dentre as críticas de vários representantes dos consumidores da saúde privada destacava-se o fato de que a lei autorizou procedimentos que tornavam a saúde algo que se compra com preços e condições de oferta do serviço.

“É um assunto dos mais complicados, já que o acesso universal à saúde completa é obrigação do Estado. Para isso as pessoas pagam impostos, e com esse objetivo se criam taxas a todo instante, como a CPMF. A iniciativa privada opera no setor justamente porque o sistema público, decadente e sem dinheiro, não tem como oferecer o que dele se espera. E quando se entra no mundo privado há que se entender que preço e lucro são coisas fundamentais”¹⁰¹.

A lógica do projeto era proteger as empresas que ofereciam planos de saúde privada numa sociedade movida pelo lucro. *Veja*, voltou a falar da decadência da saúde pública e do imposto criado para salvá-la, mas acabou defendendo a lógica de mercado no negócio dos planos de saúde.

O então ex-ministro da saúde, Adib Jatene, escreveu um artigo para analisar o projeto de regulamentação dos planos de saúde. Apoiado em dados que conhecia muito bem, o ex-ministro argumentou que CPMF serviu para equilibrar as contas do governo e não para financiar a saúde pública como ele havia proposto.

“Neste ano, [1997] o orçamento deve fechar em 19,1 bilhões de reais. Como em 1995 gastamos 14,8 bilhões, pode-se argumentar que houve

¹⁰¹ Sandra Brasil e Angélica Santa Cruz. Em busca da cura paga. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1518, ano 30, nº 42, p.104, 22, out. 1997.

*acréscimo de 4,3 bilhões. Acontece que, para manter o mesmo valor real do que foi gasto em 1995, deveríamos gastar em 1997 pouco mais de 22 bilhões. Gastaram-se, portanto, em valor real, 3 bilhões menos que em 1995*¹⁰².

Em seu artigo, Jatene deixou claro que com a arrecadação proveniente da CPMF, o governo reduziu o repasse orçamentário à saúde e o setor continuava carente de recursos. Isso deixava clara a motivação da regulamentação aprovada pelo Congresso: a saúde foi definitivamente aberta à iniciativa privada. *Veja* não se opôs à exploração privada, ao contrário, defendeu a lógica de mercado. Apenas, em nome da pluralidade de opinião, abriu espaço para o ex-ministro, tantas vezes criticado, apresentar sua posição contrária em artigo assinado.

O presidente Fernando Henrique Cardoso deveria sancionar o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que regulamentava a polêmica situação dos planos de saúde. Tratava-se de um mercado lucrativo que atendia 40 milhões de brasileiros e faturava 18 bilhões de reais por ano. Até pouco tempo o governo praticamente não interferia nesse mercado, mas as constantes reclamações de usuários levaram o Congresso Nacional a regulamentar o tema. Para *Veja* era necessário estabelecer regras de funcionamento para o setor. De acordo com a revista, para muitos havia exigências no projeto aprovado pelo Congresso que podiam encarecer os planos de saúde, mas admitiu que em se tratando de um mercado, era provável que aumentassem mesmo, mas também que melhorassem os serviços e seguissem regras previamente acordadas com os consumidores.

*“Na semana passada surgiu uma polêmica bizarra. Dizia que os preços dos planos de saúde, com a nova lei, iriam subir. De fato, isso deve ocorrer (...) É natural que isso aconteça. Quem tem obrigação de oferecer um sistema de saúde eficiente, universal e sem nenhum custo adicional, além dos impostos que a população paga, é o Estado – não o mercado privado*¹⁰³.

A revista fez opção clara por uma operação de mercado na saúde, uma área na qual já defendeu investimentos e a presença do Estado. A revista, no entanto, afirmava que a saúde privada deveria desempenhar um papel complementar, a base do atendimento à saúde deveria ficar estatal. O governo ainda enfrentava grandes problemas, mesmo com a criação da CPMF, permanecia a precariedade da saúde

¹⁰² Adib Jatene. Onde foi parar o dinheiro da saúde. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1518, ano 30, nº 42, p.108, 22, out. 1997.

¹⁰³ Esdras Paiva. Fim da selva. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1547, ano 31, nº 20, p. 99, 20, mai. 1998.

pública. E segundo a própria *Veja*: “o que falta resolver, mesmo é a situação dos 120 milhões de brasileiros que dependem do SUS, cujos serviços são precários”¹⁰⁴.

Importante registrar que os planos de saúde eram sempre criticados por apresentarem armadilhas contratuais para seus clientes, oferecerem serviços mais simples e eximirem-se de tratamento mais caros que acabavam indo para o serviço público. Nunca se dedicou muita atenção à qualidade dos serviços privados de saúde, enquanto os serviços públicos foram sempre alvos de críticas devidas às suas carências e péssima qualidade. Criticavam-se os aspectos contratuais dos planos, sem atingir sua essência. Nessa lógica, a saúde privada não era um problema, o problema era o direito dos consumidores a ter um serviço privado de qualidade e sem surpresas na hora em que precisassem. Quanto à saúde pública, sempre criticada por sua precariedade, não parecia ser tão precária na hora em que atendia aos tratamentos mais complexos e caros que os planos recusavam. Aceitar a saúde privada e os aumentos pela adequação às novas regras e recusar com tamanha veemência a CPMF, como fez *Veja*, denota uma opção pelo mercado e uma rejeição à presença do Estado, que só tem como fonte de recursos os impostos. A rejeição da presença do Estado é a essência do neoliberalismo e transforma os cidadãos em consumidores.

3.3 Previdência social

Segundo *Veja*, a Previdência Social era uma daquelas áreas que se o governo não enfrentasse com urgência entraria em colapso. De acordo com a revista, no sistema previdenciário brasileiro, as contribuições dos trabalhadores na ativa não eram suficientes para assegurar um pagamento justo aos aposentados. O número de aposentados teria aumentado mais depressa do que o de contribuintes e, sem a reforma, os números não fechariam. Havia, segundo a revista, uma ameaça a todo o sistema e a possibilidade de volta da inflação, caso o governo continuasse a cobrir os déficits.¹⁰⁵

Em grande reportagem no início de 1995, *Veja* analisou a disposição dos parlamentares para apoiar as reformas defendidas pelo governo, a partir de uma pesquisa do Instituto Vox Populi. A propósito da reforma da Previdência, a pesquisa constatou que

¹⁰⁴ Idem, p. 98.

¹⁰⁵ Ver Depois da posse e do champanhe... *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1374, ano 28, nº 02, pp. 20-25, 11, jan. 1995.

69% dos congressistas eram favoráveis às mudanças nos critérios de contagem do tempo de serviço e idade para aposentadoria; apenas 27% eram contrários. A respeito da adoção de um teto no pagamento de aposentadorias e pensões pelo sistema público e complementação por Previdência privada, 69% eram favoráveis; apenas 23% eram contrários. A desvinculação entre o salário mínimo e o pagamento dos benefícios da Previdência contava com a aprovação de apenas 42%, enquanto 50% dos parlamentares eram contrários.¹⁰⁶

De acordo com *Veja*, a Previdência Social era um tema sagrado no Brasil, por isso o governo deveria enfrentar um debate caloroso. Havia pontos polêmicos na proposta defendida pelo governo, como o fim da aposentadoria após 35 anos de serviço, e a exigência da idade mínima de 65 anos para aposentar-se, ou algo em torno de 40 anos de trabalho, para aposentar-se antes dos 65 anos.

A revista analisou a questão com pretensa isenção, com dados técnicos, apontando os problemas do modelo de Previdência Social brasileiro após quase meio século de sua criação.

“Em 1948, quando se criou a aposentadoria por tempo de serviço, a expectativa de vida do brasileiro era de 50 anos. Na época, aposentar-se depois de 35 anos de serviço não era privilégio (...) A expectativa de vida do brasileiro [em 1995] é de 67 anos e (...) as pessoas se aposentam, em média, quando completam 52 anos (...) o governo espera fazer o brasileiro trabalhar dez anos a mais, para se aposentar por volta dos 62 anos”¹⁰⁷.

Veja continuou a analisar a Previdência brasileira apontando a falência do modelo com base em argumentos aparentemente isentos, baseados em dados e informações técnicas que indicavam que o sistema só funcionaria quando o número de contribuintes fosse muito maior do que o de beneficiários.

“Considera-se ótimo um sistema em que há cinco cidadãos trabalhando para cada aposentado. Pode-se falar em situação de equilíbrio quando a situação é de 3 para 1. No Brasil, chegou-se a um quadro alarmante de 2,3 para 1 (...) em 2030, informa a demografia, a relação será de 1,1 no trabalho para 1 na aposentadoria”¹⁰⁸.

Havia, contudo, uma contradição na análise, a própria reportagem apontou o “*mito do déficit*” da Previdência e informou que havia cinco anos que a Previdência dava

¹⁰⁶ Ver O Congresso diz sim. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1380, ano 28, nº 08, pp. 29-31, 22, fev. 1995.

¹⁰⁷ Mexendo com o gigante. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1380, ano 28, nº 08, p. 32, 22, fev. 1995.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

superávit de 2 a 3 bilhões de dólares por ano. O problema era que o governo sempre retirou recursos da Previdência para outras finalidades: para cobrir gastos do sistema de saúde; para complementação da aposentadoria de parlamentares; até mesmo para a construção de Brasília houve retirada de recursos. Sendo assim, ficava difícil sustentar os argumentos técnicos apontados acima.

Ademais havia um problema de fiscalização, segundo *Veja*, o país tinha 3.000.000 de empresas e somente 1.000.000 cumpria suas obrigações com a Previdência. Havia ainda 62,1 milhões de pessoas em idade de trabalhar, mas somente a metade contribuía. A revista acrescentou que não significava que os 62,1 milhões estivessem trabalhando, pois havia o desemprego e o emprego informal.

Os dados apontados não impediram a revista de defender uma reformulação no sistema. Segundo *Veja*, a maioria dos países realizou reformas e definiu um teto dos pagamentos dos benefícios pelo sistema público, deixando ao sistema privado a complementação da renda dos profissionais liberais e profissionais especializados. Havia também, os casos de privatização efetiva, como no Chile, onde a contribuição ia direto para um fundo privado, fiscalizado pelo governo.

De acordo com a revista, o sistema estava em franca decadência ou sendo reformulado, em todo o mundo. Mudanças na economia determinaram as reformulações. Quando previdência foi criada, nos anos 60, pensava-se que haveria emprego para todo mundo e que as novas gerações colocariam no mercado trabalhadores capazes de manter o sistema. Segundo *Veja*, tal raciocínio não correspondia mais à realidade, pois o crescimento do desemprego, o aumento da expectativa de vida e a queda na taxa de natalidade eram fatores reais que determinavam a necessidade da reforma. Os argumentos apresentados por *Veja* aplicavam-se a todo e qualquer sistema de Previdência – pública ou privada. Aqui foram mobilizados para defender o fim da Previdência pública e a adoção de um sistema de Previdência privada ou misto.

Veja relacionou as experiências de outros países: na Alemanha, os aposentados ainda contavam com 70% de sua renda na ativa, mas havia dúvida quanto às possibilidades disso continuar no futuro; na França, o benefício já teria caído para 50%; na Inglaterra, para 20%; nos Estados Unidos, o governo assegurava apenas uma média de 5% a 10% da renda que os trabalhadores tinham na ativa. Nesses países, a classe média já procurava complementar sua renda comprando planos de Previdência privada.

A revista procurou passar uma imagem de extremo realismo, manipulando dados que apontavam a urgência da reforma, citando as soluções de outros países e criticando

a falta de fiscalização do governo para que fossem cumpridas as normas do sistema vigente. Desse modo, *Veja* defendeu a necessidade de reformar o sistema, mas o fez como uma constatação desconfortável após análise rigorosa do problema.

“A humanidade progrediu e inventou a aposentadoria. Agora, ela está sendo modificada, e pode até ser destruída, como produto de um processo em que o desenvolvimento econômico e tecnológico se desloca daquele que deveria ser seu objetivo final: o bem-estar da humanidade”¹⁰⁹.

A constatação era contundente, aparentemente acima da perfilhação a um ou outro modelo de administração da vida pública. Pretendia fazer crer que não se tratava de liberalismo ou neoliberalismo, mas de uma visão adequada em oposição a uma visão simplista da realidade.

Com base nos dados do último Censo do IBGE de 1996, *Veja* informou que o país estava envelhecendo. De acordo com os dados do IBGE, em 1980, 38% da população tinha até 14 anos, em 1996 essa parcela da população caiu para 32%, enquanto a participação da população de mais de 65 anos subiu de 2,7% em 1960 para 5,4% em 1996.

“No início da década de 80, havia 2,8 trabalhadores no batente para cada aposentado na folha da Previdência. Na semana passada, com a divulgação dos resultados do censo, descobriu-se que a coisa piorou: havia em 1996 apenas 1,9 contribuinte para cada indivíduo (...) a participação dos trabalhadores com carteira assinada caiu de 53% para 47% nos últimos cinco anos, enquanto o pessoal sem registro passou de 42% para 48%. Para a Previdência, trabalhador sem carteira assinada é sentença de morte – não contribui com nada agora, mas irá pedir sua pensãozinha lá na frente...”¹¹⁰.

Para a revista, esse quadro era preocupante, particularmente no caso da Previdência. A pesquisa do IBGE reforçava a necessidade de uma reforma radical na Previdência, do contrário o sistema não resistiria por muito tempo.

Com base em dados fornecidos pelas fontes oficiais em 1998, após a aprovação de parte da reforma, *Veja* apresentou uma planilha de arrecadação e dos gastos da Previdência. Segundo esses dados a Previdência do setor público (apenas funcionários do governo federal, Estados e municípios) arrecadava 6,6 bilhões de reais, gastava 41 bilhões, gerando um déficit anual de 34,4 bilhões de reais. O setor público arrecadava

¹⁰⁹ Idem, p. 35.

¹¹⁰ Virginie Leite e Sandra Brasil. Cabelos brancos. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1508, ano 30, nº 32, pp. 34-35, 13, ago. 1997.

45,9 bilhões de reais, gastava 53,7 bilhões, gerando um déficit anual de 7,8 bilhões de reais. O déficit anual total das duas previdências era, em 1998, de 42,2 bilhões.¹¹¹

3.3.1 Reforma da Previdência

A fim de apreciar a eficiência do governo na condução das reformas, *Veja* voltou a analisar o tema da Previdência. Para a revista, o governo não conduzia de forma competente as reformas.

“... dificilmente o Planalto será capaz de aprovar as reformas que pretende na íntegra (...) a Previdência é um teste importante porque, entre todas as mudanças possíveis na Constituição, é a única que toca diretamente no bolso do cidadão comum (...) sempre se disse que o ponto crucial era terminar a aposentadoria por tempo de serviço (...) a idéia da reforma convenceu boa parte da imprensa, agradou empresários e estimulou o nascimento de instituições de Previdência privada. Mas não chegou à população. Um levantamento do Vox Populi informa que uma maioria de quase 80% é a favor da aposentadoria por tempo de serviço”¹¹².

Note-se que a revista estava se colocando adiante do governo na condução das reformas. Os parceiros do governo já estavam a postos e de acordo com as mudanças – boa parte da imprensa e empresários – mas o governo não entrara em definitivo no jogo não tinha se mostrado capaz de conduzir as reformas. Além do mais, a população ainda não teria sido convencida da urgência das mudanças. Podia se supor que o governo e seus parceiros passassem a privilegiar a preparação da opinião pública para que aceitasse também esta reforma.

Após dez meses parado no Congresso, o projeto de reforma da Previdência do governo começou a ser discutido com os sindicalistas. Em janeiro de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT; Luiz Antônio de Medeiros, da Força Sindical; e Canindé Pegado, da CGT; para discutir modificações no projeto original.

Seriam discutidas três modificações no projeto. Uma delas dizia respeito ao tempo de contribuição proposto pelo governo – 35 anos para homens e 30 anos para as mulheres. Outra mudança prevista era o fim das aposentadorias especiais para categorias

¹¹¹ Ver Aspirador de dinheiro. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1571, ano 31, nº 44, p. 52, 04, nov.1998.

¹¹² Susto na largada. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1385, ano 28, nº 13, p. 34, 29, mar. 1995 (Grifos nossos).

como: juízes, professores, jornalistas, servidores públicos e outras profissões – as categorias especiais. Pelo acordo com os sindicalistas, apenas os trabalhadores de atividades insalubres e professores de primeiro grau teriam direito a aposentadoria especial. Outro ponto do acordo entre o governo e os sindicalistas dizia respeito aos servidores públicos, que passariam a receber o valor integral do último salário na ativa, porém deixariam de receber a gratificação de 20% no momento da aposentadoria. As mudanças em discussão, segundo *Veja*, pouco significavam para o cidadão de classe média – na verdade do setor privado. A exceção era o tempo de contribuição no lugar do tempo de serviço. O debate interessava mais aos servidores públicos, sobre os quais as mudanças teriam maior impacto.

Para *Veja*, a discussão em torno da Previdência no Brasil parecia levar em conta que sua função era promover justiça social ou distribuição de renda. Nesse caso esquecia-se de sua função essencial, que era a de assegurar uma pensão na velhice a quem tivesse contribuído. Acrescentou a revista que justiça social e assistência eram necessárias, mas deviam ser feitas por órgãos distintos da Previdência.

Durante toda a década de 90, a Previdência não havia apresentado déficits, com exceção de 1996, em que apresentou o primeiro déficit da década. Mas, segundo *Veja*, a Previdência tendia a acumular seguidos déficits no futuro, pois teria havido uma redução drástica na base de contribuintes. Tomando como referência 1970, a revista informou que havia quatro contribuintes para cada aposentado, em 1996, havia apenas 2,3 contribuintes para cada aposentado. Com base nas estimativas demográficas do IBGE, em 2030 deveria haver um trabalhador na ativa para cada aposentado. O raciocínio da revista era de que nessa situação a Previdência seria deficitária e entraria em colapso.¹¹³

A respeito da participação dos sindicalistas – sobretudo Vicentinho – na negociação com o governo, *Veja* afirmou que os servidores, sindicalistas e partidos de esquerda não gostaram. “*Lula e o PT não gostaram do acordo feito pela CUT porque, sem os tambores sindicais, perderam seu maior trunfo para negociar*”¹¹⁴. Partidos de esquerda e sindicatos eram os vilões da política neoliberal, desde o início das reformas, aqui como alhures, *Veja* não agia de modo diferente.

No seu habitual jogo de explorar a cisão entre as lideranças sindicais e os trabalhadores, *Veja* citou uma fala do presidente da CUT, Vicentinho, em que este afirmou

¹¹³ Ver A reforma começa a andar. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1428, ano 29, nº 04, p. 21, 24, jan. 1996.

¹¹⁴ Idem, p. 23.

que não queria entrar na negociação como defensor dos “*privilégios do funcionalismo*” e acentuou que estava coberto de razão.

Passados onze meses desde que a proposta de reforma da Previdência foi enviada ao Congresso o projeto tomou um caminho mais difícil e gerou muitas divergências. Segundo *Veja*, o projeto do governo era confuso e pouco esclarecedor dos resultados previstos.

“O projeto aumenta o tempo de serviço necessário para a aposentadoria, mas até agora o governo não enviou ao Congresso um único número demonstrando seu plano para sanear a Previdência (...) em sua última previsão, o governo anunciou um déficit de 3 bilhões de reais na Previdência. Ficou em 300 milhões”¹¹⁵.

Após alguns ajustes, resultado de negociações no Congresso, o projeto de reforma entrou na pauta de votação. Para *Veja*, o Congresso se preparava para votar o projeto na mais profunda ignorância quanto aos possíveis resultados da mudança.

“O projeto do governo, que sofreu pequenos ajustes nas negociações, supõe que será possível manter a Previdência de pé a partir de três medidas básicas. Primeiro, acabando com aposentadorias especiais (...) Depois, cortando do servidor público o reajuste de 20% a 40% adicionado ao último salário (...) E, por fim, trocando a aposentadoria por tempo de serviço pela por tempo de contribuição. São mudanças consideráveis (...) algumas eliminam privilégios, como o aumento de pensão dos funcionários públicos, que já recebem o salário integral, enquanto o trabalhador privado deve se contentar com 800 reais – no máximo”¹¹⁶.

A revista criticou o fato de que o projeto não apresentava com clareza que cortes fariam e onde os faria e quem iria pagar o sacrifício. Para *Veja*, os cortes de aposentadorias especiais eram justos, mas seriam pequenos. Acrescentou que um dos problemas da Previdência era a modernização administrativa que permanecia intocada. A título de exemplo, apresentou os gastos da Previdência brasileira, em torno de 10% e os comparou com outros pelo mundo afora, que ficavam na casa dos 2% a 3%.

Uma mudança polêmica proposta no projeto de reforma era o fim do acúmulo de aposentadorias. Segundo *Veja*, esta era a parte da reforma que mais movimentava o Congresso, pois muitos parlamentares acumulavam aposentadorias. Outro ponto

¹¹⁵ Festival de baixarias. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1431, ano 29, nº 07, p. 21, 14, fev. 1996.

¹¹⁶ Leonel Rocha. Um salto no escuro. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1432, ano 29, nº 08, p. 22, 21, fev. 1996.

polêmico era o fim do Instituto de Previdência do Congresso. Na proposta do governo, o IPC seria extinto, mas ao passar pelas mãos do relator, essa proposta foi suprimida. Na análise apresentada por *Veja*, os parlamentares, fossem da oposição ou da situação, fariam de tudo para barrar estas mudanças. A reportagem despolitizou completamente o debate. Os deputados foram apresentados não pelos partidos a que pertenciam, mas pela quantidade de aposentadorias de que desfrutavam.¹¹⁷

3.3.2 Aprovada a reforma, mas as mudanças foram pequenas

A reforma previdenciária estava em curso, mas o projeto original apresentado pelo governo foi muito alterado na tramitação na Câmara e no Senado, mas *Veja* considerou que algumas mudanças importantes foram alcançadas. As principais mudanças aprovadas foram: mudança de tempo de serviços para tempo de contribuição – 35 anos para homens e 30 para mulheres –; aumento da idade para aposentadoria, 60 anos para homens e 55 para mulheres; teto para os trabalhadores do setor privado (1.200 reais); e teto para servidores incluindo deputados, senadores e juízes, (12.720 reais). Outros pontos seriam apreciados posteriormente. Como as mudanças eram insuficientes para sanear de vez a Previdência, a revista afirmou que, em cinco anos, ou pouco mais, deveria haver uma reforma da reforma, pois muita coisa ainda teria ficado intacta.¹¹⁸

Em razão do déficit da Previdência detectado em 1998, sobretudo no setor público, para *Veja* a reforma era mais do que necessária, mas o governo apresentou um projeto vago, que foi descaracterizado no Congresso e apenas algumas medidas cirúrgicas acabaram sendo aprovadas. Outras mudanças propostas pelo governo ainda seriam apreciadas pelo Congresso, dentre elas o aumento da contribuição dos funcionários federais e a taxaço dos servidores inativos. Porém, as alterações pretendiam atacar o problema onde ele era mais evidente: no funcionalismo, sempre resistente às mudanças.

“É a primeira vez que se decide enfrentar o problema onde ele realmente está: no funcionalismo. Os governos brasileiros sempre adiaram esse momento da verdade. Afinal, a categoria dos funcionários públicos é o

¹¹⁷ Ver Eles não usam INSS. *Veja*. Abril, Edição 1434, ano 29, nº 10, p. 27, 06, mar. 1996.

¹¹⁸ Ver Leonel Rocha e Ricardo Balthazar. Primeiro passo. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1534, ano 31, nº 07, pp. 20-23. 18, fev. 1998.

*segmento mais organizado e combativo da sociedade quando se trata de defender suas reivindicações*¹¹⁹.

A posição apresentada então pelos órgãos oficiais era de que a Previdência, principalmente a parte referente ao setor público, apresentava déficits que tornavam o setor insustentável. A posição do governo era fervorosamente defendida pela *Veja*. A revista afirmava que este setor era muito organizado e deveria defender seus interesses corporativos, até porque havia muitos parlamentares dispostos a defender os interesses do setor, que dificultaria e até mesmo inviabilizaria a reforma.

Como previa *Veja*, a proposta de aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos e a taxação dos servidores inativos foi reprovada no Congresso Nacional. A medida foi apresentada menos como reforma do sistema previdenciário e mais como parte do ajuste fiscal proposto pelo governo para conter a crise cambial do final de 1998. *Veja* reagiu duramente à reprovação dessas medidas. Para a revista os congressistas não demonstraram sensibilidade à crise cambial que deixava as reservas do país cada vez menores e não levaram em conta que a reprovação desta parte do ajuste colocava em risco o socorro financeiro prometido pelo FMI para ajudar a controlar a crise. Além do mais, a Previdência continuou, segundo *Veja*, mantendo os privilégios dos servidores públicos.¹²⁰

O ano de 1998 estava se encerrando, e com ele o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Algumas reformas foram realizadas pelo governo considerado por *Veja* como aquele que conduzia o país à modernidade. No que se refere à Previdência, o governo tentou reforma-la, mas não teria tido pulso forte e enfrentou resistências de todo tipo. O resultado era que esta área ainda aguardava uma reforma mais radical. Outro projeto estava em preparação e objetivava sanear de vez a Previdência.

“É uma reforma da reforma, muito mais dramática, até agora estudada em segredo por uma equipe de técnicos comandados pelo presidente do BNDES, André Lara Resende. O funcionário público contribui com 11% de seu salário para ter vencimentos integrais quando se aposenta. O pobre trabalhador paga contribuições de 8% a 11%, dependendo do salário, mas só recebe até o teto de 1.200 reais quando aposentado. O governo quer acabar com o privilégio do servidor. Se ele quiser aposentadoria integral, terá de pagar por isso. Na

¹¹⁹ Aspirador de dinheiro. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1571, ano 31, nº 44, p. 52, 04, nov. 1998, p. 52.

¹²⁰ Ver David Friedlander e João Sorima Neto. Estão rindo de que? *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1576, ano 31, nº 49, pp. 154-156, 09, dez. 1998.

*reforma da Previdência, todos os funcionários públicos que estão na ativa terão suas contribuições recalculadas*¹²¹.

As mudanças pontuais na Previdência – basicamente retirando conquistas dos servidores públicos – ainda eram “pífias”, segundo *Veja*. A Previdência continuaria a gerar déficits e a promover injustiças e, portanto, estava fadada à falência. As esperanças estavam renovadas, pois foi reeleito o presidente Fernando Henrique Cardoso e *Veja* acreditava que no segundo mandato, as concessões fossem menores para enfrentar as resistências nesse campo. Era isso o que se esperava do presidente reeleito, segundo a revista, que ele fosse de fato um estadista.

3.4 Emprego e relações de trabalho

Logo que o governo FHC tomou posse, no início de 1995, *Veja* afirmou que no campo das relações de trabalho no Brasil, havia muito o que fazer. Os encargos trabalhistas exigiam uma reforma urgente, pois tornavam as empresas menos competitivas, além de estimular a informalidade.

*“Para cada real que pagam em salário, as empresas desembolsam outro real em impostos e contribuições sobre a folha. Isso estimula a contratação sem carteira assinada (...) a redução dos encargos sobre a folha geraria mais e melhores empregos. Também aumentaria a competitividade brasileira no exterior”*¹²².

Para a revista, apesar de muitas resistências da parte dos sindicatos, uma reforma da legislação trabalhista poderia passar no Congresso. Na interpretação de *Veja*, havia uma sensação generalizada na sociedade de que era preciso reduzir o chamado “custo Brasil” e aumentar a competitividade das empresas brasileiras, inserindo o país, de vez, na era da globalização econômica.

A impressão de *Veja* foi confirmada numa pesquisa encomendada ao Instituto Vox Populi. A pesquisa demonstrou que 51% dos congressistas eram favoráveis ao fim da estabilidade do funcionalismo, apenas 45% eram contrários. Uma proposta aventada pelo governo, de colocar fim nos concursos públicos para a maioria das carreiras do funcionalismo, contava com o apoio de 40% dos parlamentares. O Sindicato dos

¹²¹ Expedito Filho. Teste de Estadista. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1567, ano 31, nº 40, p. 40, 07, out. 1998.

¹²² Depois da posse e do champanhe... *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1374, ano 28, nº 02, p.21, 11, jan. 1995.

Servidores Públicos estimava que cerca de 1,4 milhão dos 7 milhões de funcionários poderia perder o emprego em todo o país se a estabilidade caísse. Mas a revista tratou essa possibilidade sem manifestar o menor temor de desemprego, ao contrário, apresentou como grande avanço o fim da estabilidade e dos concursos públicos, isso daria ao governo maior flexibilidade para contratar e demitir, usando os mesmo procedimentos da iniciativa privada.

O governo iniciou a preparação das reformas a serem enviadas ao Congresso, *Veja* informou que havia indecisão e divergências na equipe econômica do governo quanto ao conteúdo das reformas e fustigou o governo cobrando pressa nas reformas. Segundo a revista, o governo vinha enfrentando protestos freqüentes dos sindicalistas da CUT e do PT e diante disso parecia fraquejar e adiar as reformas.

“Estão todos nos seus papéis, PT, CUT e sindicatos: são contra as reformas na Constituição preconizadas pelo governo e estão indo às ruas (...) Quem está confundindo o seu papel é o governo Fernando Henrique, que foi eleito com um programa reformista. Até agora (...) não definiu suas prioridades, encaminhou mal suas propostas no Congresso, hesitou, voltou atrás e parece não saber direito o que quer”¹²³.

Note-se que *Veja* estava se antecipando ao governo na pregação das reformas. Apenas três meses depois da posse, a revista já cobrava ação do governo que apesar de eleito com um programa reformista, até então não tinha dito exatamente o que pretendia fazer.

3.4.1 Greve dos petroleiros: o governo derrotou a CUT

Se o governo parecia hesitante diante dos protestos, a greve dos petroleiros, iniciada em maio de 1995, permitiu-lhe apresentar medidas de força e demonstrar disposição para o confronto com os opositores. Para *Veja*, a greve marcou o início de uma cobertura mais contundente e a oportunidade de expor seu compromisso com o projeto reformista. Com chamadas de capa como *“FHC encara a CUT”*, *“O Planalto sacou primeiro”* e *“Derrotados e quebrados”*; a revista analisou a ação do governo no enfrentamento de uma das maiores greves do período, senão a maior, e registrou com entusiasmo uma das ações mais truculentas do governo contra a classe trabalhadora.

“Desde o final do governo João Figueiredo, sempre que os

¹²³ Susto na largada. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1385, ano 28, nº 13, pp. 32-33, 29, mar. 1995.

trabalhadores cruzam os braços, o Planalto acaba cedendo algum benefício (...) quando a greve completou seu 17º dia (...) quem estava irredutível era o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. E quem fazia apelo por uma negociação eram os sindicalistas, que não sabiam de que forma sair sem humilhação de uma greve que agrediu a lei e o cidadão comum”¹²⁴.

A cobertura de *Veja* assumiu um lado no confronto entre os sindicatos e governo e ressaltou que a queda de braço entre o governo e os sindicatos foi também muito intensa em outros países onde os governos se empenharam em reformar a economia nos moldes do neoliberalismo, citando como exemplo a Inglaterra de Margaret Thatcher, e os Estados Unidos de Ronald Reagan, em que se quebrou a espinha do sindicalismo.

A revista realizou uma cobertura ao mesmo tempo engajada e sensacionalista do desenrolar da greve. Ao comentar as articulações dos sindicalistas e partidos de esquerda para viabilizar uma negociação com o governo, *Veja* apresentou uma de suas características marcantes no tratamento dos opositores ao projeto do governo, estes eram referidos por meio de alcunhas vulgares:

“... escoltados pelo presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e pelo do PDT, Leonel Brizola. Com eles, também se encontrava Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (...) que aproveitou para estreitar um novo lance de marketing. Numa delirante homenagem a Zumbi, do quilombo dos Palmares, Vicentinho raspou a cabeça. Em Brasília, Lula, Brizola e o careca do ABC pediram uma força ao presidente da casa...”¹²⁵

Merece especial atenção o tratamento dispensado ao sindicalista que em seu direito mais elementar, prestava homenagem a um líder popular que a história oficial tratou de mutilar. Além de serem dois líderes populares, cada um com suas verdades e em seu ofício, Zumbi e Vicentinho são negros, e a ausência desta identidade, também não faria a menor diferença. O que torna mais grave o tratamento dispensado pela *Veja* ao sindicalista era o fato de que a expressão “*careca do ABC*” veio a público para referir-se a jovens do ABC paulista, adeptos da ideologia neonazista, um dos primeiros grupos no Brasil a expressar simpatia pelo fenômeno neonazista e a promover quebra-quebras na Região Metropolitana de São Paulo.

Na seqüência da cobertura da greve, *Veja* foi demonstrando o andamento do confronto, informou que o governo convocou 1.630 soldados do Exército e determinou a ocupação de quatro das onze refinarias e registrou: “*a mensagem política foi clara:*

¹²⁴ FHC encara a CUT. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1393, ano 28, nº 21 p. 32, 24, mai. 1995.

*transmitir, via televisão – chamada a registrar a chegada dos soldados a uma das refinarias*¹²⁶; num tom de aprovação ao uso do Exército e da mídia para causar impacto na repressão da greve.

A propósito do uso do exército na ocupação das refinarias, a revista acrescentou: *“o recurso militar se explica pelo objetivo político do presidente: vencer, de maneira acachapante, a única oposição organizada ao governo, a CUT*¹²⁷. Expressando um maquiavelismo primitivo, *Veja* apoiou explicitamente o projeto do governo e avalizou a intervenção militar por motivos políticos imediatos, sem problematizar o desvio de função do Exército. A Constituição reservava tal recurso, como exceção, para casos de ameaça à ordem pública – argumento, de resto, também político – mas não chegava a ser este o caso.

O governo continuou merecendo entusiasmados elogios de *Veja* pelo enfrentamento da greve.

*“O governo mostrou firmeza, coerência e até competência para acabar com uma greve (...) uma vitória que pode iniciar a ruptura do equilíbrio de forças que subiste desde o fim do governo Figueiredo, quando se criou um movimento sindical forte e todos os governos foram obrigados, dessa ou daquela forma, a sentar para negociar com o outro lado.”*¹²⁸

Demonstrando pouco apego à democracia, *Veja* lembrou que, desde o fim do governo Figueiredo, estabeleceu-se no Brasil um sindicalismo forte. Ora, tratava-se exatamente do último governo militar, logo, muito razoável que tenha se instalado um sindicalismo forte nesse período. Antes seria impensável. A revista aproximou-se da defesa explícita da volta de governos fortes como os militares, que usavam todos os recursos para manter sob seu jugo as organizações dos trabalhadores e os que deles discordavam.

De acordo com *Veja* os líderes sindicais da CUT não prestaram o devido apoio aos trabalhadores em greve, uma vez que o próprio Lula, *“paraninfo de todos”*, passou a maior parte do tempo em viagens e numa postura hesitante *“de quem prefere fingir de morto para ver se alguém conseguia acreditar que nem ele nem o PT tivesse a mais remota*

¹²⁵ Idem, p. 33. (Grifos nossos).

¹²⁶ Idem, p. 34.

¹²⁷ O Planalto sacou primeiro. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1394, ano 28, nº 22, p.20, 31, mai. 1995.

¹²⁸ Idem p. 23.

*relação com o movimento paradista*¹²⁹. Em tom jocoso criticou as lideranças sindicais brasileiras que, empenhadas em demonstrar confiabilidade à chamada opinião pública por uma exigência de seus projetos eleitorais, abandonaram os trabalhadores à sua própria sorte quando a situação se agravou. Crítica, aliás, procedente, não fosse o propósito de indispor os trabalhadores com lideranças.

A última reportagem da série produzida sobre a greve dos petroleiros foi, na verdade, um balanço comemorativo dos acontecimentos e do desfecho. De um lado, o balanço crítico do fracasso dos petroleiros e a desmoralização das oposições, especialmente CUT e PT, sobretudo na figura de suas principais lideranças. De outro lado, elogios ao presidente Fernando Henrique Cardoso que impôs uma expressiva derrota aos sindicatos.

*“Com o fim da greve dos petroleiros, o Planalto merece um brinde (...) mantendo-se numa posição de firmeza diante dos grevistas, mobilizando o ministério, as estações de televisão e até a Justiça do Trabalho, Fernando Henrique Cardoso aplicou uma derrota avassaladora sobre a única oposição organizada a seu governo – os sindicalistas da CUT*¹³⁰.

Interessante notar que *Veja* assumiu que os meios de comunicação (estações de televisão) e até mesmo a Justiça do Trabalho, foram mobilizados para a operação que tinha o propósito de aplicar uma derrota avassaladora à única oposição organizada às reformas do governo.

3.4.2 Desindexação dos salários

O governo apresentou, em julho de 1995, um projeto de desindexação dos preços, aluguéis, contratos e salários. *Veja* analisou a desindexação proposta pelo governo afirmando que esta só atingia, de fato, os salários.

“O governo oscila confusamente entre a aliança com o PFL e o passado social-democrata. Em vez de atacar os rendimentos gordos da ciranda financeira, tira a indexação dos salários. E, em vez de empregar a desindexação total, como pregam os liberais puros e duros, normatiza os reajustes de aluguel e outros contratos ...

A medida foi editada para cumprir uma missão: acabar com o reajuste

¹²⁹ Ibidem.

automático dos salários, tido pela equipe econômica como motor do consumo e, em decorrência da inflação (...) a MP cria uma novidade no mundo trabalhista – livre negociação à tucana – o governo estabeleceu, de fato, um festival de restrições, regras e fórmulas especiais para as negociações”¹³¹.

Numa análise crítica ao governo, a revista admitiu que este teria adotado uma postura hesitante entre o passado social-democrata e a recente adesão ao neoliberalismo e por isso teria implementado uma desindexação confusa e parcial. De acordo com a revista, havia muitas restrições colocadas pela MP, que autorizava a negociação de salários, mas impedia a fixação de reajustes futuros com base em qualquer índice de preços; também impedia aumentos baseados em aumento de produtividade, a não ser por “*indicador objetivo*”. No caso de haver indicadores, como aumento de vendas e maior participação da empresa no setor em que atuava, os cálculos ficavam limitados a cada empresa, não podendo ser estendidos à categoria. Até mesmo *Veja* reconheceu que se tratava de uma medida que pulverizava o movimento sindical e dificultava as negociações coletivas.

3.4.3 A ameaça de desemprego

As montadoras ameaçavam demitir 2.400 trabalhadores no ABC paulista, os sindicatos reagiram e denunciaram as demissões e a onda de desemprego. *Veja* publicou uma reportagem negando o desemprego no país. Segundo a revista o desemprego no Brasil era um dos menores do mundo, menor do que na Alemanha, Argentina, Espanha e Finlândia. Os metalúrgicos do ABC paulista estavam fazendo teatro com o anúncio da demissão de 2.400 trabalhadores nas montadoras, mas isto era um problema localizado. No Brasil, o desemprego teria caído, aumentara apenas no ABC paulista devido a três motivos: o setor automobilístico sofria aperto no crédito e queda nas vendas; a região crescia e concentrava problemas; o sindicalismo forte assustava investidores.¹³²

Empresários e sindicalistas de São Paulo continuavam manifestando preocupações com o crescimento do desemprego. De acordo com *Veja*, falou-se muito

¹³⁰ Silvio Ferraz. Derrotados e quebrados. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1395, ano 28, nº 23, p. 38, 07, jun. 1995.

¹³¹ Desindexação confusa. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1399, ano 28, nº 27, p. 28, 05, jul. 1995.

¹³² Ver Teatro no ABC. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1407, ano 28, nº 35, 30, ago. 1995.

numa crise cambial e que a fuga de investimentos do México poderia atingir também o Brasil, mas a crise não veio; depois falou-se que o alto consumo poderia gerar inflação, isso também não ocorreu. E naquele momento sindicalistas e empresários alardeavam a ameaça de desemprego que também não deveria ocorrer. Para a revista, os “barões” da indústria paulista podiam estar usando a ameaça do desemprego para pedir mudanças nas medidas de abertura econômica e de arrocho do consumo. *Veja* afirmou que o desemprego era maior em São Paulo, mas, “de acordo com o IBGE, a taxa de desemprego em julho era de 4,83%. Em julho de 1994, era de 5,46%. Essa taxa é considerada de pleno emprego.”¹³³ Concluiu a revista que estava difícil falar em desemprego no Brasil.

Quinze dias após afirmar tacitamente que não havia desemprego no Brasil, *Veja* admitiu: “o desemprego chegou”. Demissão de 1.600 trabalhadores na Mercedes-Benz; ameaça de demissão na Fiat; dispensa de 1.050 trabalhadores da General Motors; acordo entre a Ford e os sindicatos que manteve 800 funcionários em casa ganhando 80% do salário que continuaria sendo reduzido progressivamente até chegar a 50%; demissão de 79.000 trabalhadores, 20% dos empregados no setor têxtil; aumentou 4,5% do desemprego na construção civil; demissão de 10% dos trabalhadores na indústria de calçados. De acordo com o IBGE, no mês de junho de 1995, 3,2 milhões trabalhadores procuravam empregos nos principais centros urbanos do país; em julho o número passou para 3,3 milhões; e em agosto, 3,4 milhões.¹³⁴ Não dava mais para ocultar o desemprego.

Admitido o desemprego crescente, *Veja* procurou apoio para seu comportamento pendular, recorrendo a um argumento de autoridade. Para o economista Roberto Campos, “*Todos os processos de estabilidade levam à crise do fim da inflação, que dá em desemprego. No Brasil não está sendo diferente*”¹³⁵. A revista informou ainda, que todo o mundo desenvolvido enfrentava altas taxas de desemprego, fruto de processos de automação, do aumento da produtividade e da desaceleração da atividade econômica.

“Assim como a reengenharia e os planos de qualidade total não são uma invenção brasileira, a criação de uma massa de novos desempregados também não é um fenômeno nacional. A Europa convive com cerca de 35 milhões de desempregados. Na Espanha, a taxa é de 23% (...) No início dos anos 70, a indústria americana contratava 26% da mão-de-obra. Hoje, emprega

¹³³ Onda do bilhete azul. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1410, ano 28, nº 38, p. 94, 20, set. 1995.

¹³⁴ Ver Vagas em marcha à ré. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1412, nº 40, 04, out. 1995.

¹³⁵ *Idem*, p. 34.

*menos de 20%. Na Alemanha, a queda foi de 36% para 32% no mesmo período*¹³⁶.

Com esses dados, *Veja* procurou justificar o desemprego que negara dias antes. A revista admitiu que o desemprego no Brasil era uma consequência da abertura econômica, mas afirmou que parte dele – no setor têxtil, por exemplo – era fruto da concorrência desleal de produtos chineses, produzidos com trabalho semi-escravo.

Num espaço nobre de comunicação com os leitores,¹³⁷ *Veja* apontou os sinais de racionalidade presentes em duas medidas relacionadas ao emprego e às relações de trabalho. A primeira era a negociação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC com a Ford, pelo qual se reduziu a jornada de trabalho e os salários para evitar demissões. A segunda foi a aprovação da reforma Administrativa na Comissão de Constituição e Justiça do Congresso, que autorizava a demissão de funcionários públicos toda vez que a folha de pagamentos ultrapassasse 60% da receita na União, nos Estados e nos municípios.

De acordo com a revista, o sindicato finalmente entendera que em tempos de incremento de tecnologia e redução de emprego, era melhor que todos trabalhassem menos e ganhassem menos. Por outro lado os políticos entenderam que era necessário cortar gastos e que para isso teriam que demitir funcionários públicos que oneravam as contas da União, dos Estados e dos municípios. O interessante, nesse caso, era que se comemorasse o sinal de maturidade presente, tanto no sindicalismo que negociou e evitou o desemprego no ABC, como na reforma Administrativa, cuja grande conquista era permitir a demissão de funcionários públicos, entre 230.000 e 1 milhão de servidores, conforme admitiu a própria revista.¹³⁸

Ainda a propósito do acordo entre os sindicalistas do ABC e a Ford, *Veja* afirmou que as duas partes resolveram jogar no lixo a CLT dos tempos do ditador Getúlio Vargas e iniciaram uma negociação que permitia à empresa flexibilizar a jornada de trabalho, determinando a jornada entre 38 e 44 horas semanais. A empresa pagaria menos aos funcionários e criaria um banco de horas ao qual podia recorrer quando houvesse um aquecimento da economia. Em contrapartida a empresa não demitia em massa, mas podia criar um plano de demissões voluntárias. *Veja* definiu o acordo como um “*salve-se quem puder*”, apesar de louvar os “*bons ventos da racionalidade*”.

¹³⁶ Idem, p. 35.

¹³⁷ Na seção *Carta ao leitor*, *Veja* cria uma identidade mediática entre a revista e os leitores impondo a estes um ponto de vista sobre os acontecimentos. Ver Maria Ângela Fantin. *Veja criação de uma identidade mediática...* op. cit.

¹³⁸ Ver Ataque ao monstro. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1416, ano 28, n° 44, pp. 36-39, 01, nov. 1995.

Para *Veja*, o acordo era simples e razoável, além de demonstrar um amadurecimento das relações trabalhistas no país e do sindicalismo brasileiro que, até bem pouco tempo, lutava somente por aumentos salariais e naquele momento foi obrigado a brigar mais por emprego do que por salário. “Às vésperas da data-base dos metalúrgicos, quando são negociados aumentos salariais, o acordo que não contém um único item fixando reajustes, foi aprovado por unanimidade”¹³⁹.

Em grande reportagem abordando as estatísticas sobre o desemprego no Brasil *Veja* defendeu as mudanças na economia e confrontou os dados então divulgados sobre desemprego no Brasil. Diante de uma pesquisa divulgada pela Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – dando conta de que a indústria paulista fechara 180.000 postos de trabalho no ano de 1995, a revista apresentou argumentos para provar que era exagero.

“Seria natural que as pessoas se preocupassem com o desemprego se o país estivesse indo para o buraco. Ocorre que, no Brasil, a economia vai razoavelmente bem, as empresas estão produzindo mais, aviões partem lotados de turistas para o exterior e nunca se vendeu tanto frango, carne de porco, geladeira, carro, roupa e outros produtos (...) não existe desemprego em massa no Brasil, como fazem crer as estatísticas setoriais estridentemente divulgadas (...) o que há é uma discussão confusa e emocional sobre o assunto (...) o desemprego na indústria é um fenômeno mundial (...) enquanto a indústria demite, outros dois setores da economia, comércio e serviços estão expandindo contratações. O resultado é que o número de empregos cresceu no ano passado”¹⁴⁰.

Para *Veja*, havia razões suficientes para sustentar que não havia desemprego no Brasil. As estatísticas da indústria refletiam aspectos pontuais das mudanças por que passava o país. O Brasil teria intensificado sua participação no comércio internacional expondo sua indústria à concorrência internacional, como fazia o resto do mundo.

O receituário neoliberal em sua essência pregava um caminho de sacrifícios para atingir a modernidade e o crescimento econômico, o famoso “*remédio amargo*”. Era, pois, essa, a essência do posicionamento de *Veja*. O desemprego seria conseqüência de mudanças econômicas drásticas, mas necessárias, como a abertura da economia que

¹³⁹ O acordo do salve-se quem puder. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1416, ano 28, nº 44, p. 90, 01, nov. 1995.

¹⁴⁰ O que está havendo com seu emprego. *Veja*. São Paulo: Abril, edição 1430, ano 29, nº 06, p. 20, 07, fev. 1996.

expôs as empresas à concorrência de produtos melhores e mais baratos, obrigando-as a cortar custos (demitindo trabalhadores) para enfrentar a concorrência.

“... é um erro atribuir o desemprego no Brasil ao Plano Real, à alta dos juros ou à desaceleração da economia (...) ele é resultado de ajustes profundos na economia brasileira e tem muito em comum com o que está acontecendo no resto do planeta (...) o emprego, tal como é conhecido hoje, é uma espécie em extinção”¹⁴¹.

O diagnóstico era de pretensão realismo e a conclusão drástica: o modelo de desenvolvimento em curso no Brasil e no mundo levava automaticamente ao crescimento do desemprego. Mas a revista argumentava, ao mesmo tempo, que não havia desemprego em massa no país. Mais adiante, na mesma reportagem a revista se propôs a analisar o que estava acontecendo no país com o alarme do desemprego, identificando uma politização da questão:

“... a chiadeira contra o desemprego no Brasil parte de setores que (...) não estão conseguindo se adaptar às mudanças. Números alarmantes de demissões são argumento útil tanto aos patrões quanto aos sindicatos (...) é nesse contexto que devem ser lidos os números da Fiesp que toda semana alimentam as manchetes sobre demissões”¹⁴².

As oposições, segundo o raciocínio apresentado por *Veja*, não eram apenas de sindicatos e partidos de esquerda, mas de vários setores representantes do atraso. A revista, no entanto, não aprofundou a análise das divergências existentes entre os dois principais grupos (patrões e sindicatos) dentro desses setores identificados como representantes do atraso. O eixo da luta foi magnificamente desviado das contradições fundamentais para comportamentos corporativos capazes de aliar-se numa luta sangrenta entre o velho e o novo, a modernidade e o atraso.

Em abril de 1996, o governo enviou ao Congresso um projeto de mudança na legislação trabalhista. Ainda segundo a revista, o projeto era um balão de ensaio, se o Congresso não o aprovasse o governo também não se incomodaria muito.

“Em nome de facilitar as contratações, o que o texto barateia são as demissões. O trabalhador (...) não perde direito a férias, 13º salário, licenças maternidade e paternidade e repouso semanal remunerado (...) os depósitos

¹⁴¹ Idem, p. 22-23.

¹⁴² Idem, p. 24.

*(...) em sua conta no FGTS caem de 8% para 2% (...) e ele perde o direito de receber 40% sobre o valor do FGTS caso seja demitido*¹⁴³.

A reportagem criticou o fato de que o projeto barateou a demissão e não a contratação de novos funcionários, mas havia uma intenção não manifesta de cobrar do governo uma reforma radical que reduzisse o custo Brasil. A revista afirmou que os encargos sociais representavam, então, 58% dos salários e que o governo afirmava que o regime especial proposto para atingir 20% dos trabalhadores de cada empresa, baixaria esses custos para 33%. Deve-se registrar que a revista anotou tudo o que o trabalhador não perdia como: férias, 13º salário e licenças maternidade e paternidade; mas o fez como se quisesse defender uma reforma que tirasse também esses direitos.

Em novembro de 1996, o governo anunciou um anteprojeto que alterava as relações de trabalho no país. Pelo anteprojeto, as empresas podiam demitir trabalhadores em duas situações: “*retração grave*” – quando a empresa estivesse em dificuldades financeiras – e “*motivo tecnológico*” – quando a empresa precisasse demitir para promover modernização de seus equipamentos. Nos casos acima descritos, o projeto do governo propunha reduzir as indenizações retirando a multa de 40% sobre o FGTS dos demitidos. Para *Veja*, o governo novamente facilitou as demissões com o propósito de proteger o emprego, admitindo que se tratava de uma proposta controversa.

Empresários entrevistados pela revista afirmaram que facilitando as demissões o governo abria a possibilidade de que houvesse mais contratações. Enquanto isso os sindicalistas da CUT criticavam o projeto, por não apresentar garantia alguma à abertura de novos postos, somente facilitar as demissões.

*“O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, achou uma forma publicitária de protestar contra a novidade: foi para a Praça dos Três Poderes e disse que ficará lá em ‘greve de fome’, por 24 horas tomou água mineral, falou ao celular, jogou baralho e, de concreto perdeu 300 gramas na dieta*¹⁴⁴.

A própria *Veja* abordou criticamente o projeto do governo, no entanto, tratou com evidente descaso a greve de fome iniciada pelo sindicalista que, em um ato isolado tentava barrar a proposta do governo. Se a atitude isolada do presidente da CUT era questionável, como forma de resistência, os leitores mereciam uma análise crítica objetiva

¹⁴³ Balão de ensaio trabalhista. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1438, ano 29, nº 14, p. 21, 03, abr. 1996.

¹⁴⁴ Felipe Patury. Demissão barata. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1471, ano 29, nº 47, p. 20, nov. 1996.

e não uma ironia simplista da revista, mas esse era o modo como a revista vinha tratando todas as ações de resistência dos sindicalistas e dos opositores ao projeto do governo.

Em uma grande reportagem sobre as mudanças no emprego no Brasil e no mundo *Veja* analisou uma situação real: o emprego estava em baixa, o chamado mundo do trabalho estava mudando muito. Era tudo verdade. Mas a revista omitiu o fato de que os programas econômicos neoliberais aplicados, principalmente, na América Latina, geraram desemprego em massa. A revista procurou atribuir o desemprego a uma situação estrutural e eximiu de culpa o programa econômico do governo FHC.

“O mercado de trabalho não é mais o mesmo, esse é o fenômeno. Num cenário em que há mais candidatos do que vagas disponíveis, ele foi dominado por um darwinismo econômico em sua expressão mais avançada. Competição é o mandamento principal desse processo. O mais ágil engole o mais lento e não há muito o que se possa fazer...”¹⁴⁵.

A explicação era a mesma que se encontrava nos meios empresariais, sobretudo entre seus analistas de Recursos Humanos e era usada como justificativa para a busca incansável dos trabalhadores por mais qualificação profissional. Os desempregados freqüentavam cursos e mais cursos, mas não eram absorvidos em novos postos de trabalho. Na prática o expediente coloca a culpa pelo desemprego nos próprios trabalhadores, suas vítimas evidentes.

No Brasil, segundo *Veja*, o fenômeno do desemprego estrutural demorou um pouco mais a chegar devido ao fechamento do país. As reformas neoliberais, principalmente a abertura do país às importações, teriam acelerado um processo que seria inevitável.

“Até a posse de Fernando Collor de Mello, em 1990, a economia era fechada. Os empresários não pensavam em produtividade porque não havia concorrência (...) quando se rompeu a bolha protetora apareceu toda a ineficiência de suas empresas e os brasileiros passaram a experimentar modificações que os trabalhadores de outros países – como os americanos – já vinham amargando há muito tempo”¹⁴⁶.

Mas *Veja* ponderou que o desemprego no país ainda não assustava tanto como na Europa.

¹⁴⁵ Antenor Nascimento e Roger Ferreira. O funil estreitou. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1473, ano 29, nº 49, p. 116, 04, dez. 1996.

¹⁴⁶ Idem, p. 119.

“No Brasil, o problema do desemprego tem características diferentes. Enquanto na Europa a taxa de desempregados sobe para 11,5%, no Brasil ela está na faixa de 6%, bastante moderada...”

É pouco provável que a longo prazo, haja um problema sério de desemprego no Brasil, porque o país cresceu pouco nos anos 80 e sua infraestrutura, toda desmantelada, vai exigir o recrutamento de milhões de trabalhadores se o país continuar crescendo como vem ocorrendo de dois ou três anos para cá”¹⁴⁷.

Note-se que a revista primeiro identificou uma taxa de desemprego no Brasil menor do que as taxas da Europa. Depois, de modo subliminar, encontrou uma vantagem no pequeno crescimento que o país havia tido na década perdida dos anos 80. Estaríamos em melhor situação do que a Europa desenvolvida porque não tivemos crescimento nos anos anteriores. Com a aplicação do ajuste neoliberal, o Brasil poderia atingir os prometidos índices de crescimento – já experimentados nos quase três anos de Plano Real – e tudo ficaria bem. Mas nesse caso, *Veja* deveria ter esclarecido que o Brasil tenderia a trilhar um caminho idêntico ao dos países desenvolvidos e enfrentaria o desemprego estrutural que aqueles países já estavam enfrentando. Os argumentos, de fato, eram controversos.

No início de 1997, de acordo com *Veja*, o Brasil estaria enfrentando um problema relativo ao emprego, mas não era falta de vagas e sim falta de trabalhadores que atendessem às exigências do mercado de trabalho. A revista realizou uma grande reportagem com o título *“Procura-se gente para trabalhar”* na qual informava que empresas estavam buscando profissionais especializados em todo o país, ainda assim havia vagas em aberto por falta desses profissionais.

Segundo a revista, tratava-se de um fenômeno novo que as estatísticas ainda não haviam captado por completo, mas o emprego estava mudando. Os estudos registravam o fechamento de postos nas indústrias e a abertura de novas vagas no comércio e nos serviços, bem como o surgimento de novas fronteiras econômicas e geográficas. Estariam faltando professores de línguas no Rio Grande do Sul e médicos no sul de Minas Gerais, montadoras instaladas no Paraná e indústrias têxteis e calçadistas instaladas no Nordeste estariam procurando mão-de-obra em outros Estados. De acordo com *Veja*, o desemprego crescia em São Paulo, mas sobravam vagas em outras regiões do país: de 1989 a 1995 a Bahia gerou 400.000 novas ocupações a mais do que São Paulo, dos 8,7

¹⁴⁷ Idem, p. 122.

milhões de empregos criados no Brasil nos últimos seis anos, mais da metade surgiram em Minas Gerais e nos Estados do Nordeste e do Centro-Oeste.¹⁴⁸

De acordo com *Veja*, a infra-estrutura, antes encontrada apenas em São Paulo, teria começado a se distribuir melhor por outras regiões do país permitindo um crescimento da atividade produtiva. Além disso, o mercado também estaria se ampliando em outras regiões do país e diversificando o consumo, tornando o Brasil menos paulista. Ainda de acordo com a revista, a mão-de-obra também seria outro atrativo. Ela já não seria tão desqualificada quanto antes e ainda era muito mais barata em algumas regiões do país.

A ameaça de desemprego na indústria paulista levou os Metalúrgicos de São Paulo ligados à Força Sindical a fecharem um acordo com o sindicato dos fabricantes de autopeças, o Sindipeças. Os trabalhadores aceitaram uma redução nos salários em troca da garantia de emprego. Os empresários se comprometeram a não demitir trabalhadores durante cinco meses, em troca poderiam reduzir a jornada de trabalho de seus empregados em até 25% e os salários em até 10%. Para *Veja*, o acordo era inédito porque contrariava um princípio cristalizado há décadas no país que impedia a redução de salários. Sem o acordo, informou a revista, 8.000 trabalhadores poderiam ser demitidos no período.

Veja contrapôs os procedimentos da Força Sindical aos da CUT, que iniciou uma campanha contra a demissão no mesmo período. Conforme informou a revista, diante de uma proposta semelhante à negociada pelos metalúrgicos filiados à Força Sindical, os sindicatos do ABC, filiados à CUT, recusaram a negociação e convocaram uma greve tentando reeditar os movimentos de massa dos anos 80, mas apenas 12.000 pessoas compareceram à paralisação convocada.

“Entre a postura das duas centrais há um oceano de distância. Diante da demissão anunciada, uma delas negociou. O prêmio é a manutenção do emprego por cinco meses. O preço é um salário menor no fim do mês. A outra central não dobrou a espinha. Se a Volks resolver não demitir, terá ganho a parada, mantendo o salário. Se a companhia cumprir a promessa, o preço será 10.000 cabeças”¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Ver Laurentino Gomes e Thomas Traumann. Procura-se gente para trabalhar. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1483, ano 30, nº 07, pp. 80-82, 19, fev. 1997.

¹⁴⁹ Eliana Simonetti. Quebra-se o gesso do salário. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1526, ano 30, nº 250, pp. 36-37, 30, dez. 1997.

De acordo com a revista, nenhuma das opções era boa, mas agiu como se a postura da Força Sindical fosse muito mais razoável. A contraposição da possibilidade de perda do emprego, num caso, à perda de 10% do salário no outro, demonstrou uma hierarquia das possibilidades em que parecia melhor optar por perder menos.

Para *Veja*, o acordo demonstrava que a CLT era uma lei envelhecida e as pessoas precisavam pensar no acordo realizado pelos metalúrgicos de São Paulo como uma possibilidade. O mercado de trabalho teria mudado muito e a legislação trabalhista brasileira não teria acompanhado essas mudanças. Com o propósito de proteger o emprego e o salário, a CLT teria engessado as relações trabalhistas e na prática não protegia o emprego, mas, devido às restrições que impunha, acabava estimulando a informalidade. O gesso começou a ser quebrado e era provável que muitos setores começassem a negociar acordos semelhantes. Por essa lógica, estava correta a Central Sindical que negociou com os empresários para evitar a demissão, mesmo desrespeitando a legislação vigente.

O desemprego começou a ser tratado por amplos setores da sociedade brasileira como um dos maiores problemas sociais do governo FHC. Os índices, já altos, não paravam de subir e a expectativa era de uma taxa de desemprego de 7% em 1998. Esta taxa era igual à de 1981, ano em que o país estava em recessão. Havia consultores que trabalhavam com uma expectativa de 9% de desempregados, taxa ainda inédita no país.

Segundo *Veja*, o índice brasileiro ainda era ameno se comparado aos de alguns países europeus, na Espanha haveria 22% de trabalhadores desempregados e na Alemanha o desemprego estava na casa dos 12%.¹⁵⁰ O problema maior seria o temor do desemprego que assustava 63% dos brasileiros, conforme a pesquisa do Ibope. A revista, no entanto, sempre considerava o desemprego como consequência da modernização das indústrias brasileiras que foram beneficiadas pelas reformas do governo que facilitaram a importação de máquinas e estimularam a concorrência com importados, produzidos por empresas mais produtivas e com custo mais baixos. A indústria nacional estaria falindo no enfrentamento de uma concorrência desigual com os importados mais baratos. Então o desemprego era inevitável, pois fruto da modernização.

“O trampolim foi o Plano Real (...) para o cidadão, o mergulho foi assustador. Se ele já não perdeu o emprego para um código de barras, está ameaçado por exigências desconhecidas. Querem que ele fale inglês fluente,

¹⁵⁰ Ver Eliana Simonetti e Ricardo Grinbaum. Assombração nacional. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1533, ano 31, nº 06, pp. 68-73, 11, fev. 1998.

*pois o manual, o cliente ou o fornecedor são estrangeiros. Esperam – ou melhor, exigem – que ele saiba lidar com computador, seja criativo, flexível, inquieto. Isso quando não perguntam ao candidato a uma vaga se ele, por acaso, teve a interessante experiência de viver alguns anos no exterior*¹⁵¹.

A abordagem acima era, sem dúvida, deturpada. Todas as exigências citadas pela revista, de fato, existiam e eram crescentes, mas a reportagem fez referência ao trabalhador que perdeu o emprego para um código de barras, portanto, um caixa de supermercado, e em seguida citou as exigências de domínio do idioma inglês e vivência no exterior. Estas não eram exigências comuns aos candidatos a cargos equivalentes ao de caixa de supermercado. As exigências que a revista relatou faziam sentido para cargos de executivo e de assessoria, mas não era esse tipo de desemprego que assustava. Taxas de desemprego de 7% a 9% não poderiam referir-se apenas a profissionais de quem se esperasse domínio do inglês e vivência no exterior. O recurso, além de colocar a culpa do desemprego no próprio trabalhador, mascarava o desemprego real.

Veja relatou que o processo de privatização aumentou sobremaneira o desemprego, 50.000 trabalhadores teriam perdido o emprego nas sete maiores empresas privatizadas, outros milhares de trabalhadores perderam o emprego por causa da concorrência de produtos estrangeiros. O crescimento do comércio internacional era outro fator gerador de desemprego no Brasil, pois as indústrias que fabricavam todos os seus componentes no Brasil, passaram a observar onde esses componentes poderiam ser adquiridos a menor preço e passaram a importá-los.

As constatações de *Veja* não causavam grandes surpresas. Em grande parte as informações eram verdadeiras e todos estavam de acordo com elas, a conjuntura era geradora de desemprego, fruto da dinamização do comércio, da concorrência com produtos importados a custos mais baixos, da automatização crescente das empresas e das exigências de maior qualificação dos trabalhadores. Mas a revista lançava mão de vários mecanismos, ora para mascarar, ora para justificar o desemprego: numa reportagem afirmava não haver desemprego no Brasil, mas apenas uma nova distribuição geográfica do emprego; noutra informava que a indústria fechava postos, mas o comércio e os serviços não paravam de crescer e empregar; não tardava e a revista afirmava que as taxas de desempregos eram alardeadas pelos barões da indústria para pedir benesses e proteção, bem como por sindicalistas ligados à CUT e ao PT para atrapalhar as reformas do governo. Quando não era mais possível negar o desemprego crescente, a

¹⁵¹ Idem, p. 68.

revista manipulava informações verdadeiras para afirmar que, sim havia desemprego, mas ele era inevitável, como a seguinte afirmação: “o desemprego é uma das fichas que se paga para entrar no jogo internacional, mas não há alternativa”¹⁵².

No final de 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso, já reeleito com a promessa de acabar com o desemprego, anunciou algumas medidas para combater desemprego como: o pagamento de três parcelas extras de seguro-desemprego para quem estivesse desempregado há pelo menos um ano e tivesse mais de 30 anos; a suspensão temporária do contrato de trabalho, autorizando as empresas a manter seus empregados fora da empresa por cinco meses sem salário, mas recebendo uma cesta básica; a autorização de estágio para estudantes do ensino médio; e a autorização para que sindicatos pudessem organizar-se livremente apenas com registro em cartório. Esta última medida mereceria mais atenção e uma análise cuidadosa.

“O governo quer que os sindicatos possam ser organizados livremente, com um simples registro em cartório (...) A idéia é fazer com que os sindicatos livres aprimorem sua técnica de negociação e os direitos trabalhistas passem a ser estabelecidos por contrato entre trabalhador e empresário, como ocorre nas economias ágeis...

O fato é que o governo tocou (...) numa velharia que precisa ser destruída até os alicerces. A antiguidade é a legislação trabalhista brasileira, construída em 1943, inspirada nas leis da Itália fascista. Na letra, ela é superprotetora. Na prática, empurra mais da metade da força de trabalho para informalidade”¹⁵³.

As medidas do governo e a análise de *Veja* formavam uma grande cortina de fumaça. O desemprego chegou a 8% da população economicamente ativa, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, o IBGE, o governo editou uma medida autorizando a proliferação de sindicatos e restringindo a autonomia da justiça trabalhista; e *Veja* abordou a proposta como um duro golpe no modelo ultrapassado de sindicalismo. O fim da unicidade sindical poderia ser considerado uma medida interessante, a legislação trabalhista brasileira criada por Getúlio Vargas era, de fato, inspirada na *Carta del lavoro* fascista. Era tudo verdade, mas a reforma da legislação não poderia ser feita a toque de caixa para conter o crescimento de desemprego causado pela recessão, altas taxas de juros e pela invasão de importados. Uma reforma trabalhista, de

¹⁵² Idem, p. 70.

¹⁵³ Eliana Simonetti e João Sorima Neto. Um sopro na ferida. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1572, ano 31, nº 45, p. 172, 11, nov. 1998.

inspiração neoliberal ou não, teria de passar por intenso debate no Congresso e sofreria fortes oposições, como ocorre nos regimes democráticos.

3.4.4 Greve geral: a carência de lideranças

As três centrais sindicais brasileiras marcaram uma greve geral para o dia 21/06/96, a greve foi um fracasso. *Veja* analisou o fracasso da greve com uma reportagem marcada por ironias e afirmações controvertidas, para demonstrar que o fracasso da greve deveu-se mais à carência de líderes sindicais do que às insatisfações dos trabalhadores. Motivos até havia para que a greve tivesse sucesso, mas os sindicalistas que dirigiam as centrais sindicais não teriam comunicação com seus comandados.

“O fiasco é ainda maior quando se recorda que a CUT (...) e a Força Sindical estiveram juntas (...) desta vez, não podiam sequer cumprir o clássico ritual de acusar-se de radicalismo e esquerdismo, num caso, ou de peleguismo e covardia, em outro ...”¹⁵⁴.

A reportagem, bastante personalista, apresentou uma crítica contundente às lideranças sindicais. Após toda uma introdução que pretendia culpar os sindicalistas pelo fracasso, a revista afirmou que desemprego era preocupante e havia muitos escândalos no governo, ou seja, descontentamentos suficientes para uma greve mais expressiva. O que faltou foi competência dos sindicalistas.

“Para os dois grandes caciques sindicais, foi um fracasso particular. Medeiros aderiu a todos os governos que lhe prestaram favores e verbas para se apresentar como adversário da CUT. Já Vicentinho cravou duas marcas em sua biografia. A primeira é a de ter recebido a bênção de Lula no comando da CUT. A segunda, de patrocinar uma série irretocável de derrotas”¹⁵⁵.

Para sustentar a análise personalista, *Veja* recorreu a um argumento de autoridade. O professor e estudioso de trabalho e sindicalismo na Unicamp, Leôncio Martins Rodrigues, numa análise também personalista, afirmou: *“o objetivo da greve, na verdade, foi mostrar que o Vicentinho ainda é de esquerda, que Medeiros não é tão de direita quanto parece e que a CGT ainda existe”¹⁵⁶.* A análise caiu como uma luva para

¹⁵⁴ Caciques unidos no fiasco. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1450, ano 29, nº 26, p. 44, 26, jun. 1996.

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ Idem, p. 45.

Veja. Nesta análise, estavam ausentes as próprias estruturas sindicais, que não são tão afeitas ao caciquismo descrito, além de não problematizar as causas (razoáveis ou não) da insatisfação das lideranças sindicais com o governo. Uma decisão de greve geral passa por assembleias e esbarra em correntes sindicais distintas envolvidas em disputas internas pelo controle dos sindicatos. Importante ressaltar que a revista não reproduz na íntegra as análises encomendadas a seus consultores, recorre apenas aos trechos que lhe interessam.

Numa análise mais objetiva da proposta de greve, *Veja* afirmou que as bandeiras levantadas pelos sindicalistas eram muito amplas, tão vagas que era impossível saber contra o que os trabalhadores deveriam protestar. A análise objetiva logo deu lugar às ironias habituais. Ao comentar o apoio da AFL-CIO, central sindical norte-americana à greve brasileira, *Veja* afirmou: “... conhecida por seu peleguismo e suas relações com a Máfia, a central americana (...) está mudando. Recentemente (...) solidarizou-se com sindicatos que combatem a privatização no México”¹⁵⁷.

Com estas afirmações, uma vez mais *Veja* deu as linhas de sua crítica. Todas as vezes que sindicatos ou centrais sindicais e partidos de esquerda criticavam as políticas neoliberais a revista enxergava algum casuísmo, independentemente dos motivos, sucessos e fracassos dessas investidas. A crítica à AFL-CIO, ainda que procedente, escondia o fato de que sindicatos em todo o mundo atuaram contra as políticas neoliberais que reduziam direitos, e implementavam programas privatistas, desde os enfrentamentos entre os sindicatos ingleses e a Primeira ministra Margareth Thatcher.

3.4.5 Relações de trabalho no setor público: a reforma administrativa

Os ministros da área econômica demonstraram resistências em negociar aumentos de salários com o funcionalismo público referente ao ano de 1995. Segundo *Veja*, havia uma tradição que determinava que os salários do funcionalismo fossem reajustados anualmente com base na inflação do ano anterior, desta vez o governo pretendia dar reajuste zero. Segundo a revista, os gastos com o funcionalismo aumentavam a cada ano, mesmo que o governo na concedesse aumentos. Entre 1994 e

¹⁵⁷ Idem, p. 47.

1995 a folha de pagamentos teria sofrido uma variação de 27% e a previsão para 1996 era de um aumento de 12% na folha sem a concessão de reajustes.¹⁵⁸

Veja argumentou que os aumentos automáticos não representavam aumentos salariais para o grosso do funcionalismo que continuava ganhando muito mal. A explicação segundo a revista era que o aumento ocorria principalmente pelo aumento dos vencimentos dos aposentados. Para a revista a máquina pública brasileira não estava inchada, nem os salários do funcionalismo eram, exatamente, milionários. Tudo se explicaria pela existência de algumas “aberrações” na legislação e por um número relativamente grande de privilegiados que ganhavam salários milionários. Isto, segundo a revista, justificava a necessidade e a urgência das reformas administrativa e previdenciária.

Enquanto defendia alternativas que evitassem o desemprego no setor privado, *Veja* se esmerava em louvar as alternativas que possibilitassem a demissão de servidores públicos. A revista produziu uma grande reportagem para comentar a quebra da estabilidade do funcionalismo público brasileiro, informando que após dois anos tramitando na Câmara Federal, a reforma administrativa foi parcialmente aprovada. Os funcionários públicos já podiam ser demitidos por insuficiência de desempenho e toda vez que a folha de pagamento da União, dos Estados e dos municípios ultrapassasse 60% da receita, além disso, estabeleceu-se um teto salarial para o funcionalismo e acabou a isonomia entre civis e militares. Essas medidas eram apenas parte da reforma e ainda precisavam ser votadas em dois turnos pelo Senado, mas a reforma estava avançando.¹⁵⁹

De acordo com *Veja*, o fim da estabilidade do funcionalismo foi uma revolução, pois permitiria a redução dos gastos da União, dos Estados e municípios, mas o seu significado mais expressivo foi acabar com a acomodação que a estabilidade teria criado no funcionalismo. Segundo a revista, com a reforma, o país passou a trilhar o mesmo caminho dos países desenvolvidos. Apenas as carreiras típicas de Estado, sem correspondente na iniciativa privada, como policiais, juízes, promotores, fiscais da Receita e diplomatas seriam estáveis, só podendo ser demitidos por grave falta administrativa.

¹⁵⁸ Ver A proposta é reajuste Zero. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1428, ano 29, nº 04, p. 26, 24, jan. 1996.

¹⁵⁹ Ver Leonel Rocha. Fim de uma era. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1524, ano 30, nº 48, p. 38, 03, dez. 1997.

CAPÍTULO QUARTO – POLÍTICA ECONÔMICA

Neste capítulo, analisamos os temas de política econômica (privatizações, estabilidade econômica e crescimento econômico) que compõem a política de governo com vistas ao desenvolvimento econômico e se relacionam mais diretamente com os interesses da classe dominante. A temática econômica era predominante na política desenvolvida no período sob inspiração do Consenso de Washington e tinha grande destaque na cobertura de *Veja*.

4.1 – Privatizações

Em reportagem preparada para apresentar o governo FHC e justificar a vitória daquele grupo nas eleições de 1994, *Veja* revelou sua expectativa com o novo governo e apresentou propostas objetivas para tirar o país da crise e trilhar o caminho do desenvolvimento. A revista propunha um programa de reformas orientadas para o mercado nos moldes da política neoliberal.

“Pressionadas pela crise internacional, as empresas se ajustaram, cortando gorduras, melhorando o desempenho, evitando endividar-se. Bastou surgir algum sinal de estabilidade no horizonte – isso veio com o Plano Real que o Brasil começou a decolar (...) O que falta é sanear, enxugar, privatizar, penalizar os oligopólios dos barões do empresariado e desmanchar os monopólios estatais.”¹⁶⁰

Dentre as reformas que precisavam ser urgentemente realizadas estava a definição de empresa nacional na Constituição de 1988, pois esta discriminaria o capital externo e desestimularia os investimentos de empresas estrangeiras no país. Para enfrentar esse problema, seria preciso mudar a Constituição. Para a revista não deveria haver dificuldades nesse sentido. A receita de *Veja* era acabar com a distinção entre empresas nacionais e estrangeiras aumentando assim o interesse de empresas estrangeiras por investimentos no Brasil, como a compra de estatais.

Segundo *Veja*, era preciso ainda mudar toda a forma de concessão de serviços públicos, pois o governo não tinha dinheiro para investir na recuperação e modernização de rodovias, de ferrovias, de hidrelétricas e de portos. Era preciso deixar que a iniciativa

¹⁶⁰ Depois da posse e do champanhe... *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1374, ano 28, nº 02., p. 23, 11, jan. 1995.

privada – sobretudo o capital estrangeiro –, que tinha recursos, investisse nesses setores, adotando medidas de concessão que os tornassem atraentes ao investimento privado. Para tanto, era preciso vencer lobbies das estatais, dos ministérios e das empreiteiras. Com tais medidas, o Estado deixaria de gastar e a iniciativa privada seria convidada a investir como um negócio.

Ainda, dentre as propostas veiculadas por *Veja*, outro problema a ser enfrentado era o monopólio estatal, medida complementar à anterior, abrindo a economia do país à entrada de capital estrangeiro. *Veja* deu receita: “os setores de telecomunicações e de petróleo (...) poderiam ser privatizados”.¹⁶¹ Poderiam render um bom dinheiro para o governo, abriria o país aos investimentos estrangeiros e alavancaria o desenvolvimento. Segundo a revista, embora houvesse resistências muito fortes a mudanças como quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações – sobretudo na esquerda onde predominava o raciocínio de que esses setores eram estratégicos – era preciso enfrentar as resistências.

Uma pesquisa com os parlamentares, realizada pelo Instituto Vox Populi a pedido de *Veja*, foi utilizada para justificar a viabilidade das reformas definidas como necessárias na Constituição Federal. De acordo com a pesquisa, 58% dos congressistas eram favoráveis ao fim do monopólio do petróleo, 39% eram contrários. No caso das telecomunicações, a pesquisa deu conta de que 78% dos congressistas eram favoráveis ao fim do monopólio, enquanto 28% que eram contrários. Ainda com relação ao fim dos monopólios, no caso do setor de energia, 84% dos congressistas eram favoráveis e apenas 11% eram contrários.

A pesquisa apontou ainda que 71% dos congressistas eram favoráveis à mudança na definição de empresa nacional, enquanto 24% eram contrários. Perguntados se as empresas estrangeiras podiam explorar minério no país, 70% responderam que sim e apenas 24% responderam que não. Sobre a distribuição de gás encanado por empresas privadas, 87% eram favoráveis e somente 10% eram contrários. A propósito da navegação de cabotagem, 75% admitiam a competição de empresas estrangeiras e apenas 16% eram contrários.¹⁶²

Em maio de 1995, o governo anunciou um pacote de privatizações de dezessete empresas estatais, incluindo a Vale do Rio Doce e empresas do setor elétrico. De acordo com *Veja*, “o governo saiu do marasmo em que estava no terreno das privatizações”,

¹⁶¹ Idem, pp. 20-23.

conseguindo apagar a impressão de que estava hesitante diante do programa de privatizações por medo de críticas da oposição. Embora apoiasse declaradamente o grupo no poder, especialmente o presidente, na realidade, a revista era defensora do programa de ajuste econômico. *Veja* ocupava uma posição de vanguarda na defesa do ideário neoliberal. O governo era muitas vezes criticado por não ser suficientemente firme e ágil na implementação das reformas neoliberais.

Segundo *Veja*, o governo FHC fora o único a realmente implementar as reformas neoliberais no Brasil.

“... desde 1991, quando começou a venda de estatais brasileiras, o governo conseguiu arrecadar 8,6 bilhões de dólares, privatizando 33 empresas. É quase nada perto do que se planeja fazer agora. O governo não está ensaiando empurrar micos, como a companhia de navegação Lloyd Brasileiro, para o setor privado. Está colocando à venda o que tem de melhor.”¹⁶³

Note-se que *Veja* comemorou o fato de que o governo pretendia privatizar as melhores empresas sob seu controle. Para a revista, o governo deixava de investir em escolas e hospitais porque gastava recursos com empresas deficitárias e não recebia das empresas lucrativas. Novamente *Veja* esboçou um raciocínio no mínimo inverossímil. Se havia empresas lucrativas, onde iam parar os lucros que o Estado não recebia? Sem as devidas explicações, o argumento ficou falacioso, mas de outro modo seria muito difícil defender a privatização de empresas lucrativas sem parecer ideológico.

Veja apresentou algumas razões para a defesa das privatizações, uma delas era que o atraso na reforma fiscal podia comprometer a estabilidade econômica, e, com as privatizações, o governo teria fôlego para aguardar a reforma sem comprometer a estabilidade; outra razão era que os investidores nacionais e estrangeiros estavam ficando ressabiados com o governo, aconselhando a retirada de investimentos no país, e com as privatizações, revertiam-se as expectativas do mercado, aumentando os investimentos no país.

Havia, sem dúvida outros argumentos, como o de que o Estado deixaria de gastar em empresas deficitárias e ainda arrecadaria recursos com a privatização. De acordo com *Veja*, desde 1991, o governo repassou para o setor privado, dívidas de 3,2 bilhões de dólares e economizou outros 3 bilhões em investimentos¹⁶⁴. *Veja* não informou que todos

¹⁶² Ver O congresso diz sim. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1380, ano 28, nº 08, pp. 29-31, 22, fev. 1995.

¹⁶³ Uma oferta de bilhões. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1389, ano 28, nº 18, p. 36, 03, mai. 1995.

¹⁶⁴ Idem, pp. 36-37.

os processos de privatização foram precedidos de pesados investimentos nas empresas para saneá-las antes serem vendidas. Normalmente o governo arcava com as despesas de demissão, dívidas trabalhistas e outros encargos.¹⁶⁵

4.1.1 Quebra do monopólio estatal do petróleo

Em maio de 1995, o Congresso aprovou a proposta do governo quebrando o monopólio estatal do petróleo. Para *Veja*, o governo fez muitas concessões na votação da emenda e, se continuasse fazendo tantas concessões em outras reformas, estaria “*expondo o país a uma farsa*”.

De acordo com a revista, na votação da emenda citada os opositores conseguiram uma manobra esperta que alterou sua redação e, na prática, não quebrou o monopólio, apenas descentralizou exploração de petróleo e a distribuição do gás encanado. A oposição teria feito uma festa no Congresso comemorando as concessões obtidas no processo de aprovação da emenda.

“... a festa espalhou-se por uma maré de grevistas que, de ponta a ponta do país, obedecendo a um comando da CUT, braço sindical do PT, cruzaram os braços por tempo indeterminado. Sob o pretexto de fazer reivindicações salariais, os grevistas da CUT pretendem assustar os congressistas que estão votando a reforma da Constituição. Petroleiros, eletricitários, telefônicos e previdenciários (...) são contra a privatização e o fim do monopólio, porque desfrutam de condições privilegiadas (...) Ganham mais do que os outros trabalhadores brasileiros e têm mordomias de padrão sueco, desconhecidas na iniciativa privada.”¹⁶⁶

Para *Veja*, a política brasileira do momento dividia de um lado os sensatos políticos defensores das privatizações e de outro lado os insensatos baderneiros e afins, defensores dos privilégios e dos monopólios estatais. Mas a revista comemorou o fato de que o presidente finalmente entendeu a real dimensão do problema, pois já iniciara um tratamento duro com os grevistas da CUT.

Veja considerou a quebra do monopólio uma vitória contra os defensores do atraso e dos privilégios, mas, quanto aos resultados práticos da medida, fez uma abordagem bastante isenta. Embora a ideologia neoliberal defendesse a concorrência, a redução dos

¹⁶⁵ Ver Aloysio Biondi. *O Brasil privatizado...* opt.cit

¹⁶⁶ A reforma pega no tranco. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1390, ano 28, nº 19, p. 32, 10, mai. 1995.

preços de bens de consumo, a criação de empregos e os investimentos massivos no país, *Veja* descartou tais mudanças.

“... a votação não muda em nada o mercado de petróleo no Brasil, ao menos por enquanto. Ninguém deve esperar a construção de refinarias privadas para breve – elas já existem em excesso no mundo inteiro – nem deve imaginar que a gasolina irá baixar de preço na semana que vem”¹⁶⁷.

A isenção de *Veja* não deixa de causar surpresa. Quais seriam então os argumentos tão convincentes para defender a quebra do monopólio? Deve-se ressaltar que a revista também não comentou a existência de monopólios privados no setor. A tendência ao monopólio nesse setor é admitida por teóricos neoliberais como Friedmann, que afirma claramente que, entre o monopólio estatal e o privado, prefere ficar com o monopólio privado; e Hayek, que admite como melhor alternativa o monopólio privado com regulação estatal.¹⁶⁸

4.1.2 Privatizações com Títulos Públicos e capitalismo popular

As privatizações foram realizadas, inicialmente, com o uso de títulos públicos, as chamadas moedas podres. Uma parte das ações foi vendida para associações de empregados. Esses papéis, adquiridos com desconto de 70% e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, podendo ser pagos em até dez anos, permitiram que os empregados envolvidos no negócio ganhassem um dinheiro que jamais ganhariam trabalhando.

“A idéia de privatizar com a participação dos empregados foi importada da Inglaterra de Margaret Thatcher, que anunciou ali o nascimento do chamado capitalismo popular. A privatização brasileira (...) mostrou que o capitalismo popular não se concretizou, pois a maioria dos empregados já vendeu suas ações. Na Acesita, em Minas, essa participação caiu de 12% para 2%. Na siderúrgica Tubarão, foi de 12% para 4%. Na Petroflex, no Rio Grande do Sul, está chegando ao nível zero”¹⁶⁹.

Veja continuou analisando as privatizações brasileiras defendidas como receita

¹⁶⁷ Era uma vez o monopólio da Petrobrás. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1396, ano 28 n° 24 p. 30, 14, jun. 1995.

¹⁶⁸ Ver Milton Friedmann. *Capitalismo e liberdade...* op. cit., p.34; e Friedrich August von Hayek. *O Caminho da servidão...* op. cit., p. 186.

¹⁶⁹ Dinheiro em papel. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1396, ano 28. n° 24, p. 61, 14, jun. 1995.

para arrecadação de recursos financeiros e para alavancar o desenvolvimento do país com investimentos de grande monta:

“como os negócios nas estatais são feitos em moeda podre, o preço cai para a metade. Além disso, em geral as empresas são vendidas por um preço abaixo do valor de seu patrimônio – e depois que o governo assumiu suas dívidas. Nessa situação, do dia para a noite passam a valer duas, três e até quatro vezes mais (...) os grandes investidores não precisam vender ações (...) Como o volume de papéis é maior, com os próprios dividendos é possível pagar o financiamento”¹⁷⁰.

A revista admitiu que era um negócio extraordinário para os investidores. Deve-se destacar que as privatizações inicialmente estavam destinadas ao empresariado nacional, situação alterada somente com a mudança na Constituição, passando a admitir a entrada de capital estrangeiro nas privatizações. A maioria das privatizações foi feita com o uso de títulos públicos, cujo efeito prático foi o de reduzir a dívida pública. Tal constatação destoava dos propósitos apresentados inicialmente pela revista que afirmava a possibilidade de arrecadação de volumosos recursos para manter a estabilidade da economia. O quadro descrito aqui é outro: feitas as contas, o governo estava pagando para privatizar.

Veja também fez uma crítica ao modelo de “capitalismo popular” iniciado por Margaret Thatcher. O modelo que era louvado por defensores da privatização e utilizado à exaustão para atrair adeptos do movimento operário para o projeto de privatizações, para *Veja*, apresentava problemas.

“O problema novo da privatização reside justamente aí. Para preservar lucros, às vezes é preciso conter salários ou demitir funcionários (...) Outro dado é que a condição de patrões de si próprios é precária. Mesmo dispendo de 10% de uma empresa, podem ser transformados em alvo preferencial de uma aliança dos demais sócios, interessados, num determinado momento, em forçá-los a vender sua participação”¹⁷¹.

A crítica da revista guardava uma boa dose de realismo. Seria louvável, se não desse base para argumentos em defesa das privatizações sem a participação das associações de trabalhadores, entregando de vez as empresas nas mãos dos capitalistas e alimentando a engrenagem da concentração de riquezas já há muito conhecida no Brasil.

De acordo com *Veja*, havia divergências no interior do governo a respeito do

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ Idem, 62.

programa de privatização. De um lado, o grupo liderado por José Serra falava que as grandes privatizações – Vale do Rio Doce e telefonia – só seriam feitas em troca de dinheiro vivo, ou seja, não seriam aceitas as chamadas moedas podres. De outro lado, o grupo liderado por Pedro Malan defendia o uso de moedas podres nas privatizações.

Para a revista, havia um dado positivo na posição defendida pelo grupo de Malan, uma vez que despertava confiança no programa de estabilização, e, com isso, estimulava o interesse dos investidores nas privatizações e demonstrava a disposição da equipe econômica em acelerar o programa de ajuste econômico.

“Na praça financeira, o investidor pode comprar hoje um título da dívida brasileira com valor nominal de 100.000 dólares, pagando, por exemplo, 52.000 dólares. Pelo projeto de Malan, esse papel valerá 100.000 dólares (...) A desvantagem é que o governo deixa de receber dinheiro vivo. Dos 9,3 bilhões de dólares que Brasília arrecadou com a venda de empresas públicas, apenas 1,8 bilhão chegaram na forma de dinheiro”¹⁷².

O raciocínio era aparentemente crítico, ressaltando que o México só aceitou vender suas principais estatais em troca de dinheiro e que a Argentina exigiu 75% em dinheiro. Entretanto, a revista finalizou a matéria afirmando que o que estimulou as privatizações e o ágio na compra de estatais foi a aceitação de títulos. *Veja* só não deu muita atenção à informação de que os títulos públicos eram comprados com 48% de desconto, isto depreciava as estatais, depois se contabilizava o ágio, mas sobre papéis depreciados.

4.1.3 Privatização na rede ferroviária

Logo no primeiro mês do segundo ano do governo FHC, *Veja* começou a cobrar a privatização das estradas federais. De acordo com a revista, o investimento no setor vinha sendo reduzido ano a ano e o setor encontrava-se em *“petição de miséria”*. Os investimentos no setor rodoviário teriam caído de 1 bilhão de dólares em 1991 para 400 milhões de dólares em 1995. Rodovias, ferrovias e portos estavam muito ruins e o custo dos produtos teria aumentado muito. O governo apostava na concessão de serviços públicos para levar dinheiro novo ao setor de transportes, mas era lento: *“algumas rodovias já foram entregues à iniciativa privada e a licitação da Rede Ferroviária Federal*

¹⁷² Torre de Babel. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1413, ano 28, nº 41, p. 106, 11, out. 1995.

*vai devagar*¹⁷³. A privatização desses serviços estaria demorando muito, enquanto isso, os custos de produção subiam e os serviços ficavam cada vez piores. Um caso exemplar para a revista era o dos portos. Nesse caso, já existia um projeto aprovado pelo Congresso desde de 1993. Pelo projeto, a contratação de mão-de-obra deixaria de ser prerrogativa dos sindicatos, permitindo que os portos fossem arrendados para iniciativa privada. *Veja* acreditava que estas mudanças melhorariam os serviços e baixariam os custos. Só faltava o governo apressar a concessão ao setor privado.

Em março de 1996 o governo privatizou um trecho da rede ferroviária. Para *Veja*, foi um sinal de que o sistema ferroviário poderia renascer e melhorar o transporte no país, além de gerar dinheiro para o governo.

*“O transporte ferroviário é muito mais barato do que o rodoviário, mas (...) é preciso manter os trilhos e os equipamentos em boas condições. A RFFSA está longe disso. Tem 560 locomotivas e 6.000 vagões parados por falta de peças. O governo, que está às voltas com falta de verbas até para o essencial, não tem dinheiro para manter locomotivas e trilhos em ordem. Os empresários privados têm”*¹⁷⁴.

De acordo com a revista, além de tecnologicamente atrasado e com custos muito altos, o setor ferroviário era deficitário e por isso onerava o caixa do governo, já combalido. Ainda com base em dados publicados pela revista, a Rede Ferroviária Federal, RFFSA faturava, anualmente, cerca de 900 milhões de reais, dos quais quase 80% era gasto com salários. A companhia gerava um prejuízo de 300 milhões de reais por ano ao governo e, como quase todas as estatais, sofria, há anos, com o excesso de pessoal, a administração burocrática e a falta de investimentos. O governo precisava urgentemente entregar o setor para exploração privada, com isso economizaria recursos que poderiam ser investidos em setores essenciais e, ao mesmo tempo, abriria caminho para a modernização dos serviços e novos investimentos. Era esse, como já demonstramos, o raciocínio para justificar as privatizações.

Em junho de 1996, o governo realizou concessão da malha centro-leste da Rede Ferroviária Federal, *Veja* comemorou com muito entusiasmo a privatização.

“O governo se livrou de mais um elefante branco na semana passada. Passou para iniciativa privada 7.000 quilômetros de trilhos e um lote de vagões velhos e enferrujados da Rede Ferroviária Federal que ligam sete Estados do centro-leste do país. Com a concessão (...) o governo livra os cofres públicos

¹⁷³ Sinal de alerta. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1429, ano 29, nº 05, p. 90, 31, jan. 1996.

*de um prejuízo de 70 milhões de reais por ano. E possivelmente da ineficiência do serviço*¹⁷⁵.

O tom da reportagem era de um alívio com a transferência de tamanho problema. Se verdadeiras as afirmações, causa espanto que o setor privado tenha se interessado por tamanho problema. Segundo a própria *Veja*, entre todas as empresas estatais as ferroviárias foram as que mais envelheceram, seus tren viraram sucatas e os prejuízos do governo eram exorbitantes. Mas, na mesma reportagem, apresentou outra perspectiva: o trecho privatizado correspondia a um terço de toda a malha nacional e ligava dois dos maiores portos do país, o do Rio de Janeiro e o de Vitória. Recolhia minérios em Minas Gerais, produtos agrícolas em Goiás e na Bahia e chegava até Aracajú, em Sergipe.

4.1.4 Privatização dos bancos estatais

Em dezembro de 1996, o Banco Central divulgou seu plano para sanear e privatizar o Banespa, que estava sob intervenção federal desde o primeiro dia do governo FHC em 1995. De acordo com a *Veja*, do montante da dívida do banco, 20 bilhões eram a parte do calote dado pelo governo do Estado. A revista informou que desde a década de 70 o governo do Estado vinha emprestando dinheiro do banco ou avalizando empréstimos de empresas privadas que, na maioria dos casos, nunca pagaram seus empréstimos.

*“Como todos os banco públicos do país, o Banespa tem uma relação muito íntima com o governo. É o governador quem escolhe e nomeia o presidente do banco (...) a cada governo, muda toda a chefia do Banespa. E ele passa a funcionar como uma máquina azeitada, atendendo aos interesses políticos de plantão no momento”*¹⁷⁶.

Pelo diagnóstico de *Veja*, todos os bancos públicos só tinham uma saída: privatização. O curioso era que a revista produziu um número grande de matérias para justificar a falência de bancos privados que estavam sob intervenção do Banco Central, recebendo ajuda do governo para serem vendidos. A revista justificou, inclusive, que todos os países que passaram por ajustes econômicos sob a política neoliberal tiveram

¹⁷⁴ Começa a revolução nos trilhos. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1435, ano 29, nº 11, p. 88, 13, mar. 1996.

¹⁷⁵ Conserto nos trilhos. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1449, ano 29, nº 25, p.109, 19, jun. 1996.

¹⁷⁶ Eliana Simonetti. Atos de demolição. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1473, ano 29, nº 49, p. 133, 04, dez. 1996.

crise bancária e muitos bancos privados foram fechados. Mas o tratamento destinado aos bancos estatais deficitários merecia apreciações críticas bem mais contundentes.

4.1.5 Privatizações na área elétrica

No final de maio de 1996 o governo realizou uma grande privatização, a venda da Light. Segundo *Veja*, esta teria sido a mais lucrativa privatização já realizada no país.

“A Light (...) é uma empresa grande, poderosa, que foi posta à venda pelo governo com exigências inéditas aos interessados: eles teriam de fazer o pagamento em dinheiro (...) a Light foi vendida por 2,2 bilhões de reais – mais da metade em dinheiro vivo”¹⁷⁷.

O fato de que a maior parte da Light tenha ficado com uma estatal francesa, segundo *Veja*, podia parecer um contra-senso, mas não era. *“A empresa, que despejou recursos no Brasil, pode ser ineficiente dentro de seu país, mas está investindo no Brasil, e é o que interessa”¹⁷⁸*. A forte campanha antiestatal deu lugar a um curioso realismo. Se a estatal francesa fosse ineficiente, não teria dinheiro para *“despejar”* no Brasil.

Instalada no Brasil logo que o país transformou-se em República, a Light tornou-se estatal em 1978, quando vigorava a idéia de que o setor de energia era estratégico e deveria permanecer estatal. Segundo *Veja*, a empresa investiu bastante no país nas primeiras décadas, mas começou a enfrentar problemas financeiros havia muito tempo, o governo teria comprado uma empresa combatida, em que os investimentos e a qualidade dos serviços já não lembrava muito a poderosa Light do passado. Tornando-se estatal, a empresa passou a enfrentar muitos problemas nos anos 80, quando o governo, enfrentando queda na sua capacidade de investimento, não podia mais manter a modernização e o crescimento que a empresa e o setor de energia precisavam.

“A empresa perdeu poder, perdeu tamanho e perdeu glamour. Ganhou muitos problemas. Como toda estatal, colecionou funcionários demais, ineficiência de sobra. Precisa de investimentos de 200 milhões de reais por ano para melhorar seus serviços. Esse dinheiro foi prometido pelos compradores”¹⁷⁹.

¹⁷⁷ A volta da velha senhora. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1446, ano 29, nº 22, p. 106, 29, mai. 1996.

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Idem p. 108.

A argumentação de *Veja*, como de hábito, era a de que o Estado brasileiro não dispunha de recursos para investir e que o setor privado sim. Havia igualmente uma crença de que o Estado era um péssimo empresário e que o setor privado, ao contrário, era bom. Foi preciso uma engenharia para provar os fundamentos de tais afirmações, pois a revista mesma informou que a empresa, quando estatizada, em 1978, já passava por crise financeira. O Estado brasileiro recuperou a empresa e investiu. A empresa enfrentava, novamente, dificuldades e oferecia um serviço ruim, devia ser vendida a quem sabe administrar – o setor privado –, mas acabou sendo repassada para uma estatal francesa. Para *Veja*, o que importava mesmo era a privatização das estatais brasileiras. Quem as compraria e quais garantias de investimento ofereciam, pouco interessavam.

Veja noticiou com grande alarde – como sempre, aliás – a venda de ações da CEMIG – Centrais elétricas de Minas Gerais. De acordo com a revista, as privatizações no setor elétrico estavam andando muito lentamente. Se todas as empresas em processo de privatização fossem vendidas, os governos federal e dos Estados envolvidos arrecadariam cerca de 50 bilhões de reais, “*mas o melhor dessa história é que a privatização deverá afastar o fantasma do blecaute da vida dos brasileiros*”¹⁸⁰.

De acordo com *Veja*, o setor de geração e distribuição de energia era um dos mais atraentes para o capital privado e, sobretudo, estrangeiro e “*se justifica porque o país vem recebendo doses pesadas de investimento tem tudo para crescer e a demanda por energia tende a ser cada vez maior*”.¹⁸¹ A campanha de *Veja* pela privatização total em setores de infra-estrutura encontrou eco nos demais meios de comunicação e contou com a boa vontade do governo. Privatizadas as empresas de geração e distribuição, a promessa era de que não ocorreria a propalada crise de energia. Somos privilegiados pelo tempo. Quando realizamos esta análise já tínhamos passado pelo “apagão” de 2001 e estávamos observando a recompra de parte da Eletropaulo pelo BNDES, para quitar dívidas referentes à privatização da estatal. A empresa compradora da Eletropaulo era, aliás, a mesma que estava adquirindo ações da CEMIG.

4.1.6 Privatização da Vale do Rio Doce, a “jóia da coroa”

Logo no início de seu mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso

¹⁸⁰ Na rota da luz. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1498, ano 30, nº 22, p. 123, 04, jun. 1997.

¹⁸¹ Preço recorde. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1507, ano 30, nº 31, p. 123, 06, ago. 1997.

anunciou que faria a privatização da Vale do Rio Doce. O anúncio da privatização causou impacto positivo no mercado, mas ainda ficou a dúvida de quando e como a estatal seria privatizada. De acordo com *Veja*, tratava-se da “jóia da coroa”, a mais eficiente entre as 136 estatais que ainda restavam no Brasil.

A revista comentou que o banqueiro Júlio Bozano, do banco Bozano Simonsem, que já assumira o controle acionário das siderúrgicas de Tubarão, Usiminas e Cosipa, sonhava com a Vale. O receituário neoliberal pregava a privatização como uma forma de quebrar o monopólio em alguns setores, no entanto, como informou *Veja*, as privatizações brasileiras colocaram o controle acionário de três siderúrgicas nas mãos de um único banqueiro, que ainda sonhava com uma empresa que também atuava no ramo da siderurgia.

O governo demonstrava, desde o início do mandato, o interesse em privatizar a Vale do Rio Doce, mas enfrentava resistências no Congresso. Um projeto do então senador Jáder Barbalho declarava a Vale como agência de desenvolvimento econômico e social, tentando inviabilizar a privatização, mas *Veja* apresentou contra-argumentos.

“Qualquer estatal pode ser apresentada como uma agência de desenvolvimento econômico e social. Em Minas Gerais, fez-se uma barulhenta campanha cívica na qual se apresentava a venda da siderúrgica como uma traição aos interesses mineiros. Privatizada a Usiminas (...) ninguém em Minas Gerais (...) acha que a privatização foi um mau negócio”¹⁸².

Veja posicionou-se claramente: a privatização das estatais era necessária, a oposição a ela aparecia revestida de falsas defesas do interesse nacional ou regional sempre falaciosa. Os argumentos apresentados eram tachados de manobras de quem, na prática, não se convenceu das mudanças por que passava o mundo globalizado e dos defensores do atraso e dos monopólios estatais.

De acordo com *Veja*, o governo tinha um compromisso claro com o mercado: privatizar a Vale do Rio Doce. Para distrair o mercado, somente se o governo se dispusesse a privatizar outras grandes empresas como a Petrobrás, mas seria muito difícil, admitiu *Veja*, tanto por dificuldades constitucionais, oposição de vários segmentos da sociedade, como também pela complexidade de um tal processo de privatização. Então, mesmo ressaltando a eficiência da empresa que não administrava um monopólio estatal, a revista afirmava que a Vale não podia deixar de ser privatizada, fazia parte dos compromissos do governo com forças econômicas que o apoiaram.

¹⁸² Passo à frente. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1410, ano 28, nº 38, p. 95, 20, set. 1995.

“Por não administrar nenhum monopólio concedido pela União, ela teve de suar a camisa tanto no mercado interno como no internacional para se manter de pé. Talvez por isso, dentro dela não existe nenhuma militância corporativa como na Petrobrás, Eletrobrás ou Telebrás. Está afinada com o que existe de melhor em tecnologia e administração de recursos humanos na sua área de atuação.”¹⁸³

O argumento técnico, em defesa da privatização da gigante estatal lucrativa, era o de que ela demandava grandes investimentos como aporte de capital, senão o governo perderia o controle acionário da empresa. Segundo *Veja*, entre 1989 e 1991, o Estado teria investido 190 milhões de dólares na Vale. No mesmo período, os dividendos pagos pela empresa teriam sido de apenas 105,9 milhões de dólares. Logo, o Estado gastava muito para manter o controle acionário da empresa e, por isso, ela devia ser privatizada. Os novos controladores acionários da Vale precisavam tomar muito cuidado, pois tratava-se de uma empresa tão complexa que manter o controle acionário custava muito mais do que os dividendos gerados. A inverossimilhança do discurso era evidente, ou havia algo não pronunciado sobre o assunto.

Em fevereiro de 1996, houve um boato no mercado de ações envolvendo a Vale, com suspeitas de manipulação das ações da estatal. Para *Veja*, foi uma ação destinada a criar dificuldades para a privatização da empresa. De acordo com a revista, quando a empresa anunciou a descoberta de uma mina de ouro, já teria havido um movimento em defesa da manutenção da Vale sob controle estatal, naquele momento não seria diferente.

“O governo não tem nenhuma obrigação de privatizar a Vale. Ela é uma boa empresa, que não pesa sobre os cofres públicos. Pode permanecer estatal. O problema é que (...) há investidores se preparando para entrar no processo de venda. Não é bom sinal que o governo permaneça em cima do muro...”¹⁸⁴

Toda a defesa da privatização da Vale do Rio Doce, exaustivamente explorada por *Veja*, seria explicada então, pura e simplesmente, pela expectativa do mercado. Para a revista, o governo não poderia deixar de emitir os sinais de boas intenções no campo das privatizações, do contrário o mercado reagiria mal. A questão era claramente uma opção política. Não havia uma necessidade premente de privatizar a estatal.

A Vale do Rio Doce era para *Veja* o grande nó no processo de privatizações. A empresa gerava muitas paixões e muitas confusões, havia muita gente disposta a brigar

¹⁸³ A Vale vai de troco. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1383, ano 28, nº 11, p. 43, 15, mar. 1995.

para que ela permanecesse estatal. O governo foi sempre criticado por sua indecisão no caso da gigante estatal, teria cedido às pressões vindas de vários lados. *“Já correram catorze meses, e a cada dia que passa Fernando Henrique parece mais indeciso, ou mais ambíguo, ou mais desorientado, a respeito da venda da Vale”*¹⁸⁵.

De acordo com *Veja*, os “políticos” (que a revista não identificava, apenas citava, sugerindo certa rejeição pela classe) não queriam vender a Vale, porque não queriam vender estatal alguma. Elas funcionariam, segunda a revista, como “*fonte de poder*”, mas a Vale seria especial.

O BNDES apresentou, em maio de 1996, um relatório que descrevia a Vale como uma empresa qualquer, com muitos problemas administrativos como a demais estatais. *Veja* deu ampla repercussão ao relatório, em grande reportagem com o título “os pés de barro do ídolo de ferro”. O tratamento dado à notícia deixou a impressão de que, para a revista, foi um grande alívio, depois do relatório, podia tratar a Vale como todos os demais “*dinossauros estatais*”, ela não era mais uma exceção, uma empresa saneada e lucrativa.

*“Para os idólatras da Vale, que agitam sua eficiência como argumento para não vendê-la, isso soa como uma heresia. O BNDES usou dados de um estudo da Merrill Lynch, consultoria empresarial americana, que fez um diagnóstico da estatal (...) A Vale, em rentabilidade, perde para todas as suas concorrentes no exterior (...) Nos últimos 54 anos, só rendeu 100 milhões de dólares para seu dono, o governo. De 1989 para cá, para cada 3 dólares que a Vale deu ao governo, destinou 5 dólares para o fundo de pensão de seus funcionários”*¹⁸⁶.

Segundo a revista, “os políticos” ou “*idólatras da Vale*”, teriam difundido verdadeiros engodos sobre a empresa para inviabilizar sua privatização por interesses menores e o governo vinha se comportando de forma muito ambígua. “*Eles [membros do governo] são capazes de abrir mão de suas propostas mais caras por medo de desagradar freirinhas e sindicalistas*”¹⁸⁷. Era isto que estaria acontecendo no caso da Vale. A revista cobrou pulso firme do governo na condução de seu programa privatista e pressa especial no caso da Vale. E comemorou, com especial entusiasmo, o fato de que

¹⁸⁴ Mais turbulência na Vale. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1432, ano 29, nº 08, p. 59, 21, fev. 1996.

¹⁸⁵ Antenor Nascimento Neto. Os pés de barro do ídolo de ferro. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1444, ano 29, nº 20, p. 108, 15, mai. 1996.

¹⁸⁶ Idem p. 108.

¹⁸⁷ Idem, p. 109.

o estudo da corretora norte-americana ajudava a desmanchar o mito criado em torno da eficiência da estatal.

O noticiário sobre as privatizações no início de 1997 foi dominado pela expectativa de privatização da Vale do Rio Doce. Segundo a *Veja*, era mesmo um acontecimento esperado, pois tratava-se de uma empresa bem estruturada e lucrativa, avaliada em 10,3 bilhões de reais, a maior privatização da América Latina.

“O que se está vendendo agora não é uma siderúrgica qualquer, mas uma empresa rica, lucrativa e produtiva segundo qualquer padrão mundial. Depois de dar sucessivos sinais de vacilação diante da resistência levantada contra a venda da Vale, o governo resolveu finalmente bater o martelo aconteça o que acontecer”¹⁸⁸.

Havia, segundo *Veja*, um grande número de investidores interessados na empresa, por um lado, e, por outro, uma expectativa de resistência da parte de militantes de esquerda e nacionalistas, contrários à venda da empresa. Resistências já haviam ocorrido antes, por ocasião de outras privatizações, mas o caso da Vale deveria ser mais retumbante. Em tom jocoso, a revista informou que o embate entre o governo e os opositores promoveria *“um espetáculo emocionante”* para aqueles que gostassem de campeonato de caratê. Isso porque as privatizações anteriores foram alvo de protestos que acabaram em enfrentamento entre policiais e opositores.

A revista informou que o governo FHC tinha interesse em deixar a empresa sob controle de um empresário brasileiro, Antonio Ermírio de Moraes. Com isso, o governo procurava manter a Vale uma empresa nacional e neutralizar parte das oposições. A reportagem, no entanto, detectou uma ruptura no acordo para manter o Antonio Ermírio de Moraes à frente do consórcio que deveria adquirir o controle acionário da empresa. Essa informação evidenciava que o governo tentara beneficiar o empresariado nacional em algumas das privatizações.

A Vale do Rio Doce entrou em definitivo no processo de privatizações do governo FHC. Uma semana antes da data da privatização, um grande número de atores políticos e sociais e entidades como o PT, a CUT, a CNBB, a OAB, o Ministério Público Federal e o MST intensificaram as manifestações contra a venda empresa. De acordo com a revista, essas entidades deveriam protestar e também realizar uma guerra de liminares. O

¹⁸⁸ Antenor Nascimento Neto. Cada um por si. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1486, ano 30, nº 10, p. 110, 12, mar. 1997.

governo, por sua vez, estava se preparando, havia mobilizado 120 advogados para enfrentar a guerra de liminares.

Os opositores questionavam a privatização de uma empresa tão lucrativa e argumentavam que o preço de 10,36 bilhões, fixado pelas consultorias contratadas pelo governo, também não correspondia ao potencial da empresa, mas aos interesses dos investidores. *Veja*, por sua vez, argumentava que a privatização renderia vultosos recursos ao caixa do governo e preservaria a grandeza da empresa que passaria a receber mais investimentos de seus novos donos.

*“Como não podia deixar de ser, a Vale sofre alguns problemas comuns entre as estatais. Exemplo: trabalha mais para seus funcionários do que para o sócio principal, o governo. De 1991 a 1995, os empregados da estatal foram presenteados com 958 milhões de reais, entre participação nos lucros e contribuições a seu fundo de pensão. No período, o governo recebeu em dividendos um terço dessa quantia, 338 milhões. Outro vício estatal está na interferência política... “.*¹⁸⁹

De acordo com *Veja*, a condição de estatal era um mal crônico, deixando de ser estatal, a Vale podia tornar-se ainda mais lucrativa. Segundo todos os critérios apontados pela *Veja*, a empresa era lucrativa e competitiva no Brasil e principalmente em vários pontos do mundo, o problema seria o fato de que ela, embora lucrativa, gastava demais com funcionários e dava um retorno muito pequeno ao Estado, em vista do montante de capital que este manteria investido.

Para *Veja*, a interferência política na Vale era um forte motivo para resistências à sua privatização, muitos políticos se beneficiavam de suas relações com a empresa que se comprometia a realizar obras importantes nos Estados e municípios onde atuava. Os políticos teriam um *“apreço argentino”* pela empresa e para diminuir as resistências à privatização o governo decidiu investir parte do dinheiro arrecadado com a venda em obras de infra-estruturas e criou um fundo para atender aos municípios.

As oposições à privatização da Vale foram apresentadas como posições de esquerda de quem se opunha a qualquer privatização ou *“apreço argentino”* de políticos acostumados aos benefícios desfrutados na relação com a empresa. Num trabalho pedagógico, a revista procurou responder às principais críticas e dúvidas em relação à

¹⁸⁹ David Friedlander e Mara Luque. Leilão da pesada. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1493, ano 30, nº 17, p. 105, 30, abr. 1997.

privatização. Em defesa, informou que a privatização da empresa fazia parte de “um programa de governo que não quer mais fazer o papel de produtor de bens e serviços”¹⁹⁰.

Em 06 de maio de 1996, a Vale do Rio Doce foi privatizada. Dois consórcios disputaram a empresa, um deles liderado pelo empresário Antonio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim; o outro liderado pela CSN, por sua vez, controlada pelo jovem empresário Benjamin Steinbruch.

“Pode ser um sinal de que a economia brasileira estaria adotando certos traços de economias mais desenvolvidas, como a americana. Nos Estados Unidos, as grandes corporações não têm donos definidos. Constrangidas a crescer ou perecer diante da concorrência, as empresas vão tendo seu controle pulverizado por milhões de acionistas e a direção é ocupada por executivos profissionais, homens que reúnem um poder que antigamente nem imperadores tinham”¹⁹¹.

O grande destaque na imprensa brasileira – em *Veja*, inclusive – foi o fato de que um jovem empresário liderou o consórcio que adquiriu a empresa. Mas, no processo de privatização, ocorreu uma pulverização do controle acionário, fizeram parte do consórcio vencedor, dois bancos, fundos de pensão e a CSN. *Veja* esmerou-se em elogiar a ousadia e as qualidades de Steinbruch, as condições avançadas em que se deu a privatização e expressou a expectativa – comum em todos os processos de privatização – de que a empresa se tornaria muito mais lucrativa e promissora.

4.1.7 Privatização da telefonia: o meganegócio do final do século

Em meados de maio de 1996, o Congresso aprovou o projeto que regulamentava a participação do capital privado no setor de telecomunicações, *Veja* comemorou. A mudança geraria investimentos que o Estado não podia fazer.

“Algumas das maiores empresas do Brasil e do mundo já se movimentam para investir 4 bilhões de reais nos próximos três anos para que o país chegue, em 1998, com cerca de 8 milhões de telefones celulares em funcionamento (...) A aprovação do projeto de lei (...) foi um passo largo na melhoria das telecomunicações no Brasil (...) Para que o serviço fosse

¹⁹⁰ David Friedlander. Venda polêmica. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1493, ano 30, nº 17, p. 110, 30, abr. 1997.

¹⁹¹ David Friedlander e Virginie Leite. O homem da Vale. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1495, ano 30, nº 20, p. 31, 14, mai. 1997.

*completo, deveria ter liberado a entrada de capital estrangeiro, mas o ministro Sérgio Motta (...) insistiu em manter alguma restrição (...) em três anos a restrição desaparece*¹⁹².

Para *Veja*, se todas as empresas que estavam se habilitando para oferecer o serviço de telefonia celular realizassem os investimentos planejados, o sistema ficaria irreconhecível em pouco tempo. Inicialmente, as mudanças atingiam apenas a telefonia celular. Ainda segundo *Veja*, o país estava em décimo lugar na América latina “*atrás da Colômbia*”. Para a revista, o que se esperava era que acabassem “*as filas dignas de União Soviética*”. A medida deu oportunidade à revista para manifestar preconceitos, já muito conhecidos¹⁹³, e alardear investimentos volumosos no país. Estes só não seriam maiores porque o governo não teria feito o serviço completo. As privatizações na telefonia estariam andando muito lentamente.

Em abril de 1997, o governo iniciou a concessão de exploração privada de telefonia celular. Segundo *Veja*, tratava-se de um negócio bilionário e que iniciaria a história da telefonia móvel no Brasil, tirando o setor da pré-história.

*“Na sua primeira encarnação, iniciada há seis anos, a telefonia celular esteve nas mãos monopolistas do governo e foi um fracasso, como todo o sistema de telefones do país. (...) Como faltam telefones e sobram interessados, quem quer um celular precisa ir comprar no mercado paralelo a um preço que vai de 1.000 a 3.000 reais (...) A partir de agora, tudo mudará. O governo embolsará pela venda das concessões uma fortuna estimada em 6 bilhões de dólares e os consumidores sairão finalmente da fase da pedra lascada no terreno da telefonia móvel*¹⁹⁴.

O recurso da oposição modernidade/atraso ganhou contornos dramáticos para atingir o propósito de criar uma opinião favorável à operação privada. Não podemos nem pretendemos negar a modernização da telefonia com a operação privada, até porque nossa análise foi realizada alguns anos depois, e a telefonia celular já está massificada e oferecendo serviços diversificados. No entanto, devemos destacar o esforço de *Veja* para criar uma posição favorável à privatização, esmerando-se em figuras de linguagem como, tirar a telefonia móvel da “*pré-história*”.

¹⁹² Agora vai dar linha. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1445, ano 29, nº 21, p. 108, 22, mai. 1996.

¹⁹³ A comparação com um país do antigo modelo dito socialista, tinha um sentido didático. A retórica neoliberal se opunha vorazmente ao planejamento característico daqueles países.

¹⁹⁴ Leonel Rocha. Uma virada na telefonia brasileira. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1491, ano 30, nº 15, p. 118, 16, abr. 1997.

A pós a privatização da Vale do Rio Doce, *Veja* passou a dedicar especial atenção à privatização das empresas de telefonia fixa. Em junho de 1998, o governo deu a largada para o que a revista definiu como “a maior privatização do mundo”. O ministério das Comunicações fixou o preço mínimo da telebrás em 13,4 bilhões de dólares e marcou a data da entrega das propostas para o dia 29 de julho de 1998. O mercado brasileiro de telefonia era visto como um dos melhores do mundo, pois o número de linhas telefônicas no país era de 10 para cada 100 habitantes, bem abaixo dos números de outros países. Nos EUA a taxa era de 60 aparelhos para cada 100 habitantes, na Argentina já era de 20 linhas para cada 100 habitantes.

De acordo com *Veja*, a privatização da telefonia brasileira exigia que os empresários implementassem mudanças em benefício dos consumidores, como a redução do tempo de espera por uma linha telefônica. Dentro de cinco anos as empresas não poderiam demorar mais de uma semana para instalar telefones solicitados. A estimativa de *Veja* era que para atender às exigências, os compradores deveriam investir 100 bilhões de reais no próximos 10 anos.¹⁹⁵

Uma semana antes da privatização das empresas de telefonia, a revista publicou uma grande reportagem para analisar o grande negócio que o governo faria na semana seguinte. Para marcar uma posição institucional em favor da privatização, a revista dedicou a coluna *Carta ao leitor* exclusivamente à privatização. De acordo com *Veja*, durante décadas, justificou-se o monopólio estatal das telecomunicações com dois argumentos: o governo seria o agente mais indicado para gerenciar os recursos numa área fundamental para o país; somente um serviço estatal isento da preocupação com o lucro poderia garantir telefones em áreas de população mais pobre. A revista combateu prontamente os dois argumentos.

Quanto ao argumento de natureza social de que empresas privadas deixariam áreas mais pobres sem os serviços, a revista argumentou que o sistema estatal brasileiro também não levou telefones para as áreas mais pobres do país. Estudos da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, comprovavam que 81% dos telefones residenciais estavam nas mãos dos 16% mais ricos, enquanto os 57% mais pobres possuíam apenas 2% dos telefones do país. A revista afirmou que com a privatização o governo deixaria a condição de mau gerente e passaria à condição de fiscalizador, enquanto o setor privado

¹⁹⁵ João Sorima Neto. A maior do mundo. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1551, ano 31, nº 24, p. 129, 17, jun. 1998.

promoveria os investimentos necessários à massificação dos telefones, baixando custos e permitindo o acesso à população de baixa renda.¹⁹⁶

*“Com a privatização (...) a Telebrás será totalmente esquartejada e remontada. Os pedaços serão vendidos para a iniciativa privada. Seu nome será apenas uma lembrança, ao lado da Siderbrás e Eletrobrás, três retratos de uma época que já não existe mais. A responsabilidade de oferecer serviços públicos está trocando de mãos – e na troca desta semana se estará concretizando o meganegócio deste fim de século. Os consórcios vencedores terão de pagar pelo menos 13,5 bilhões de reais (preço mínimo do leilão) e investir outras dezenas de bilhões de reais nos próximos cinco anos, para atender às exigências do edital de privatização. O Brasil, que tem alguns de seus Estados com padrão africano de distribuição de telefones, estará em patamar quase europeu num prazo máximo de nove anos. De todas as vendas que o governo já fez até aqui, esta é a primeira que mexe diretamente com o consumidor”.*¹⁹⁷

Como se pode notar, a reportagem foi cuidadosamente preparada para causar impacto nos leitores. Desde o título em números enormes referindo-se ao preço mínimo do leilão, 13.500.000.000, os investimentos que poderiam advir do negócio, algo em torno de 100 bilhões de reais até 2007, à imagem de um futuro em que a Telebrás seria apenas a lembrança de um tempo ultrapassado. Incluem-se aí informações verdadeiras sobre a situação da telefonia brasileira, cuja oferta de linhas telefônicas não atendia à demanda da sociedade. Como informou a revista, esta privatização era o maior negócio do final do século e mexia com os interesses diretos dos consumidores. Os argumentos em defesa da privatização, como se pode notar, eram fortes. Estes argumentos não podiam ser contrariados com a divulgação dos valores relativos aos investimentos que o governo havia feito no setor a fim de prepará-lo para a privatização. O jornalista Aloysio Biondi informaria posteriormente que o governo investiu 21 bilhões de reais no Sistema Telebrás entre 1996 e 1998.¹⁹⁸

Veja listou as vantagens da privatização que faziam parte de um plano de metas ao qual as empresas se comprometeram por contrato: 1) até o ano 2001, os consórcios vencedores teriam de aumentar o número de linhas dos 17 milhões de terminais fixos,

¹⁹⁶ Ver Por que vender a Telebrás. Carta ao Leitor. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1557, ano 31, nº 30, 29, jul. 1998.

¹⁹⁷ Felipe Patury e João Sorima Neto. 13.500.000.000. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1557, ano 31, nº 30, pp. 103-104, 29, jul. 1998.

¹⁹⁸ Ver Aloysio Biondi. *O Brasil Privatizado... op. cit.*,

então existentes, para 33 milhões; 2) em 2001 estimava-se que haveria 22 telefones para cada 100 habitantes e em 2007 a proporção seria de 30 por 100 habitantes; 3) previsão de que em 2007, uma linha seria entregue por uma taxa mínima e haveria oferta suficiente para todos que a quisessem; 4) em 2002, as empresas seriam obrigadas a instalar uma linha em quatro semanas, em 2005, o prazo cairia para uma semana; 5) até 2002 deveria haver um celular disponível para nove em cada 100 brasileiros e até 2007, dezesseis em cada 100 habitantes; 6) até 2001, a estimativa era de que o serviço não seria mais cobrado, o usuário pagaria apenas taxas de instalação e consumo.¹⁹⁹

A privatização da telefonia ocorreu, o governo arrecadou 22 bilhões de reais com a venda do Sistema Telebrás, um ágio de 63,7%. Além do valor arrecadado, *Veja* informou que o país deveria receber investimentos de aproximadamente 60 bilhões dólares em cinco anos, mais de 50 milhões de dólares todos os dias, mais de 50.000 dólares por minuto. Eram números capazes de impressionar até os mais céticos. As vantagens, no entanto, não eram apenas os altos valores arrecadados e a expectativa de novos investimentos.

“A venda da semana passada tem um outro significado (...) Depois da quebra da Ásia e da crise que quase levou a Rússia à moratória havia a sensação de que o festival de investimentos nos emergentes tinha acabado. O leilão mostra uma atitude diferente. Os investidores continuam dispostos a mandar bilhões para economias promissoras – o Brasil num dos primeiros lugares da fila. No ano passado e nos primeiros meses de 1998, alardeava-se que o país estava à beira da caçapa de uma crise cambial, com um possível ataque especulativo à moeda e fuga em massa de capitais. Não só não aconteceu como o cofre brasileiro se enche agora com bilhões de dólares em dinheiro produtivo.”²⁰⁰

Veja não poupou elogios ao governo que realizara um dos maiores negócios do mundo e arrecadara valores próximos a 40 bilhões de dólares (somando-se os 22, bilhões, os 8 bilhões da concessão da banda B e as concessões de “empresa-espelho” a serem feitas até o final de 1999). De acordo com a revista, esses valores colocavam o Brasil no segundo lugar em todo mundo no quesito arrecadação com a privatização de empresas telefônicas, atrás apenas do Japão que arrecadara 70 bilhões de dólares.

¹⁹⁹ Felipe Patury e João Sorima Neto. 13.500.000. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1557, ano 31, nº 30, p. 102, 29, jul. 1998.

²⁰⁰ Consuelo Dieguez e Ronaldo França. 22 bi no bolso. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1558, ano 31, nº 31, p. 41, 05, ago. 1998.

4.1.8 Balanço das privatizações do período

Ainda em meados de 1998, *Veja* anunciou com muito entusiasmo que o programa de privatização estava sendo um sucesso. Do transporte de trens à distribuição de energia, o país vendeu 58 empresas e outras 57 estavam com a venda programada. A arrecadação já beirava a casa dos 60 bilhões de dólares e o mais importante: o país entrou “no trilho certo”. No momento em que a revista promoveu essa espécie de balanço, ainda faltava a privatização da telefonia fixa, cujo preço mínimo já estava estipulado em 13,5 bilhões de dólares, mas foi vendida por 22 bilhões. A reportagem de *Veja*, na realidade, visava facilitar o processo de privatização das telefônicas que já estava em curso, elogiando o sucesso das privatizações até então.

*“Quando as privatizações começaram, em 1991, muitos duvidaram de que seguiriam adiante, tamanha era a pressão política para que as estatais permanecessem nas mãos do governo. Agora, sete anos depois, já dá para fazer um balanço do que aconteceu. O parque siderúrgico brasileiro não é mais estatal – e não foi demolido e jogado no mar como diziam os que eram contra sua venda. A Companhia Vale do Rio Doce já não pertence ao Estado e nenhum interesse estratégico do país foi atingido. O lucro da Vale melhorou. A concessão da telefonia celular a empresas privadas já está colocando celulares baratos numa praça ávida para comprá-los. Nesse tempo, o governo federal e os governos estaduais colheram cerca de 60 bilhões de dólares, parte em dinheiro vivo, parte em dívidas transferidas para os compradores das empresas, ou concessionários de serviços públicos”.*²⁰¹

A revista acrescentava aos números generosos da arrecadação o fato de que o país não enfrentava mais estradas esburacadas, trens em péssimo estado de conservação, filas para aquisição de telefones celulares a preços altíssimos e blecautes. O programa teria sido um sucesso. Acreditamos que era um pouco cedo para alardear as vantagens das privatizações. Nossa análise foi realizada alguns anos depois e o desfecho de alguns desses negócios não foram tão animadores assim, o país assistiu ao “apagão”, crise de empresas salvas com recursos do BNDES – que já havia emprestado capital com juros módicos para aquisição –, além de reajustes que penalizam os usuários.

De acordo com *Veja*, o governo, que era um péssimo patrão, estava demonstrando ser um eficiente fiscal das empresas privatizadas. Àquela época, já teria

²⁰¹ Franco Iacomini e Ronaldo França. No trilho certo. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1556, ano 31, nº 29, p. 102, 22, jul. 1998.

multado a Light do Rio de Janeiro pelos “apagões” que afetaram a cidade, além de estar recebendo impostos das empresas privatizadas, que apresentavam lucros animadores. A revista afirmou que, em todo o mundo, países que privatizaram suas empresas estatais e concederam serviços colheram benefícios. No Brasil não seria diferente, concluiu.

4.2 – Estabilidade econômica

A estabilidade econômica era a maior conquista do Plano Real, era algo precioso, para *Veja*. Para mantê-la o governo precisava controlar seus gastos, realizar uma reforma tributária transferindo tarefas, via reforma constitucional, para os Estados e municípios, aumentar a fiscalização sobre os gastos de Estados e municípios que, sem aumento de tributos, teriam de cortar despesas – o que veio a configurar na Lei de Responsabilidade Fiscal. A receita era sanear as contas por meio de privatizações e reforma administrativa, reduzindo os gastos com o funcionalismo.²⁰²

4.2.1 O Plano Real

Logo no início de 1995, o Plano Real começou a provocar desconfianças, *Veja* abordou o desconforto com o plano bem a seu modo, ressaltando que, naqueles 10 meses do plano, *os resultados foram muito satisfatórios*, a inflação caiu, o consumo aumentou e a economia cresceu. No entanto, havia uma sensação de que o plano não ia bem, na verdade, segundo *“alguns economistas, consultores e afins, o Plano Real já acabou como um conjunto harmônico de métodos de correção da economia”*²⁰³. Devido aos primeiros sinais de crise, o governo partiu para o ataque, implementando medidas de restrição de consumo e ajuste nas contas públicas.

Como resultados das medidas adotadas pelo governo, *Veja* detectou os sinais de que o capital estrangeiro estava retornando ao país depois de uma fuga, e as bolsas de valores começavam a registrar altas na cotação. A revista aproveitou para realizar um breve balanço do Plano Real: *“de todos os planos econômicos aplicados no Brasil (...) o mais sólido e até agora o mais eficiente [mas] hoje, sua execução está frustrando muita*

²⁰² Ver Depois da posse e do champanhe... *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1374, ano 28, nº 02, pp. 20-25, 11, jan. 1995.

²⁰³ O governo parte para o ataque. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1389, ano 28, nº 18, p. 32, 03, mai. 1995.

gente.”²⁰⁴ A revista esboçou uma análise crítica, sempre ancorada em críticos vinculados ou próximos dos partidos que apoiavam o governo, como Delfim Neto e Maílson da Nóbrega.

Numa análise mais isenta sobre os ganhos da estabilização monetária promovida pelo Plano Real frente aos problemas das medidas de ajuste e contenção do consumo, *Veja* abordou a “ressaca econômica”. Após o ajuste, o número de concordatas registradas no ano de 1995 “foram 47 em janeiro, 59 em fevereiro, 117 em março e 126 em abril”. Para *Veja*, tudo isso era consequência do pacote de contenção do consumo aplicado em maio, com aumento dos juros e aperto no crédito. Mas os números de concordatas remetiam a um período que *Veja* tratou como um novo milagre econômico, alardeando o aumento do consumo. Os consumidores estariam se deparando com os resultados de sua “fúria consumista”. A estabilidade, nessa análise, teria causado mais fúria consumista do que um crescimento real do poder de compra.

*“Os remédios para estabilizar definitivamente a economia são conhecidos e sobre eles existe consenso. É a velha ladainha: cortar gastos, privatizar estatais, cobrar impostos de quem não paga (...) tudo isso leva tempo, tem relação com as reformas constitucionais e outras mudanças estruturais (...) Encurralados por esse dado da realidade, e também por sua incompetência (...) os economistas de Fernando Henrique Cardoso optaram por colocar os juros no elevador e apertar o botão de subida.”*²⁰⁵

Não apenas os economistas do governo FHC foram encurralados pelos dados da realidade, mas também os empresários do comércio e *Veja*. Os primeiros venderam a crédito e estavam se deparando com altos índices de inadimplência, concordatas, falências e juros nas alturas. *Veja*, por sua vez, vendeu a estabilidade e o crescimento do consumo como um novo milagre econômico e precisou elaborar uma análise crítica ao primeiro sinal de alerta no otimismo com a incipiente estabilidade.

Em matéria de capa comemorativa de um ano do Plano Real, *Veja* realizou uma análise ampla do sucesso e dos problemas enfrentados pelo plano. A reportagem foi analisada por um estudioso da área de comunicação, que estudou as narrativas não verbais de 18 capas de *Veja*²⁰⁶. Segundo ele, a revista tomou partido claramente, não por acaso, a capa apresentava uma bifurcação com duas estradas: à esquerda, uma terra

²⁰⁴ Idem, p. 34.

²⁰⁵ A hora da ressaca. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1394, ano 28, nº 22, p. 117, 31, mai. 1995.

²⁰⁶ Ver André Luiz Piva de Carvalho. *Quadros maquiados...* op.cit.

arrasada, com marcas de incêndio, urubus, sinais de trovoadas, cores fortes e as expressões quebradeira, juros loucos e recessão; à direita, um campo verde, promissor e as expressões inflação baixa, estabilidade e crescimento.

Do nosso ponto de vista, cabe ressaltar o tratamento geral que a matéria deu ao plano. De acordo com *Veja*, “se o Real terminasse amanhã, já entraria para a história como o mais bem sucedido plano econômico de estabilização feito por um governo brasileiro. E o Real não vai terminar amanhã nem depois de amanhã”. Está claro que, apesar de apontar eventuais problemas na condução do plano e da economia brasileira, a revista estava mesmo era elogiando o primeiro ano do plano. A revista destacou que o plano proporcionou a inflação mais baixa da história e o aumento do consumo, sobretudo da população de baixa renda. Em síntese era um sucesso. Não só o plano, “um ano depois do Real, com 2% de inflação o governo Fernando Henrique é um sucesso”, afirmou a revista.²⁰⁷

Como economia não é uma ciência exata, *Veja* alertou: o plano enfrentava desafios futuros. Segundo a revista, todo programa de estabilização tem uma “*face carrancuda*”, ou seja, dificuldades são sempre previsíveis em qualquer programa de estabilização; o brasileiro demonstrou uma “*fúria consumista*” insustentável e estava enfrentando a inadimplência, o que não era culpa do plano, os brasileiros precisavam se educar para conviver com uma economia estabilizada; empresários reclamavam de abertura, mas ela era necessária para combater abusos de preços de produtos nacionais; havia muitas reclamações quanto às taxas de juros, que na verdade, era o que permitia atrair capital estrangeiro e proteger as reservas nacionais; o governo cedia a alguns setores defendendo a economia nacional, não era de se estranhar, um país precisa proteger sua indústria – outros países fizeram o mesmo – havia setores ainda não preparados para a concorrência internacional.

“Os brasileiros, que por muito tempo viveram numa economia fechada e com moeda podre no bolso, começaram a saborear queijos e vinhos estrangeiros, compraram brinquedos chineses (...) e passaram a dirigir carros japoneses (...) com sua nova moeda forte, fizeram uma tal festa no Natal (...) só que a festa do Natal deixou um déficit de 1,3 bilhão de dólares na balança comercial.”²⁰⁸

²⁰⁷ Ver Aniversário com festa e preocupação. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1398, ano 28, nº 26, pp.32-39, 28, jun. 1995.

²⁰⁸ Aniversário com festa e preocupação. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1398, ano 28, nº 26, p.39, 28, jun. 1995.

Podemos notar que a revista creditou ao plano de estabilização econômica, à moeda forte, à abertura para os importados e à deseducação dos brasileiros para uma economia aberta e estabilizada os problemas que ocorreram. Os problemas eram decorrentes das próprias vantagens atribuídas ao plano. Desemprego, desnacionalização da economia, falência da indústria nacional e os demais problemas, que mereceriam uma análise, não foram devidamente abordados. A revista comportou-se de modo a fazer crer que seus leitores estavam mais interessados em problemas como juros altos, abertura econômica, inadimplência e quebraadeira. É a isto que se chama de um “*público de cidadãos consumidores*”.²⁰⁹

Em uma entrevista com o presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada em 17/01/96, *Veja* realizou um balanço do primeiro ano de governo e de um ano e meio de Plano Real. Segundo a revista, sem a corrosão inflacionária, a renda real da faixa mais humilde da população teria crescido 30% no período. Este crescimento da renda teria provocado uma verdadeira revolução no consumo.

*“O consumo de carne de porco aumentou, assim como o de frango e ovos (...) a venda de geladeiras cresceu 27% e a de aparelhos de som e imagem, 41% (...) mais de 18 milhões de brasileiros, que estavam à margem do mercado de consumo viraram consumidores (...) Estamos nos tornando uma sociedade de consumo de massa”*²¹⁰.

A reportagem, idealizada para acompanhar a entrevista do presidente e apresentar seus feitos, traçou um quadro muito otimista do país. O aspecto mais explorado pela revista, nesse caso, foi o fato de que institutos de pesquisa detectaram um aumento de renda, sobretudo, entre as faixas mais humildes da população, aqueles que não compensavam a inflação com aplicações financeiras. Aspecto, aliás, explorado exaustivamente desde o início de 1995, e que, durante os quatro anos estudados, voltava sempre, como que para marcar na memória coletiva com as vantagens do Plano.

Veja parecia enxergar inimigos do plano Real nos mais diversos setores. No início de 1997, a revista informava em tom irônico que apesar de o país estar “*deslizando suavemente como um barco em mar tranqüilo*”, muita gente ainda procurava motivos para criticar o programa econômico do governo.

²⁰⁹ A ideologia neoliberal concebe a população como um “*público de cidadãos consumidores*”, em termos genéricos, difunde privatismo econômico, abstencionismo social e liberalismo político. Ver Marcos Novaro. El liberalismo político y la cultura política popular. Caracas: *Nueva Sociedad*, nº 149, p. 119, may-jun, 1997.

²¹⁰ Um ano depois. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1427, ano 29, nº 03, p. 30, 17, jan. 1996.

“Desde o início do Plano Real, por falta de outro assunto mais estimulante, alguns economistas apontam regularmente um ou outro problema que condenaria o Plano Real ao fracasso. Nos últimos dias, a preocupação da moda é um cupim que se chama taxa de câmbio. Tantos foram os comentários que se fizeram sobre a necessidade de uma desvalorizar o real frente ao dólar que a praça criou a expectativa de uma maxidesvalorização”²¹¹.

O governo promoveu uma desvalorização pequena no dólar, modificando a banda cambial, permitindo que o dólar flutuasse entre 1,05 e 1,14 real. A medida estava prevista para mais adiante, mas foi antecipada em função de um nervosismo do mercado. O mercado reagiu bem e o dólar ficou na cotação mais baixa dos valores previstos pelo governo.

Os críticos apontavam a sobrevalorização do real como uma das causas dos seguidos déficits na balança comercial que, no ano de 1996, havia ficado na casa dos 5,5 bilhões de dólares. Temia-se também que os seguidos déficits pudessem acabar causando maiores problemas econômicos para as contas do país. Além disso, o aumento das importações representava perdas para a indústria nacional. *Veja* reagia duramente a todas essas críticas e saía em defesa do governo. Para a revista, o real estava valorizado mesmo, mas nada justificava uma mudança brusca na taxa de câmbio, e insistia que o governo tinha controle da situação. A revista argumentava que a manutenção da política cambial trazia vantagens e desvantagens. A manutenção do real valorizado gerava aumento das importações, mas favorecia o controle de preços; enquanto a desvalorização permitiria aumento das exportações e redução dos déficits comerciais, mas poderia ter como consequência o aumento dos preços e a volta da inflação.

Em julho de 1998, o governo comemorou o aniversário de quatro anos do Plano Real. Antecipando a possíveis comentários de que governo estaria fazendo propaganda com o real em ano eleitoral, *Veja* comentou as desconfianças que rondaram o plano desde o início, lembrando que para o PT o Real seria um estelionato eleitoral e não duraria muito. Para a revista, o palpite se provou errado e o governo tinha muito a comemorar, por isso mesmo estava lançando novas cédulas e novas moedas e aproveitando para reavivar a memória dos brasileiros quanto aos benefícios do Real. O governo, em campanha para a reeleição, tinha, portanto, o direito de se beneficiar com os resultados favoráveis do Plano Real.

²¹¹ João Sorima Neto e Ricardo Grinbaum. O governo vai mesmo é de banda. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1484, ano 30, nº 08, p. 108, 26, fev. 1997.

“A moeda, esse bem precioso que faz parte da cultura e da identidade de um povo (...) serve como símbolo dos povos, à altura da bandeira ou da língua, uma identidade da qual os brasileiros foram privados, durante décadas sob o chicote da inflação (...) O Real, pela sua estabilidade, está começando a resgatar essa representação...”²¹².

Como sempre, *Veja* usou subterfúgios para defender a moeda e a estabilidade e apoiar o governo em algo relativamente simples. O ano de 1998 foi um ano difícil para a economia brasileira e para o governo. A seca, a fome e os saques no nordeste dominaram o noticiário em meados do ano. A estabilidade trazida pelo Real estava ameaçada desde o final do ano anterior. No lugar do crescimento econômico prometido com as reformas, via-se uma recessão, enquanto o governo, em quem a revista depositava esperanças de aprofundar o ajuste neoliberal, disputava a eleição. Daí as razões para o governo e para a *Veja* darem tanto destaque às comemorações.

4.2.2 Inflação: o índice estava inflado

A inflação estava em queda. Medida pelos índices oficiais de preços ao consumidor, a inflação de janeiro ficou na casa de 1%. Para o governo, uma inflação entre 1% e 2% se repetiria ao longo do ano. *Veja*, no entanto, informava que a inflação poderia ser menor e que o índice estava inflado por custos de transporte e distribuição e por preços de serviços que não eram utilizados todo mês.

“Calculada por um outro índice, o de preços no atacado, IPA, da Fundação Getúlio Vargas, ela foi de apenas 0,17% em dezembro (...) a inflação, para o consumidor, está em 1% ao mês por culpa dos outros itens que a compõe, como, aluguel, a consulta médica, o conserto do sapato ou o jantar no restaurante”²¹³.

Os itens que sempre compuseram a inflação, como salário, aluguel, e outros pequenos serviços como restaurante e consertos de sapatos, estariam inflacionando o índice. *Veja* propôs um índice personalizado, pois nem todo mundo pagava aluguel, ia a restaurantes ou consertava sapatos todo mês. Ademais, os preços estavam sendo medidos no consumo final, o que incorporava custos de transportes e distribuição.

A inflação era a mais baixa desde 1975, informava *Veja*. Em agosto, segundo a

²¹² Sandra Brasil. Volta ao palanque. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1554, ano 31, nº 27, p. 49, 08, jul. 1998.

²¹³ A queda continua. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1377, ano 28, nº 05, p. 90, 01, fev. 1995.

Fipe, a inflação havia caído de 3,72% para 1,43%, sem que o governo implementasse quaisquer choques. Podia cair para 1%, em cerca de um mês. *Veja* considerou a informação como dado curioso. De acordo com alguns índices, o Brasil estaria em recessão, “a julgar por (...) estatísticas como a da variação do nível de emprego e da queda do faturamento nas vendas” como a queda de 15% e a demissão de 17.000 trabalhadores da indústria. Segundo outros índices, a economia estaria em crescimento: “em agosto, o país exportou 4,5 bilhões de reais e as reservas internacionais bateram em 46 bilhões de dólares, um recorde de todos os tempos.”²¹⁴

No final de 1995, aproximando-se as compras de Natal, *Veja* informou que, pelos índices oficiais, a inflação anual estava em 15,46 (IGP-M) ou 23,2% (IPC-Fipe). Mas, na realidade, os preços estavam subindo muito menos do que os índices apontavam. O que provocava essa inflação era o preço dos serviços com saúde e estética “usados com pouca regularidade” se comparados com a proporção de consumo dos produtos de primeira necessidade como alimentos e vestuário.

De acordo com *Veja*, os preços dos serviços inflavam os índices artificialmente e, por isso, não correspondiam à realidade. Para medir precisamente a inflação “seria preciso que o pesquisador conhecesse de forma íntima o que as pessoas realmente consomem e em que quantidade. Só assim poderia dar os pesos adequados a cada item.”²¹⁵ *Veja* propusera, anteriormente, um índice de preços ao consumidor que não incorporasse os custos de distribuição e voltou ao tema propondo um índice que refletisse, “intimamente”, os pesos de cada item na cesta de consumo. Um exercício de raciocínio a respeito da proposta demonstra que a situação seria cômica. A revista parecia imaginar um índice individualizado, ou por faixas de consumidores. Assim, não teríamos um índice de inflação, mas vários, de acordo com a faixa de consumo.

4.2.3 Estabilidade e consumo

A estabilidade econômica enfrentava dificuldades, alguns preços ainda subiam muito. De acordo com *Veja*, os serviços subiram 97% desde 1994, enquanto os preços dos produtos que sofriam concorrência dos importados subiram apenas 15%. Para a

²¹⁴ A inflação mais baixa em vinte anos. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1409, ano 28, nº 37, p. 94, 13, set. 1995.

²¹⁵ Elias Simonetti e João Sorima. A inflação é menor do que se diz. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1423, ano 28, nº 51, pp. 124-126, 20, dez. 1995.

revista havia dois tipos de preços no país, os que enfrentavam a concorrência de importados – esses estavam sob controle em razão da abertura econômica; e os serviços que não enfrentavam a concorrência e estavam subindo demais.

“O Plano Real aumentou muito a capacidade de consumo da população, em especial das classes mais baixas. As pessoas passaram a comprar mais roupas, eletrodomésticos e comida, uma elevação que tendia a promover movimento inflacionário. Mas, com a importação desses produtos, conseguiu-se evitar elevações descontroladas de preços. Com os serviços ocorreu o oposto”²¹⁶.

As informações da reportagem eram bastante esclarecedoras, os preços dos serviços subiram muito mais do que os preços dos produtos. As importações tiveram um efeito importante na estabilidade dos preços. Era tudo verdade. Mas *Veja* sempre começava a análise pelas vantagens do Plano Real e da abertura econômica. Os números divulgados pelas agências que apuravam o comportamento dos preços eram sempre oportunidades de ouro para a revista alardear os ganhos do plano de estabilização.

Uma semana após a reportagem um tanto desanimadora registrando aumentos exorbitantes nos serviços, *Veja* publicou uma reportagem para esclarecer que as coisas não andavam tão ruins assim. O argumento da revista era de que *“na atual retórica política, os números modificam-se conforme o interesse de cada um”*. Cabia, então, observar quem produziu os números e quais os seus propósitos. *“os números oferecidos são tão díspares que fica claro que não dependem só dos preços, mas também de quem os apura”²¹⁷*. A reportagem foi realizada para analisar os números sobre o desemprego em São Paulo. De acordo com o IBGE, havia 7% da população economicamente ativa desempregada no início de junho. Já de acordo com a Fundação Seade e o Instituto Dieese, os desempregados, no início de junho, eram 15% da população economicamente ativa. *Veja*, criou uma cortina de fumaça em torno dos números antes de apresentá-los. Era sabido que os dois institutos trabalhavam com metodologias diferentes para apurar o desemprego. *Veja* não apurava os números, mas se encarregava de explicá-los e oferecer razões para que seus leitores pudessem dormir um pouco mais tranquilos.

²¹⁶ Isso é um assalto. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1447, ano 29, nº 23, p. 111, 05, jun. 1996.

²¹⁷ Joaquim de Carvalho. Selva de números. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1448, ano 29, nº 24, p. 38, 12, jun. 1996.

No final de 1996, *Veja* realizou uma reportagem destinada a preparar os ânimos da população no Natal. A reportagem apresentou um quadro econômico de muita tranquilidade com a estabilidade econômica trazida pelo Real.

“Está acontecendo neste Natal um fenômeno que não se via no país há muitos anos (...) os preços dos produtos, em relação ao Natal de 1995, estão iguais ou menores. Acabou a farrá dos comerciantes oportunistas que aproveitavam as festas de final de ano para tosquiar os consumidores”²¹⁸.

A estabilidade dos preços era o grande trunfo de *Veja* para anunciar as conquistas do Plano Real a seus leitores. A revista vendia a estabilidade como um fenômeno revolucionário na vida dos brasileiros. *“Pelo que está parecendo, dezembro de 1996 vai ser mesmo uma festa”*, afirmou *Veja*, expressando um certo deslumbramento.

A estabilidade dos preços representou uma possibilidade de *Veja* contemplar a classe média, maioria entre seus leitores. Para a revista, esta classe poderia, a partir daquele momento, satisfazer seus sonhos de consumo, algo nunca antes permitido num país inflacionário e estagnado economicamente.

“A classe média está autorizada a levar um BMW para a garagem do sobrado. O carrão, antigo fetiche dos novos-ricos, está sendo vendido em 24 prestações de 1.000 dólares, com uma entrada de 14.000. não é propriamente um automóvel barato, mas agora dá para comprá-lo”²¹⁹.

Veja descreveu um cenário paradisíaco para a classe média. O país nunca havia dado tanta oportunidade para este setor satisfazer seus desejos de consumo. Do mesmo modo, há muito não se via no Brasil um cenário econômico tão favorável. Segundo *Veja*, a imagem do Brasil era de um país que seguia uma trilha econômica *“mais tranqüila e muito mais segura”*. Acrescentou que, apesar das dificuldades, o horizonte era promissor.

No final de 1997, o comércio andava assustado com o alto índice de inadimplência. De acordo com a Associação Comercial de São Paulo, em outubro de 1997, a inadimplência no cheque especial estava em 16% contra o nível histórico que era de 6%. Mas os bancos continuavam emprestando dinheiro em ritmo acelerado. De acordo com *Veja*, em 1994 os bancos brasileiros emprestavam valores na casa dos 7,5 bilhões de dólares ao ano para pessoas físicas, em 1997, esses valores chegavam às casas dos 23 bilhões de dólares. Para *Veja*, *“o país vive uma fase em que o consumidor não se*

²¹⁸ Eliana Simonetti e João Sorima Neto. A festa da década. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1474, ano 29, nº 50, p. 108, 11, dez. 1996.

²¹⁹ Idem, p. 110.

*importa com os juros nem com perigo de terminar no SPC, e os bancos e lojas emprestam, sem se preocupar com a onda de calote*²²⁰.

4.2.4 Estabilidade e mudança de hábitos

Segundo *Veja*, a estabilidade econômica havia eliminado alguns comportamentos esquisitos dos brasileiros e estava gerando novos hábitos. Não se imprimia mais tanto papel-moeda; os doleiros não tinham quase lucro e estavam perdendo mercado; os clientes visitavam os bancos raramente e as aplicações diminuíram; os cartões de crédito se popularizaram e passaram a ser mais utilizados; os brasileiros se acostumaram ao uso de moedas etc.

*“O Plano Real nocauteou a inflação, acabou com algumas esquisitices e está trazendo novidades. Símbolo maior da cultura inflacionária, a Casa da Moeda do Brasil está jogada às traças (...) os doleiros (...) estão buscando alternativas para sobreviver porque seu negócio foi por água abaixo. Já há máquinas automáticas que vendem refrigerantes aceitando dinheiro vivo em vez de velhas fichas. As lojas vendem uma quantidade enorme de porta-níqueis (...) Os cartões de crédito estão mais populares e nunca foram tão usados. Os bancos, que viviam abarrotados (...) agora só raramente são visitados pelos clientes. Nem os mais otimistas imaginaram que essas mudanças fossem acontecer tão rápido*²²¹.

A confiança no real teria mudado os hábitos bancários brasileiros. As pessoas não sacavam dinheiro todos os dias e usavam menos cheques. As empresas não faziam depósitos várias vezes ao dia e, além disso, compravam vales-refeição antecipadamente. A todos esses sinais de confiança, a revista acrescentou outros vindos do exterior. A moeda brasileira estaria sendo negociada em bolsas de todo o mundo, como a de Chicago, segunda maior do mundo.

Três meses depois, na edição de 03/04/96, *Veja* retomou o tema da mudança de hábitos do brasileiro em relação ao consumo – obra do real. O fato já vinha sendo explorado pela revista desde o início do governo.

“Quando o consumidor percebe que, pelo preço de uma camisa, pode pagar a prestação de um televisor, adia a compra da camisa – e força o lojista a

²²⁰ Ricardo Grinbaum. O garrote dos juros. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1517, ano 30, nº 41, p. 127, 15, out. 1997.

²²¹ Um país com novos hábitos. *Veja*. São Paulo; Abril, Edição 1426, ano 29, nº 02, p. 66, 10, jan. 1996.

*derrubar o preço da roupa. Já havia sido registrada a mudança no comportamento mais ponderado do brasileiro em relação às compras. Mesmo assim, a inflação de março, metade da de fevereiro, foi inesperada*²²².

Em função dessa mudança de hábitos do consumidor, a inflação de março de 1996 ficou na casa dos 0,5%, segundo *Veja*, a mais baixa em 37 anos, mais baixa até do que no Chile, país com economia estabilizada há mais tempo.

4.2.5 Déficits ameaçavam a estabilidade

Para *Veja*, com inflação baixa, estoques de divisas nas alturas e crescimento do PIB de 1994 na casa dos 5,3%, os brasileiros podiam relaxar, *“mas não deixam. Na semana passada, divulgou-se em tom de alarme que o saldo da balança comercial foi negativo, em dezembro, em mais de 1 bilhão de dólares.”*²²³ Antes, os jornais divulgaram que o déficit era de 47 milhões de dólares, o governo ficou em silêncio. Depois passaram a falar em 1 bilhão de dólares. O governo reagiu e esclareceu que nem um nem outro, o déficit era de 884 milhões de dólares.

A revista não criticou o governo que ficou em silêncio quando o falso déficit de 47 milhões de dólares foi divulgado, mas a imprensa, que teria exagerado nos cálculos ao falar de 1 bilhão de dólares que, embora também falso, bem mais realista. Ademais, *Veja* reclamou dos que falavam de abertura demais, pois o país ainda era um dos mais fechados do mundo, importava apenas algo em torno de 7% a 8% do PIB. Segundo a revista, nos anos 70, se importava dobro, 15%, e não havia tantas reclamações de abertura excessiva. *Veja* aproveitou para ressaltar as vantagens daquele momento e tomou a posição do governo, elogiou o fato de o país ter reservas internacionais na casa dos 40 bilhões de dólares para pagar suas importações.

Segundo a revista, as reclamações eram dos exportadores e da indústria nacional que perderam com as importações e com a alta taxa de câmbio que dificultava as exportações.

“Em qualquer programa de estabilização econômica, alguns setores perdem e outros ganham. Em geral, perdem os assalariados (...) Como eles não têm corneteiros para reclamar em seu nome (...) acostumaram-se a suportar a

²²² Abaixo do Chile. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1439, ano 29, nº 15, p. 95, abr. 1996.

²²³ O déficit é pífilo. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1376, ano 28 nº 04, p. 82, 25, jan. 1995.

*carga. Desta vez, com o Real, os assalariados das classes C, D, e E ganharam (...) Perderam exportadores, que têm defensores nas poderosas associações das classes empresariais, no Congresso, no ministério e nos meios de comunicação.*²²⁴

A revista tomou para si a informação oficial, que deveria ser do governo, travou uma guerra de informação com os críticos e fez militância declarada em favor do programa de estabilização. Ao criticar os setores que reclamavam da abertura excessiva e indiscriminada e os meios de comunicação que divulgaram os números do déficit comercial, na casa de 1 bilhão de dólares – poupando o governo que silenciou diante do anúncio do déficit de 47 milhões – *Veja* tornou clara sua posição de defesa, a qualquer custo, da política do governo.

No final de agosto de 1996 voltaram as preocupações com o tamanho do déficit comercial que já acumulava 630 milhões de dólares no ano. No ano anterior, o assunto já havia sido bastante comentado por outros meios de comunicação e *Veja*, à época, criticou aqueles que alardeavam o déficit e não deixavam o brasileiro dormir em paz. Desta vez, novamente, *Veja* realizou uma reportagem destinada a convencer que o déficit não era nada preocupante e que continuava tudo muito bem com a economia.

*“Na semana passada, o que provocava tremores de pânico era novamente o saldo da balança comercial (...) negativo, no mês de julho, em 334 milhões de dólares (...) com reservas internacionais de 60 bilhões para torrar, 2,3 bilhões [projeção para o ano de 1996] nada significam...”*²²⁵.

De acordo com *Veja*, o alarme era fruto de uma visão equivocada do comércio exterior e motivada por uma herança de isolamento do país. A questão, segundo a revista, não era o saldo negativo ou positivo neste ou naquele mês, mas a presença do Brasil no comércio exterior que estava crescendo e precisava crescer ainda mais. De todo modo, saltava aos olhos o fato de que, toda vez que se comentava o alto déficit comercial brasileiro, *Veja*, por meio de reportagens contundentes ressaltava os ganhos do programa de estabilização e a política de abertura.

Em setembro de 1996 *Veja* admitiu que o Brasil era “*um país pendurado*”. A dívida pública brasileira já estava na casa dos 241 bilhões de reais e continuava crescendo. A dívida correspondia a 34% do PIB e apresentava uma escalada de crescimento desde 1991. A revista, no entanto, tratou de recorrer a exemplos que demonstravam que aquela

²²⁴ Idem, p. 83.

²²⁵ Muito barulho por nada. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1459, ano 29, nº 35, p. 94, 28, ago. 1996.

situação era comum a todos os países que reformaram sua economia nos moldes do neoliberalismo. Não era um problema somente brasileiro.

“A dívida pública brasileira não é um escândalo em si. Países de economia forte e estável podem suportar um endividamento muito maior sem problema. A dívida pública americana é de 56% do PIB, a da Alemanha é de 49% e a da Inglaterra é maior que 100%”²²⁶.

Além dos exemplos de que a situação, apesar de preocupante, não era somente brasileira e não seria, em tese, uma consequência funesta do ajuste neoliberal, a revista procurou apresentar, novamente, as conquistas do Real.

“O Real resiste aos déficits comerciais de 300 milhões de dólares por mês, a inflação deve ser menor do que 15% no ano e as empresas estão voltando a crescer. Tudo vai bem, menos o governo, que gasta mais do que pode (...) enquanto os parlamentares não autorizam as reformas na máquina do Estado, o governo precisa ir arranjanado dinheiro para tocar a vida. A dívida cresce assim”²²⁷.

Tudo então só poderia ser resolvido com o aprofundamento da política neoliberal, realizando as reformas que ainda restavam e enxugando, ainda mais, os gastos públicos. O Congresso era quem estaria travando o ajuste, pois não teria aprovado todas as reformas propostas. A matéria finalizou com a afirmação de que fazendo as contas bem feitas, acrescentando outros componentes da dívida, como os empréstimos aos agricultores, o proer, etc, a dívida brasileira poderia chegar a 43% do PIB. Para *Veja*, ainda nada de assustar. A conclusão, definitivamente não fez justiça ao tom pessimista do início da matéria, que parecia ter apenas o propósito de pressionar o Congresso a aprovar todas as reformas e a preparar o público para aceitá-las pacificamente.

Uma semana após divulgar com certa preocupação que o país estava pendurado em uma dívida pública que não parava de crescer, *Veja* apresentou dados bem mais animadores na economia. Para a revista, o país estava no rumo certo. A inflação parecia definitivamente debelada e era possível que tivéssemos uma deflação. O Brasil teria entrado numa nova era. A inflação estava baixa e *“Em algumas cidades, como São Paulo,*

²²⁶ Eliana Simonetti. Um país pendurado. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1461, ano 29, nº 37, p. 92, 11, set. 1996.

²²⁷ Idem, p. 93

*o índice aproxima-se de zero. Em outras, como Rio de Janeiro e Belo-Horizonte, afundou para baixo de zero*²²⁸.

O déficit público brasileiro referente a 1997 foi maior do que o governo havia previsto. Refeitas as contas o governo descobriu que o déficit nas contas públicas foi de 54,4 bilhões de reais, bem maior do que os 52,3 bilhões antes anunciados. Para *Veja*, essa descoberta não significava muita coisa, o país não teria ficado mais pobre de uma hora para outra.

*“Pelo menos de imediato ele não afeta diretamente a vida das pessoas. Também não significa que a situação em Brasília ficou pior ou melhor do que estava antes. O déficit público é apenas um dos índices que mede a saúde financeira do país e o desempenho do governo. Prova disso é que, na semana passada, foram anunciados outros números, esses bastante animadores. As reservas internacionais subiram para 70 bilhões de dólares, em função da entrada de novos investimentos estrangeiros no país...”*²²⁹.

Após apresentar com mais ênfase os dados positivos, que lhe interessavam, *Veja* afirmou que o problema teria sido a “*barbearagem*” do governo ao anunciar um déficit menor na semana anterior. Assim, mesmo que os números não fossem preocupantes, o problema seria a imagem do governo junto aos investidores estrangeiros.

4.2.6 De crise em crise: a frágil estabilidade

Logo no início do governo FHC, a crise mexicana era o fantasma que rondava a economia brasileira. Segundo *Veja*, “*a explosão da crise mexicana revelou uma enorme distância*” entre o Brasil e o México. Apontado antes como atrasado em relação ao México, o Brasil passou a ter uma vantagem curiosa em relação àquele país. Por ter iniciado seu programa de estabilização muito depois, o Brasil podia aprender com a crise do México: deveria evitar, tanto quanto possível, a explosão de consumo; realizar a reforma fiscal e tributária; acelerar um programa de privatização; e adotar uma política de câmbio livre.²³⁰

Segundo *Veja*, o medo da crise mexicana teria alimentado uma característica

²²⁸ Eliana Simonetti. Sinal de calmaria. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1462, ano 29, nº 38, p. 116, 18, set. 1996.

²²⁹ Ruim de contas. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1542, ano 31, nº 15, p. 115, 15, abr. 1998.

²³⁰ Ver Ecos da crise cucaracha. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1373, ano 28, nº 01, pp. 78-79, 04, jan.1995.

brasileira, a ciclotimia (uma inevitável tendência à morbidez que alternava alegria e tristeza). Isto estaria se confirmando no alarme das bolsas com alterações na cotação que num dia registrava queda de 9,8% e em três dias registrava uma alta de 25%. Mas, como o futuro do Brasil não estava sendo decidido na Bolsa de Valores, espalhar pessimismo quando as ações começavam a cair era um exagero sem sentido num país que apresenta excelentes resultados.

“... o terremoto financeiro e político do México causou tanta desconfiança nos investidores americanos e tanto pavor nos países da América Latina que os economistas do governo precisam gastar a maior parte do tempo nas duas últimas semanas explicando o óbvio: que o Brasil não é o México nem tampouco a Argentina”²³¹.

Antes, o Brasil deveria seguir o exemplo da Argentina e do México, adotando medidas de estabilização monetária, abertura econômica e privatização nos moldes dos programas adotados naqueles países. Diante dos primeiros contratemplos daqueles países, o Brasil nada tinha a ver com a Argentina e o México. O mercado financeiro, louvado por sua racionalidade econômica de investimento e retorno, com sua sagacidade em avaliar os mercados emergentes e investir neles capital volátil para obter altos e rápidos ganhos, fugindo à primeira ameaça, passou a ser apresentado como exemplo de uma suposta *“alma ciclotímica”* do brasileiro. A reportagem não deixou claro quem, de fato, estava assustado com a gangorra das bolsas: o *“ciclotímico brasileiro”* ou os grandes investidores, sobretudo estrangeiros. A menos que brasileiros comuns tivessem influência nos altos e baixos das bolsas, o argumento era falacioso.

Com a crise mexicana e os problemas que se anunciavam na Argentina, a economia brasileira sofreu os efeitos. Os investidores estrangeiros fugiram do país e as reservas internacionais do Brasil, entre janeiro e março de 1995, caíram para 33 bilhões, conforme dados oficiais. Os financistas falavam em números ainda menores, na casa do 28 bilhões de dólares. O governo ficou alarmado e, para conter, a crise anunciou aumento nas taxas de juros e aceleração das privatizações.

As medidas adotadas pelo governo e as indicações de que o país não sofreria maiores efeitos das crises na Argentina e no México fizeram os dólares voltar. De acordo com *Veja*, as reservas internacionais recuperaram o valor inicial de 40 bilhões em agosto e poderiam chegar a 41 bilhões de dólares em setembro: *“pode-se afirmar que é o maior saldo desde que o Plano Real começou (...) o Brasil está interessante para o investidor e*

²³¹ O alarme das bolsas. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1375, ano 28, nº 03, p. 20, 18, já. 1995.

*conseguiu um ponto de equilíbrio.*²³² O Brasil, segundo *Veja*, estava de novo, em paz com seu plano de estabilização monetária. Até mesmo *Veja* reconheceu: os assalariados não tinham dinheiro para comprar ou para pagar as dívidas; os empresários enfrentavam inadimplência; “*mas em seu conjunto*” a economia exibia bons resultados.

No início de setembro de 1997, as bolsas de valores de todos os países latino-americanos começaram a apresentar baixas que assustaram aos analistas econômicos. Para *Veja* estava tudo bem. Os pequenos investidores estavam se assustando com algo normal no mundo das bolsas.

A explicação era que os problemas econômicos enfrentados pelos países asiáticos teriam afetado as bolsas da Argentina, do México e do Brasil, mas nada demais. “*A economia vai bem. Houve deflação em São Paulo, a taxa de desemprego cedeu, as reservas internacionais aumentaram*”²³³. Além do mais, uma pesquisa do Ibope revelou que o prestígio do presidente crescera, o que para a revista era um bom sinal. O problema, informou *Veja*, era que o pequeno investidor, que se tornara um personagem importante no mercado de ações, ainda não teria aprendido que as flutuações são comuns nas bolsas.

Dois meses após apresentar o problema das bolsas como um susto desproporcional de pequenos investidores, *Veja* realizou uma reportagem cujo título apresentava uma ironia interessante que valia para o governo, mas também para a revista: “*Choque de realidade*”. O Brasil estava sofrendo um grande ataque especulativo, as bolsas de valores e as reservas internacionais não paravam de cair. Segundo a revista, o governo se esforçara anteriormente para provar que o ajuste brasileiro era parecido com o do México. Com a crise mexicana, passou a informar que o Brasil nada tinha a ver com o México. Depois, em meio à crise asiática, o governo informou que o país tinha uma proteção contra ataques especulativos. Via-se que as coisas não eram bem assim.

“O desastre demonstra que não importa se o Brasil se parece ou não com o México, ou se ele é diferente ou não da Ásia. Importa, isto sim, que o Brasil foi o país que pior se saiu na crise que começou na Ásia. Pior: por mais que o discurso oficial insista em mostrar o real como um super-herói do capitalismo globalizado, o país pode muito bem naufragar num ataque

²³² Dólares em alta pressão. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1403, ano 28, nº 31, p. 114, 02, ago. 1995.

²³³ Antenor Nascimento Neto. Montanha-russa nos pregões. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1511, ano 30, nº 35, p. 109, 03, set. 1997.

*especulativo contra sua moeda, como já ocorreu no México ou na Tailândia. Essa é a sombria realidade em que o país acabou de entrar*²³⁴.

O “*choque de realidade*” valia igualmente para o governo que propagou uma muralha de proteção contra a especulação e para *Veja* que apresentou o início da crise como uma ingenuidade de pequeno investidor. A realidade era bem outra. O Brasil teve de vender, em um só dia, 10 bilhões de dólares no mercado, sendo que desses 10 bilhões, 5 bilhões deixaram o país imediatamente. O “*Choque de realidade*” levou o governo a tomar alguns cuidados e *Veja* a retratar-se diante do que antes informara como apenas uma ingenuidade de pequeno investidor.

*“A crise é uma reação às turbulências internacionais, mas não se produziu no vazio (...) Há muito que os críticos da política econômica reclamam contra os rombos na balança comercial brasileira. Importa-se mais do que se exporta, e isso deixa o Brasil numa situação de dependência em relação aos capitais internacionais que financiam o déficit. Se esses capitais fogem num momento de pânico, a armação econômica tende a vacilar (...) O governo deixa o real artificialmente valorizado em relação ao dólar. O industrial que insiste em elevar os preços de suas mercadorias é assim, imediatamente punido pela importação de artigos estrangeiros a preços mais baixos, garantidos pelo câmbio valorizado*²³⁵.

Os críticos mencionados acima eram os mesmos que a revista acusava, meses antes, de falarem do real valorizado por falta de assunto mais interessante. No momento da crise, a revista afirmou que a unanimidade dos economistas, “*salvo os de Brasília*” achava que o real estava muito valorizado em relação ao dólar. As críticas dos industriais também eram as mesmas que a revista passou a fazer. *Veja* apresentava um comportamento pendular e deixava-se levar pelas situações de momento. Num dia elogiava a política do governo e ironizava os opositores, no outro tomava emprestados os argumentos dos críticos para se manter fiel ao pânico de seus leitores e do país inteiro e tentando conferir um grau de objetividade a suas informações.

A ameaça que a crise asiática representava tornou-se rapidamente uma realidade incômoda também no Brasil. Depois da quebra de várias instituições financeiras na Tailândia, na Indonésia e em Hong Kong, eram muitos os analistas que acreditavam que

²³⁴ Altair Thury Filho e Felipe Patury. Choque de realidade. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1520, ano 30, nº 44, p. 26, 05, nov. 1997.

²³⁵ Idem, p. 29.

o Brasil seria a “bola da vez”. O governo resolveu tomar medidas drásticas para evitar o agravamento da crise.

“O governo tem planos de cortar investimentos de ministérios e também gastos estatais. Haverá ainda aumento na alíquota de alguns impostos e cobrança de contribuintes que vêm sendo isentados (...) Haverá aumento de uma ou outra tarifa pública...”

Os investidores brasileiros tinham a sensação de que estavam relativamente protegidos de crises internacionais. A do México, em 1994, tocou de leve o Brasil. A da Tailândia, em julho deste ano [1997] machucou pouco. Com Hong Kong quebrou-se o encanto. O país está plugado num universo financeiro muito instável. E terá de se acostumar com essa turbulência”²³⁶.

A louvada estabilidade econômica brasileira, que *Veja* não se cansava de afirmar e reafirmar, era na realidade um “gigante de pés de barro”. A revista não demorou muito a reconhecer, mas é de se supor que passada a avalanche, tudo voltaria ao normal, tanto o governo quanto seus aliados na imprensa – particularmente *Veja* – e o Brasil voltaria a ser o eldorado da estabilidade.

Para conter o avanço da crise asiática sobre a economia brasileira, o governo anunciou, em meados de novembro, um pacote econômico com o propósito de economizar 20 bilhões de reais nas contas públicas até o final de 1998. Eram 51 medidas de natureza fiscal como cortes de despesas e investimentos públicos, demissão de servidores e aumentos de tributos. De acordo com *Veja*, o governo tentava, mais do que equilibrar a economia, mostrar ao mercado que faria tudo o que fosse necessário para proteger a moeda nacional, a fim de assegurar a confiança dos investidores.²³⁷

Em setembro de 1998, a crise russa abalou a credibilidade de economias emergentes, entre elas o Brasil. Segundo *Veja*, somente nos primeiros dias após a crise, o país perdera 15 bilhões de dólares de suas reservas. O Banco Central elevou as taxas de juros de 19% para 29,75%, a fim de estancar a fuga de capitais. *Veja* apoiou de imediato.

“A partir de agora o investimento no mercado financeiro fica tão atraente – desde, é claro, que o mundo não acabe – que só um pessimista genético vai desprezá-lo. Pouca gente se sentirá tentada a se refugiar no dólar. A tensão que convulsionou o país na semana passada, espera-se, cederá um pouco...”

²³⁶ Felipe Patury e David Friedlander. A toque de caixa. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1521, ano 30, nº 45, p. 29, 12, nov. 1997.

*A sangria de dólares associada à puxada de juro pode dar a impressão de que o governo está atabalhoado e agindo por pânico. Não é isso. O governo ainda tem pleno domínio da situação e está se valendo de instrumentos ortodoxos consagrados*²³⁷.

De acordo com *Veja*, os efeitos da crise russa sobre o Brasil ainda eram de proporções incalculáveis, mas alguns economistas já suspeitavam de que o final de século seria marcante e usavam expressões como: depressão, recessão, desintegração econômica etc.

A crise econômica foi definida por muitos críticos como consequência de um câmbio sobrevalorizado. O governo, ao qual fez coro *Veja*, referia-se à crise – como às anteriores – como algo externo que atingiu o país, ou seja, mero reflexo da crise russa. Surgiu no momento em que o presidente Fernando Henrique Cardoso disputava a reeleição, talvez por isso, notava-se um certo cuidado em não exasperar suas dimensões. *Veja* preferia apresentar a crise sempre que o governo oferecia motivos para abordá-la do ponto de vista das ações do governo. Os títulos eram sempre no estilo: “O Brasil reage à crise”, “o governo vai ao ataque”.

*“O Brasil vive um momento decisivo. Ou escapa da crise e entra no século XXI como um país moderno ou regride para seu passado de subdesenvolvimento e inflação. A escolha, em grande parte, está nas mãos de Fernando Henrique Cardoso. Sob esse ponto de vista, não existe uma terceira via para o presidente. Ele tem sido um governante com méritos reconhecidos. Em quatro anos, deu estabilidade à moeda, criou condições para a modernização da economia e colocou o Brasil no quadro de países como peso específico na ordem mundial. Agora está numa encruzilhada de risco*²³⁸.

A abordagem acima, a menos de uma semana da reeleição, tinha um duplo sentido: a encruzilhada em que o país se encontrava era entre o presidente que estabilizou a economia e realizou as reformas e o candidato de esquerda, crítico das mudanças promovidas pelo primeiro.

Veja fez questão de destacar que o presidente contava com o apoio e a confiança de todas as autoridades do FMI e do Banco Mundial e que as pesquisas indicavam sua

²³⁷ Ver Leonel Rocha e Felipe Patury. Uma conta a mais. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1522, ano 30, nº 46, pp. 36-37, 19, nov. 1997.

²³⁸ David Friedlander e Felipe Patury. O Brasil vai ao ataque. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1563, ano 31, nº 36, pp. 108-109, 09, set. 1998.

²³⁹ Antenor Nascimento Neto e Eliana Simonetti. Está nas mãos dele. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1566, ano 31, nº 39, p. 124, 30, set. 1998.

vitória no primeiro turno das eleições, o que evitava a ameaça de ruptura política. Mas tudo isso não poderia salvar o Brasil se o governo não agisse rapidamente e com energia, pois a crise ameaçava a estabilidade econômica do país e as reservas internacionais minguavam dia após dia.

“Não há nem mesmo o perigo de uma mudança política radical, já que as pesquisas eleitorais dão como razoavelmente segura a reeleição de Fernando Henrique. Nada disso segura mais os dólares, depois de hecatombe da Ásia e a Rússia. O que o investidor vê é o déficit de 7% do PIB, que infla a dívida interna, de 346 bilhões de reais, e aponta para um risco de calote. E vê também o emagrecimento das reservas internacionais, que caíram de 64 bilhões de dólares em abril, para 48 bilhões em setembro”²⁴⁰.

Além da menção à disputa eleitoral em que deixava claro que estava do lado da reeleição do presidente-candidato, *Veja* citou a questão do déficit público, aquele mesmo que no início de 1998, não representava ameaça alguma passou a ser o vilão da crise. O governo teria de cortar despesas drasticamente, tanto do governo federal, quanto dos Estados e município. A revista considerava esses cortes muito difíceis, e afirmou que o governo iria precisar do Poder Judiciário e do Congresso Nacional. Numa eloqüente figura de linguagem, concluiu *Veja*: *“Nunca houve tanta necessidade de decapitar o dragão nem tanta oportunidade. A espada está nas mãos de Fernando Henrique e dos futuros congressistas”²⁴¹.*

A posição exposta por *Veja* era de que o maior risco da crise era a desvalorização do Real, justamente o que os críticos do governo reclamavam que deveria ser feito. Para a revista, a desvalorização da moeda levaria a incertezas e provocaria aumento dos produtos importados, o que atingiria os preços de alimentos, combustíveis e matérias-primas. O resultado final poderia ser a volta da inflação.

Logo após sua reeleição no primeiro turno das eleições, o presidente Fernando Henrique Cardoso deu início à preparação de um ajuste fiscal para enfrentar a crise do final de 1998. *Veja* apresentou o ajuste como um choque para ficar na história. Segundo a revista o ajuste do governo era corajoso e continha medidas emergenciais, mas propunha algumas medidas de alcance maior.

“Além das medidas de emergência, que irão desaparecer mais cedo ou mais tarde, prevêem-se mudanças sólidas, que virão para ficar. Uma delas é um choque na Previdência Social, que será transformada em sistema de

²⁴⁰ Idem, p. 125

capitalização (...) Também está prevista uma reforma profunda na legislação trabalhista, de modo a liberalizar as relações de trabalho, hoje tão engessadas pela velha CLT, numa mudança semelhante à que fez a ex-primeira ministra Margaret Thatcher na Inglaterra”²⁴².

Na realidade, os cortes propostos no ajuste visavam a reduzir o déficit público, para isso, o governo propunha cortar recursos de todos os ministérios, principalmente da Saúde e da Educação. A seguir as principais medidas: aumento da alíquota da CPMF, de 0,2% para 0,38%, e a desvinculação da saúde; cobrança antecipada da Cofins das empresas e inclusão de cobrança da Cofins de bancos, que passariam a contribuir com 3%, e redução de 18% para 12% na alíquota do imposto sobre o lucro líquido; prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, FEF, até 2006, e aumento de 20% para 40% do orçamento; e cobrança de contribuição dos servidores inativos, que passariam a contribuir com alíquotas de 11% a 16%, dependendo da faixa de benefícios; cortes nas despesas, a educação perderia 1,1 bilhão de reais e saúde 2 bilhões de reais; e regulamentação da lei autorizando a demissão de servidores por ineficiência.²⁴³

A revista não fez uma só apreciação crítica a respeito da desvinculação dos recursos provenientes da CPMF da saúde, bem como não comentou a retirada de recursos da educação e da saúde. Importante lembrar que *Veja* criticou duramente o governo quando da criação da CPMF, definida pela revista como um imposto covarde, confuso e irracional. Importante também lembrar que *Veja*, inicialmente afirmava, que o governo precisava investir mais na saúde e na educação, aliás, esta era uma das justificativas para a defesa das privatizações.

O projeto de ajuste fiscal que o governo enviou ao Congresso propunha aumentar a arrecadação em 15,8 bilhões e cortar 12,2 bilhões, formando uma economia de 28 bilhões de reais nas contas públicas. *Veja* continuou a tratar o assunto como a saída definitiva para a crise brasileira imediata e a possibilidade de correção definitiva de problemas crônicos do Brasil. Para a revista, o pacote atacava os problemas que atraíam crises para o Brasil.

“O pacote que o governo anunciou na semana passada é diferente de todos os outros que o país já conheceu. Ele tem um objetivo imediato, que é

²⁴¹ Idem, p. 127.

²⁴² Expedito Filho e Felipe Patury. Um choque para ficar na história. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1570, ano 31, nº 43, p. 126, 28, out. 1998.

²⁴³ Ver Antenor Nascimento Neto. E Eliana Simonetti. As bolas da vez. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1571, ano 31, nº 44, pp. 42-47, 04, nov. 1998.

impedir a economia de esfarelar-se diante da fuga de dólares. Mas existem também metas de longo prazo, que têm a potencialidade de corrigir problemas crônicos do Brasil. Em seu conjunto, ele é a mais ampla tentativa de reforma da Federação, não só no campo econômico, mas também no político...

*O ponto mais profundo e impressionante é o esforço que o governo federal fará para impedir que prefeitos e governadores de Estado continuem arrombando seus cofres da forma criminosa como agiram até hoje*²⁴⁴.

A medida revolucionária que *Veja* alardeava era a Lei de Responsabilidade Fiscal, que o governo acabara de enviar ao congresso como parte do ajuste. A grande inovação de Lei de Responsabilidade Fiscal era impor limites aos gastos de Estados e municípios, ficando estes proibidos de emitir títulos quando chegassem ao limite de seus orçamentos, sob o risco de terem seus repasses de impostos retidos pelo governo federal.

Além do ajuste fiscal para equilibrar as contas públicas, o governo continuou a buscar saídas para a crise que abateu o país no final de 1998. Uma outra ponta das ações do governo foi o acordo com o FMI para liberação 41 bilhões de dólares. Na realidade o acordo era um consórcio no qual participaram países como os EUA, Portugal, Canadá, Noruega, Bélgica, França e Finlândia. *Veja* apresentou uma curiosidade no tratamento do socorro financeiro do FMI. Apesar de o país estar à beira de um colapso econômico, a revista tratou o assunto como sendo uma novidade, pois o socorro financeiro estaria vindo de forma preventiva, para evitar a crise.

*“É a primeira vez que a comunidade dos países ricos e sua câmara de empréstimos, o Fundo Monetário Internacional, destinam dinheiro a uma nação com economia em bom estado. O socorro ao Brasil é apenas preventivo. Nos outros casos, o dinheiro apareceu para apagar fogueiras (...) com os 41 bilhões de dólares do pacote de socorro, o governo ganha tempo para ajustar suas contas*²⁴⁵.

O ajuste fiscal foi apresentado como capaz de sanear a economia tanto no curto, como no médio e longo prazos, mas as medidas teriam de passar pela apreciação do Congresso e, como bem sabem os neoliberais, a decisão parlamentar é demorada e imprevisível. Antes, portanto, que algumas medidas fossem recusadas e o ajuste ficasse no meio do caminho, o governo recorreu ao FMI, que prontamente atendeu o pedido do governo brasileiro. *Veja*, então, tratou o socorro financeiro como sendo uma medida

²⁴⁴ Idem, p. 42.

²⁴⁵ Felipe Patury e Cíntia Valentini. Um cheque de 41 bi. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1573, ano 31, nº 46, p. 132, 18, nov. 1998.

preventiva até que o governo tivesse tempo de aprovar no Congresso suas medidas de ajuste.

No final de dezembro, o governo ainda enfrentava um clima de pessimismo apesar do socorro financeiro de 41 bilhões do FMI. Parte do ajuste fiscal proposto pelo governo foi recusado pelo Congresso, como a contribuição de servidores inativos que, segundo a expectativa do governo, renderia uma economia de 2,5 bilhões de reais. Além de rumores de que o governo estudava uma desvalorização do real e flexibilização do câmbio, medida que deveria acarretar a demissão do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, como de fato acabou ocorrendo no início de 1999. O primeiro mandato do presidente, considerado o responsável pela estabilidade e pela modernização da economia brasileira, terminava assim, um tanto melancolicamente, com medidas recessivas e mais endividamento externo. *Veja*, fiel desde a primeira hora, mantinha-se aliada da política neoliberal, defendendo-a de todas as críticas.

4.3 – Crescimento econômico

O crescimento econômico era o objetivo declarado de toda a política econômica e uma das razões manifestas por que *Veja* apoiava o governo e sua política. Segundo a revista, antes do Real, houve uma grande transferência de renda para os setores mais ricos, que aumentavam seus ganhos em aplicações financeiras. Para a revista, essa realidade teria mudado radicalmente após a implantação do Real, pois uma parcela importante da população passou a consumir mais, aproximadamente 18 milhões de pessoas que ganhavam baixos salários e não podiam compensar a inflação com aplicações financeiras, por isso tiveram um aumento no poder de compra de seus salários. Esse crescimento já embutia, automaticamente, uma redistribuição de renda.

4.3.1 Consumo e crescimento

O alto consumo verificado no Natal de 1994 e nos meses seguintes dominou a cobertura de *Veja* relativa ao crescimento econômico no início do primeiro ano do governo FHC. Para a revista, ocorreu uma explosão do consumo no Natal mais animado, depois de décadas, e isto era a demonstração mais clara de que os efeitos do Plano Real eram bons para o bolso do brasileiro. O brasileiro teria consumido de modo extraordinário e a

economia continuava aquecida, mesmo depois do Natal. Segundo a revista, em todos os setores, o consumo aumentara: comida, vestuário, carros, etc. Com o fim da inflação, que representava uma perda mensal do valor de compra do salário, o brasileiro foi à desforra.

“Em janeiro e fevereiro deste ano, a economia está aquecidíssima. As férias coletivas foram canceladas e a indústria, em vez de demitir, está contratando. Uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, CNI, mostrou (...) que 51.000 trabalhadores foram contratados em São Paulo, entre setembro e janeiro. Outra pesquisa, da Fundação Getúlio Vargas, FGV, revelou que as indústrias estão usando 83% de suas máquinas e instalações neste começo de ano. Em tempos normais, usariam no máximo 60%”²⁴⁶.

O quadro descrito era absolutamente maravilhoso: inflação baixa, reservas em alta, abertura aos importados, explosão de consumo e crescimento econômico. Para descrever o alto consumo do período, *Veja* utilizava-se de comparações no mínimo curiosas, além de um otimismo sem limites. A economia estava aquecidíssima, o consumo continuava altíssimo e a inflação não voltara e nem dava sinais de que voltaria.

“A rede de lanchonetes McDonald’s notou um aumento da frequência de pessoas de classe C em suas lojas, gente que antes se alimentava de quibe e café na hora do almoço. Em janeiro a Coca-Cola vendeu meio bilhão de refrigerantes, 62% a mais do que em janeiro de 1994 (...) desde a adoção do Plano Real (...) a inflação é baixa e a economia está em alta velocidade. Como as pessoas deixam de perder com a corrosão inflacionária de seus salários, compram mais”²⁴⁷.

A revista deu um grande enfoque às pessoas que comiam quibe e café no almoço e passaram a comer Big Mac no McDonald’s. O aumento do consumo foi abordado do ponto de vista das classes C, D e E que estariam experimentando um ganho nunca antes visto em seus salários.

O otimismo de *Veja* podia ser mensurado, os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, davam conta de que, em 1994, o PIB cresceu 5,7% em relação a 1993.

“A quantidade de caminhões carregando cargas nas estradas está insuportável, as lojas e supermercados estão cheios de gente e construtores voltaram a erguer prédios (...) a indústria, os agricultores e os comerciantes andam atarefados, como há muito tempo não se via (...) o IBGE publicou um

²⁴⁶ O Natal não acabou. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1380, ano 28, nº 08, p. 96, 22, fev. 1995.

²⁴⁷ *Ibidem*. (Grifos nossos).

número indicativo dessa febre. Em 1994, o produto interno bruto, soma das riquezas produzidas pelo país, cresceu 5,7% em relação a 1993. É um desempenho de tigre, o melhor índice de crescimento desde 1986, ano do plano cruzado...

Para ter uma idéia do dinamo econômico que é o Brasil, esse crescimento de 26 bilhões é quase o equivalente a todo o PIB do Peru, ou quatro anos de produção do Paraguai (...) a expansão econômica reabriu postos de trabalho fechados na recessão iniciada em 1990. Em dezembro a taxa de desemprego foi 3,4%, a menor em cinco anos²⁴⁸.

Veja apresentou raciocínios comparativos curiosos, depois de chamar o país de “dynamo econômico” e de comparar o crescimento do PIB brasileiro a todo o PIB do Peru, a revista comentou o crescimento do PIB per capita, “também subiu em 4,2% no ano passado (...) um pouco abaixo, ainda, da renda per capita de 1980, último ano do milagre econômico.”²⁴⁹ Havia aqui, uma informação bem mais cuidadosa, o crescimento do PIB per capita ficou “um pouco abaixo”, do último ano do milagre econômico.

O quadro de recuperação econômica descrito era extraordinário, principalmente se comparado ao ano de 1986, em que pese o crescimento puxado pelo Plano Cruzado, fazia parte da chamada “década perdida”. Adiante, a revista comentou, “an passant”, o crescimento de 4,2% no PIB per capita, segundo o mesmo IBGE. Se o crescimento do PIB foi de 5,7% e o PIB per capita crescera apenas 4,2%, estávamos acumulando desigualdade e concentração de renda. A revista nada falou deste aspecto, isto seria não deixar o brasileiro comemorar a novidade do crescimento.

4.3.2 “Ressaca” e inadimplência ameaçam o crescimento

O Natal foi o mais espetacular dos últimos anos, os meses seguintes (janeiro e fevereiro) também foram de crescimento das vendas, do número de empregos e da produção industrial. A esperada “ressaca” econômica acabou chegando. Os empresários, os comerciantes e os consumidores estavam alarmados com a inadimplência, a queda nas vendas e as concordatas. *Veja* analisou o problema da “ressaca” econômica, antes, porém, ressaltou os ganhos do plano econômico:

“... a economia brasileira tem mostrado um desempenho muito satisfatório. A

²⁴⁸ Sabor de milagre econômico. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1381, ano 28, nº 09, p. 64, 01, mar. 1995.

²⁴⁹ *Ibidem*. (Grifos nossos)

*inflação está na casa dos 2% ao mês e o país cresceu 10,5% nos primeiros três meses do ano, uma performance chinesa. A vida das pessoas em geral melhorou desde a implantação do Real (...) alguns problemas começam a aparecer. O número de concordatas registradas (...) não é nada assombroso, em comparação com os resultados dos anos anteriores (...) foram 47 em janeiro, 59 em fevereiro, 117 em março e 126 em abril.*²⁵⁰

Como de hábito, *Veja* iniciava a análise dos problemas pelas vantagens do plano, parecia ter um pequeno texto pronto sobre a inflação e o crescimento da economia para inserir nas reportagens. As concordatas, em números crescentes, não eram nada assombrosas, mas até mesmo a revista reconheceu que havia uma tendência clara na escalada.

O Plano Real era, segundo *Veja*, um sucesso, pois as reformas orientadas para o mercado e os ajustes nas contas públicas, promovidos pelo governo com base no receituário neoliberal, deram bons resultados no Brasil. De todo modo, isto parecia não bastar, e sinais de preocupação surgiram no horizonte.

*“Sucesso absoluto pelos olhos do passado, o Real entra no segundo ano com uma nova face (...) O colapso mexicano mostrou que abrir a economia, vender estatais e cair na simpatia dos banqueiros internacionais não são medidas suficientes para chegar a um crescimento sustentado. A beira de abismo em que se encontra a Argentina, ex-vaca sagrada da modernidade, também deixa claro que o puro dogma da moeda forte, de valor igual ao dólar americano, (...) pode acabar trazendo mais riscos que segurança.*²⁵¹

Pode-se notar um esboço de raciocínio crítico bastante contundente que, aliás, não era o mais comum. Mas a revista demonstrou certa preocupação com os altos índices de inadimplência, falências, concordatas e com os anúncios de demissão que já surgiam na indústria e no comércio. *Veja* justificou que com a queda da inflação e o ganho de valor de compra dos salários, os brasileiros consumiram muito mais do que de costume, havia mais demanda do que oferta. Para evitar a volta da inflação, o governo aumentou a taxa de juros e impôs restrições ao crédito.

“Espera-se que (...) com mais poupança e menos consumo, pode-se irrigar a economia com investimentos, os juros podem cair e o país entrar numa etapa melhor. Ninguém é obrigado a acreditar que o futuro será assim. Mas, desde o lançamento do Real, fez papel de bobo quem apostou que era tudo

²⁵⁰ A hora da ressaca. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1394, ano 28, nº 22, p. 116, 31, mai. 1995.

*uma farsa eleitoreira*²⁵².

Não demorou muito e o raciocínio crítico, mais isento, cedeu lugar ao tom de defesa do plano. *Veja* apoiou-se em dados expressivos da primeira fase do Real, dados de resto louváveis, se tomados como indicadores isolados, como: crescimento do PIB de 4% no segundo trimestre; de 4,5% no terceiro trimestre; de 5,7% no quarto trimestre de 1994; e de 9,1% no primeiro trimestre de 1995. A produção industrial, tomando 1981 como base 100, ficou em 94,3 em junho; 121,5 em agosto; 129,8 em novembro; 113,3 em fevereiro de 1995 e 137,2 em março de 1995.

Para *Veja*, no entanto, o clima era “sombrio, mas nem tanto”. Empresas estavam dando férias coletivas e algumas já anunciavam demissões, mas para a revista esse era “o custo de um ajuste que pareceu fácil até agora, mas não irá adiante sem uma cota adicional de sacrifício (...) o problema é que não dá para crescer tanto em tão pouco tempo”²⁵³. De acordo com a revista, o plano ia bem, precisava de ajustes, poderia vir uma recessão moderada, mas tudo ficaria bem.

De acordo com *Veja*, a freada econômica promovida pelo governo, com aumento dos juros e aperto do crédito, provocou desaceleração na economia e, com isso, o PIB poderia crescer apenas 6% no ano de 1995. Sem esses controles, o país poderia crescer a uma taxa de 10% ao ano, mas a inflação poderia voltar, “o que as pessoas de bom senso não desejam”²⁵⁴. As montadoras revisaram seus planos de produzir 1,7 milhão de carros no Brasil, para 1,4 milhão de carros em 1995. A revista não criticou as medidas recessivas, preferiu destacar os bons preços do momento, devido aos altos estoques.

4.3.3 A caminho do primeiro mundo

O Brasil viveu uma fase de crescimento econômico no início do segundo ano do governo FHC, para *Veja* o país estava mesmo no rumo certo e os dados mais recentes sobre o crescimento econômico demonstravam que a situação estava melhor do que se esperava. “Em 1995, segundo cálculo do IBGE, a economia cresceu 4,2% (...) O PIB per

²⁵¹ Aniversário com festa e preocupação. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1398, ano 28, nº 26, p. 32, 28, jun. 1995.

²⁵² Idem, p. 34

²⁵³ Sombrio, mas nem tanto. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1398, ano 28, nº 26, p. 41, 28, jun. 1995.

²⁵⁴ A hora de queimar os estoques. *Veja* São Paulo: Abril, Edição 1400, ano 28, nº 28, p. 100, 12, jul. 1995.

capita foi de 4.400 dólares, cifra inédita na história brasileira²⁵⁵. Para a revista, tudo se devia ao Plano Real que baixou a inflação e estabilizou a moeda. A economia nacional teria dado sinais de crescimento até melhores do que os números registrados pelo IBGE, o crescimento poderia ser gigantesco, se o governo não tivesse adotado em março de 1995, uma política de contenção de consumo.

A análise do crescimento do PIB nos últimos anos, no entanto, deixou evidente que o crescimento já vinha ocorrendo independentemente do Plano Real: em 1993 o crescimento foi de 4,1%; em 1994 foi de 5,6%; e em 1995 foi de 4,2%. Como se pode notar, a escalada de crescimento iniciou-se em 1993, quando a taxa de inflação ainda era muito alta. Somente em meados de 1994 é que ocorreu a estabilização econômica. A título de comparação, a própria *Veja* informou posteriormente uma comparação das taxas de crescimento nos governos anteriores. O primeiro governo FHC, terminou com uma média de 3,4%, enquanto o governo Sarney (1985 a 1990 – na década perdida) cresceu a uma média anual 4,3%.²⁵⁶

Os dados do IBGE demonstravam que em 1996 o PIB per capita brasileiro havia chegado à casa dos 4.400 dólares. *Veja* apresentou um quadro ainda mais otimista.

“Com o seu PIB per capita em 4.400 dólares avançando para 5.000, o Brasil está na posição em que países como a Suécia, Canadá e Estados Unidos estavam há 25 anos...”

Quando atinge um nível de 5.000 dólares per capita, geralmente a sociedade começa a exigir e consumir produtos mais caros (...) com mais consumo, toda a atividade econômica é estimulada e o país cresce ano após ano. Chega rapidamente aos 15.000 dólares de PIB per capita. Essa experiência aconteceu praticamente com todos os países industrializados. O Brasil pode deslanchar nessa direção²⁵⁷.

A revista apresentou uma posição demasiadamente otimista e destinada a preparar a opinião pública para a aceitação das políticas a serem implementadas nos próximos anos, pois elas podiam levar o país, em pouco mais de duas décadas, aos mais altos níveis de renda per capita do planeta.

Passados apenas dois meses após ter anunciado o crescimento do PIB brasileiro, a revista tomou um choque de realidade com os números referentes ao crescimento do

²⁵⁵ Melhor do que se esperava. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1432, ano 29, nº 08, p. 56, 21, fev. 1996.

²⁵⁶ Ver Antenor Nascimento Neto e Leonel Rocha. A pancada que vem aí. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1567, ano 31, nº 40, pp. 40-42, 07, out. 1998.

²⁵⁷ Melhor do que se esperava. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1432, ano 29, nº 08, p. 58, 21, fev. 1996.

país. Em reportagem de 24/04/96, *Veja* admitiu que os dados sobre crescimento frustraram uma expectativa criada pelo Plano Real.

“A previsão alegre que se fazia para o crescimento de 1996 era alguma coisa acima dos 4%. Esse número foi reduzido a 2%. Faz oito meses que o produto interno bruto vem caindo metodicamente, numa indicação clara do rumo que o Brasil está tomando (...) não se pode afirmar que o Brasil está em recessão. Ele está apenas medíocre, e pode piorar. Nesse ritmo, frustra o clima de expectativa de crescimento criada até o ano passado com o Plano Real”²⁵⁸.

Mas a revista procurou logo demonstrar que o país não ia tão mal assim. Diante de uma notícia negativa, *Veja* sempre ressaltava as conquistas do Plano Real, que desde 1994, vinha contrariando as previsões que o apontavam como mágica sem chances de sobrevivência. A revista, de fato, parecia dispor de um texto pronto sobre as conquistas do Plano Real, para amaciar as reportagens mais duras. A pretensa objetividade da informação não permitia esconder por muito tempo notícias ruins, mas elas podiam ser contrabalançadas com boas notícias requentadas a todo momento.

Ainda na mesma edição em que a revista havia detectado um risco de estagnação na economia, numa outra reportagem, a revista ressaltou a revolução provocada pelo Plano Real nos hábitos alimentares dos brasileiros. O consumo de novos produtos demonstrava que o país estava mudando e crescendo. Após uma grande introdução antropológica sobre os hábitos alimentares, *Veja* apresentou um raciocínio animador.

“... no mercado brasileiro, o iogurte, que nunca foi uma bebida muito popular, anda fazendo sucesso, seu consumo cresceu quase 50% nos últimos anos. A venda de alimentos congelados aumentou 25%. Essas transformações, no conjunto, criaram um mercado fabuloso (...) as fábricas de comida estão viajando com vento a favor. O que tem atraído negócios para o Brasil é o fato de essas transformações estarem ocorrendo num mercado que cresce barbaramente”²⁵⁹.

De uma reportagem para a outra parecia que havíamos mudado de país. Numa reportagem o Brasil estava com um crescimento medíocre, na outra, o crescimento em alguns setores era bárbaro. A questão parecia apenas de ponto de vista. Em números frios, o Brasil estava estagnado, mas o olhar cuidadoso em alguns setores da economia demonstrava que o país passava por uma revolução de costumes, que jogava por terra, inclusive, o hábito antigo de “*alimentar-se de arroz e feijão*”.

²⁵⁸ Sinais de perigo. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1441, ano 29, nº 17, p. 102, 24, abr. 1996.

²⁵⁹ O fim do arroz e feijão. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1441, ano 29, nº 17, pp. 106-107, 24, abr. 1996.

No início de maio de 1996 o governo acabara de tomar medidas para facilitar o crédito, reduzindo o Imposto sobre Operações Financeiras, IOF, liberando operações de leasing e liberando o número de prestações para a quitação de empréstimos bancários. Tudo isso ocorreu porque o governo e os investidores identificaram sinais de retração na atividade econômica e na expectativa de crescimento. Para *Veja* as mudanças se justificavam, mas seriam insuficientes.

“Com o otimismo do ano passado, previa-se para 1996 um crescimento do Produto Interno Bruto, PIB, da ordem de 4%, talvez 6% (...) Os resultados projetados para o PIB no primeiro trimestre são bem mais cinzentos (...) deve ficar abaixo de 1% (...) Os juros altos, o crédito escasso e os calotes continuam quebrando as pequenas empresas, que são as que mais empregam gente. E a taxa de desemprego continua em marcha ascendente. Subiu de 5,6% para 6,3% de fevereiro para março”²⁶⁰.

Como a revista declarou, as projeções eram demasiadamente otimistas. Projeções que a imprensa e, principalmente, *Veja* alardearam como forma de sustentação do Plano Real e do modelo econômico. A realidade continuava negando as projeções otimistas. A expectativa de crescimento sofrera forte revés, mas o tratamento das informações não esclarecia ao leitor.

Veja começou o ano de 1997 comemorando o fato de que em 1996 a economia brasileira cresceu 4% em relação 1995, com o investimento estrangeiro superando todas as expectativas e o índice de desemprego estava baixo, segundo a revista, mais baixo do que as taxas européias.

“Hoje o Brasil é o país que atrai mais capitais entre os 108 maiores mercados emergentes do mundo. Ganha do México e da Malásia e recebe 12% dos dólares investidos em países em desenvolvimento. Somando os investimentos em privatizações, em novas indústrias e em ampliações de fábricas já existentes, entraram no Brasil no ano passado 12 bilhões de dólares – quatro vezes mais do que em 1995”²⁶¹.

A explicação seria que a imagem do Brasil teria mudado muito no exterior. Pesquisas apontavam que 48% dos empresários de 43 países acreditavam que o Brasil era uma boa opção para investimentos; antes do plano Real, informava *Veja*, apenas 15% dos empresários acreditavam que o Brasil fosse uma boa opção de investimentos.

²⁶⁰ A dose é pequena para curar. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1443, ano 29, nº 19, p. 122, 08, mai. 1996.

²⁶¹ Eliana Simonetti. Dinheiro novo. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1477, ano 30, nº 01, p. 87, 08, jan. 1997.

4.3.4 Plano Real e crescimento

Um ranking das melhores empresas brasileiras, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, publicado em maio de 1997, ganhou a atenção especial de *Veja*. Segundo a revista, as empresas mais lucrativas e com melhor desempenho na bolsa de valores, eram empresas de setores que ganharam impulso com o Plano Real. Empresas de ramos como transporte aéreo, alimentação e agricultura.

“No conjunto, essas companhias aproveitaram uma das marés do Plano Real, que foi o aumento do consumo de alimentos. Para atender a esse aumento, os agricultores plantaram uma supersafra no ano passado, [1996] comprando mais sementes e fertilizantes. Companhias desse setor embolsaram o lucro (...) as empresas ligadas à agropecuária, produção de alimentos, sementes, fertilizantes e embalagens têm um bom futuro. Uma população que eleva o seu padrão de consumo de alimentos dificilmente volta atrás ele só decresce se houver recessão prolongada. E, por enquanto, não há sinal de recessão pela frente”²⁶².

Outro setor que também apresentou crescimento e no qual *Veja* destacou a influência do Plano Real foi o setor de eletrodomésticos. O consumo destes produtos cresceu muito na primeira fase do Real, devido à queda da inflação e aumento do poder real de compra dos salários, sobretudo da população de baixa renda.

“Com o fim da inflação, o aumento da renda e a facilidade do crédito a perder de vista, os consumidores avançaram sobre as lojas para renovar os equipamentos domésticos, como a TV, o fogão e a geladeira. As geladeiras venderam como amendoim torrado em porta de estádio. Foram 4 milhões no ano passado (...) o setor de eletrodomésticos, apesar do furor de 1996, já não tem um futuro tão promissor. Afinal, ninguém troca de geladeira todo ano”²⁶³.

Embora a revista tenha esclarecido que o setor de eletrodomésticos não tinha um futuro tão promissor, quanto outros apontados acima. Ao contrário, a tendência era de uma certa estabilização nas vendas.

²⁶² Ricardo Grinbaum. Lista do sucesso. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1597, ano 30, nº 21, p. 110, 28, mai. 1997.

²⁶³ Idem, pp. 110-111.

4.3.5 Investimentos da indústria automobilística no Brasil

Dentre as medidas de ajuste implementadas pelo governo em março de 1995, com aumento dos juros e aperto no crédito, o governo criou também as cotas de importação de veículos. Pela política de cotas, entre janeiro de 1996 e dezembro de 1999, as montadoras só poderiam importar na mesma proporção que exportassem; para cada dólar exportado ganhavam crédito de 1 dólar para importar. Essa medida levou a FIAT a anunciar o investimento de 300 milhões de dólares para produzir o Tipo em Betim-MG.²⁶⁴

“O interesse das montadoras no país é resultado direto da imposição de cotas na importação de automóveis, que começa a vigorar no ano que vem. Sétimo mercado consumidor de automóveis do mundo, o Brasil tem um potencial enorme nessa área”²⁶⁵.

Veja teceu elogios à implantação de cotas de importação de automóveis, pela qual as montadoras só poderiam importar na proporção em que exportassem. Para a revista, inicialmente, a imposição de cotas era uma política de fechamento de fronteiras, só admissível para proteger a balança comercial brasileira. Como os veículos produzidos no Mercosul também enfrentariam as cotas, e sendo o mercado brasileiro um grande importador, as montadoras passaram a planejar investimentos no Brasil; *Veja* passou a elogiar a política de cotas.

Numa edição em que divulgou a frustração nas expectativas de crescimento, *Veja* apresentou outras reportagens sobre o crescimento do país, nesse caso o anúncio de investimentos na indústria automobilística em Minas que foi referida como a nova “*meca dos negócios*”. Segundo *Veja*, a revista Business Week havia dedicado um grande espaço em suas páginas para o progresso mineiro.

“A Mercedes vai produzir 70.000 unidades por ano do Studie A (...) a montadora irá receber do Estado um empréstimo de 80 milhões de dólares para construir a fábrica (...) só começa a devolver o dinheiro depois de três anos, pagando juros de 3,5% ao ano, além da correção monetária (...) depois que a Mercedes estiver produzindo seus carros (...) o governo de Minas comprometeu-se a emprestar mais de 100 milhões de reais por ano, durante um período de 10 anos”²⁶⁶.

²⁶⁴ Ver Rápida no Gatilho. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1400, ano 28, nº 28, pp. 102-103, 12, jul. 1995.

²⁶⁵ O GP das montadoras. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1406, ano 28, nº 34, p. 101, 23, ago. 1995.

²⁶⁶ A festa mineira. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1441, ano 29, nº 17, p. 109, 24, abr. 1996.

A revista não analisou a lógica de o governo emprestar quantias generosas a juros módicos para grandes empresas, que acabavam gerando menos empregos do que o previsto, devido à automação de suas indústrias. *Veja* foi, no entanto, muito artilosa em apontar os fatores geradores de investimentos em Minas: fuga do trânsito de São Paulo, da violência do Rio e fuga de qualquer lugar em que houvesse sindicalismo forte. A revista afirmou que todos os benefícios oferecidos em Juiz de Fora, a cidade de Campinas também oferecia, mas a diferença estava no item greve. A Fiat não teria enfrentado uma só greve em onze anos em Betim, enquanto a Mercedes de Campinas que fabrica ônibus teria enfrentado 22 dias de paralisação. Nada a respeito de qualificação da mão-de-obra foi mencionado.

Empresas automobilísticas continuavam planejando investimentos no Brasil. Montadoras, como a Subaru, a Ásea Motors, a Hyundai, a Honda, a Mitsubishi, a Mercedes, a Renault e a Chrysler, além de fábricas de tratores, investiriam 21 bilhões de dólares no Brasil até 1999. Seria o maior pacote de investimentos da indústria automobilística em todo o mundo. Ainda segundo *Veja*, os investimentos estavam se espalhando pelo território brasileiro. Estados do Sudeste ficariam com a maior parte, mas os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste ganhariam investimentos altíssimos. A razão para esse investimento diversificado regionalmente era o pacote de incentivo fiscal oferecido pelo governo às empresas que se instalassem no Norte e no Nordeste do país.

“Pelo pacote fiscal, quem se instalar nos Estados do Norte-Nordeste pode começar o negócio importando carro pela metade da alíquota de importação, que está em 63%. Para a montagem da fábrica, há isenção de impostos em importação de máquinas. A empresa não paga Imposto de Renda nem imposto sobre produtos industrializados até o ano 2000. A partir daí pagará imposto, com desconto. Os benefícios terminam no ano 2010”²⁶⁷.

A expectativa era de que, com os investimentos prometidos, houvesse um grande crescimento nas regiões Norte e Nordeste, reduzindo a desigualdade regional brasileira. Crescimento, aliás, que já vinha ocorrendo, segundo *Veja*, motivado pelos incentivos fiscais, mas também pelo baixo valor da mão-de-obra e pela pequena pressão sindical, muito maior nas regiões Metropolitanas dos Estados do Sul e Sudeste.

De acordo com *Veja*, o Brasil vivia um bom momento para investimentos, não passava um dia em que empresas não anunciassem investimentos no país. No caso das

indústrias automobilísticas o país era o nono produtor até 1997 e, em três anos, previa a revista, seria o quinto produtor do mundo. Uma das razões para que o país se tornasse tão atraente para fábricas de automóveis era o fato de ser um mercado em expansão. Segundo a revista, havia um automóvel para cada 11 pessoas no Brasil, enquanto na Argentina havia um veículo para cada cinco pessoas. A revista não comentou o fato de que parte dos atrativos era oferecida pelos governos federal e estaduais, que concediam generosos incentivos fiscais e mesmo recursos do BNDES a juros módicos.

4.3.6 Símbolos do Real

O Brasil do Real teve alguns símbolos em sua fase inicial. Num primeiro momento, houve aumento de consumo de alimentos como biscoito, frango e queijos; o símbolo era o frango. Num segundo momento, o aumento do consumo foi verificado no setor de eletrodomésticos. Uma terceira fase começou a ser referida em tom de propaganda oficial como sendo a fase em que a população começou a melhorar seu acesso aos serviços de saúde. Esta fase foi lembrada pelo presidente como sendo a “fase da dentadura”. Segundo *Veja*, não se sabe de onde o presidente tirou a informação, pois a Associação Brasileira de Odontologia não confirmara o aumento do acesso aos serviços odontológicos.

Para *Veja*, se o presidente estava enganado quanto às dentaduras, isso não significava que o sucesso do Real entre a população mais pobre havia se encerrado. Um outro setor estava em alta, teria havido um aumento da venda de material de construção.

“Passada a febre do frango e da TV, as pessoas começaram a comprar casas (...) O setor da construção cresceu 10% neste ano, e não se poderia encontrar melhor bandeira do que essa.

A venda de cimento, que já vinha melhorando, neste ano vai bater em 36 milhões de toneladas, marca recorde nos últimos onze anos. Até 1996, o consumo do produto era puxado por pessoas que estavam reformando ou ampliando sua casa. Agora os grandes clientes passaram a ser as construtoras, confiantes de que há público para comprar seus apartamentos”²⁶⁸.

²⁶⁷ Roger Ferreira e Vladimir Netto. Chuva de 21 bilhões. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1499, ano 30, nº 23, pp. 110-111, 11, jun. 1997.

²⁶⁸ David Friedlander e Roger Ferreira. A vez do cimento. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1512, ano 30, nº 36, p. 118, 10, set. 1997.

De acordo com *Veja*, havia um dado novo no aumento da construção civil. Antes os apartamentos eram prioritariamente construídos nas áreas centrais, e eram apartamentos maiores e mais caros, apropriados para uma população de classe média alta. Naquele momento, 90% das construções estavam sendo realizadas nas áreas periféricas e eram apartamentos de dois ou três dormitórios. Sinal de que eram as famílias de baixa renda que formavam a demanda pelos novos apartamentos.

A economia brasileira desde o início do Plano Real alcançou avanços inegáveis. Houve, de fato, um aumento do poder de compra dos salários com o fim da inflação, aumento do consumo de alimentos, de eletrodomésticos e de automóveis. Fato que a revista explorava sempre, com o propósito de marcar a memória coletiva com os ganhos do Real. A notícia de aumentos de procura pela casa própria representou uma oportunidade de aumentar esse otimismo com a economia brasileira.

“O Real propiciou, como se sabe, o milagre do frango e do iogurte. Entre 1993 e 1997, a produção de frango aumentou em mais de 1 milhão de toneladas. A de iogurte dobrou nos últimos três anos. Aconteceram muitos outros saltos sensacionais, como a venda de 8,5 milhões de aparelhos de TV em cores e de 4 milhões de geladeiras apenas em 1996.

Economizar para comprar uma casa (...) é uma forma de poupar dinheiro. Quando chega ao banco (...) o dinheiro é transferido para investimento em empresas, financiamento de obras de infra-estrutura, compra de ações de companhias. Ele serve de combustível para que a economia continue crescendo. É o que se chama de ‘crescimento sustentado’, em economês, porque esse dinheiro, quando se transforma em investimento, gera emprego, renda e mais consumo”²⁶⁹.

A revista deu o tom de suas expectativas, o Brasil teria entrado em um ciclo virtuoso, como também diziam os economistas. Logo o crescimento da economia seria inevitável nos anos seguintes.

4.3.7 Crise e estagnação

A expectativa de crescimento anunciada por *Veja* sofreu um forte revés no final de 1997. O crescimento sustentado anunciado pela revista, na realidade, era muito dependente do jogo do capital especulativo nas bolsas do mundo afora. O Brasil foi

²⁶⁹ Idem, pp. 118-119.

sacudido por uma crise externa, cujas bases estavam presentes nas economias reformadas na lógica do ajuste proposto pelo Consenso de Washington. A crise asiática causou uma grande fuga de capitais e o Brasil teve de se proteger por meio de pacotes fiscais, cortes de investimentos e aumento da taxa de juros.

“Durante três anos e meio o Brasil brilhou na retina do investidor estrangeiro. Foi celebrado como um dos mais promissores entre os países emergentes, com crescimento econômico vigoroso e lucros formidáveis nas bolsas de valores. Na semana passada a leitura era bem diferente. Observava-se um país atingido em cheio pela crise asiática, contorcendo-se para segurar o investidor à base de taxa de juros de 43% reais ao ano. Um pacote que mistura alta de impostos, demissão de funcionários e restrições à importação empurrará a economia para uma desaceleração que deve durar um bom tempo”²⁷⁰.

A crise jogou uma ducha fria nas expectativas douradas de *Veja* e do governo. O discurso otimista da revista tornou-se rapidamente demasiado sóbrio. O pacote de medidas de ajuste apresentado pelo governo, no final de 1997, teve pouco impacto na crise, na sua expressão nos mercados e na queda das bolsas de valores. Investidores estrangeiros dos quais a economia brasileira era completamente dependente, também ficaram reticentes quanto ao sucesso do pacote.

Importantes autoridades econômicas do governo e de fora dele detectavam problemas na economia brasileira que se agravaram com a crise. Um deles era o déficit público, já grande e que se agravava com as elevadas taxas de juros, o crescimento da dívida interna e a taxa de câmbio considerada por 9 entre 10 economistas como muito alta. *Veja* começou a montar um cenário bem sombrio para 1998.

“VEJA recolheu a previsão de sete bancos sobre o que acontecerá em 1998. São cálculos apurados, feitos com base nas previsões de dezenas de outros bancos e consultorias econômicas (...) Haverá desaceleração econômica, que deve durar durante os primeiros seis meses, mas ainda assim, nada dramático. É possível que o país cresça 2% no ano que vem [1998] a taxa de desemprego crescerá para algo como 7% da população economicamente ativa (...) não será um índice como o dos países europeus, com 11% ou mais. A inflação cai para 3% em 1998 ou um pouco mais, mas será menor do que a deste ano. O investimento estrangeiro direto ficará em 12 bilhões de dólares, de

²⁷⁰ Antenor Nascimento. No que o pacote vai dar. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1522, ano 30, nº 46, p. 38, 19, nov. 1997.

*acordo com as previsões mais conservadoras. Nas mais otimistas, pode chegar a 18 bilhões, mais do que 1997*²⁷¹.

A crise agravou-se, era inegável. As previsões de *Veja* e seus consultores, no entanto, eram até muito boas, aparentemente não estavam tão aflitos com a situação da economia brasileira. Mas todos – *Veja* inclusive – mantinham expectativas de que o governo continuaria a cortar gastos, a demitir servidores públicos, a privatizar empresas estatais, dentre outras coisas. Estavam corretos em parte, pelo menos no que dizia respeito à disposição do governo em aprofundar as reformas neoliberais. Daí o relativo otimismo.

Logo no início do ano, *Veja* apresentou os dados referentes às vendas do Natal de 1997 e, após iniciar a matéria comparando as previsões econômicas aos jogos esotéricos, comemorou o fato de que os analistas econômicos se enganaram. De acordo com a revista, todas as previsões erraram e provaram o quanto é difícil “*profetizar em matéria de economia*”.

*“Assim como os videntes de bola de cristal e os jogadores de tarô, uma grande parte dos economistas apreciam muito fazer previsões (...) apoiados na crise asiática, na elevação dos juros, previram vendas fracas no final do ano, 8% inferiores ao Natal de 1996 (...) Enganaram-se. Em dezembro, a freguesia entupiu os 400 shoppings do país e comprou muito, 5% a mais do que o ano anterior*²⁷².

Segundo *Veja*, houve uma mudança importante que teria enganado os economistas. Nos anos de 1995 e 1996, a população teria comprado produtos caros, como geladeiras e automóveis e teria se endividado muito, levando os economistas a pensarem que as compras seriam drasticamente reduzidas, no Natal de 1997. Diante da crise, a população teria priorizado a compra de produtos mais baratos como: CDs, roupas, sapatos e brinquedos; pagando à vista.

“O bom desempenho do comércio no Natal está mudando outra previsão, a da atividade econômica do início deste ano. Em dezembro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea (...) estimava um encolhimento no primeiro trimestre de 1998 da ordem de 2%. Seria a primeira fase recessiva desde o Plano Real – e há muita indústria dando férias coletivas, planejando corte de empregados e reduzindo as encomendas de matérias-primas, crente

²⁷¹ Idem, p. 40.

²⁷² Antenor Nascimento Neto e Eliana Simonetti. Os gurus tropeçaram no Natal. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1528, ano 31, nº 01, p. 66, 07, jan. 1998.

nas previsões. Durante os feriados do final do ano, os economistas já modificaram ligeiramente o seu prognóstico. Talvez janeiro, fevereiro e março não sejam tão ruins assim. É possível que o crescimento empate com o do primeiro trimestre de 1997, ou seja, superior a 1%²⁷³.

Importante ressaltar algumas informações apresentadas com destaque na reportagem. Primeiro a revista não apresentou um só dado que atestasse o otimismo para o desempenho da economia no ano de 1998, exceto os dados de vendas do Natal anterior. Se os economistas se enganaram tanto nas previsões, o que tornaria confiáveis as novas previsões? De uma hora para a outra o desempenho da economia passou de menos 2% para mais 2%. A revista ainda comentou outros erros de previsão, relacionados com o início do Plano Real e ressaltou que o novo mundo globalizado apresentou desafios novos ainda desconhecidos pelos analistas econômicos.

O ano de 1998 nasceu sob o signo da crise asiática e do ajuste fiscal do final de 1997. A temática do crescimento econômico ficou carente nos primeiros meses. Em março de 1998, *Veja* trouxe uma reportagem com novas previsões que, caso não se confirmassem, seriam catalogadas como mais previsões de economistas, juntamente com tarôs e búzios, como ocorreu com as previsões de natal do 1997. Mas no caso a revista gostou das previsões.

A agência McKinsey Global Institute, fez um estudo em que afirmava que o Brasil poderia crescer a taxas de 8,5% ao ano até o ano de 2005. O dado mais interessante, segundo *Veja*, era que a produtividade da indústria, do comércio e dos serviços, poderiam gerar esse crescimento, sem que fossem feitos grandes investimentos. *Veja* não perdeu a oportunidade de ironizar: *“os eternos depts do mau humor dirão que tudo isso é um conto da carochinha, um tremendo chute”²⁷⁴.*

No final de 1998, em meio a mais uma crise definida como externa – desta vez vinda da Rússia –, mas com ramificações preocupantes para a economia brasileira, *Veja* informou que o governo brasileiro estava editando o maior pacote de cortes de gastos e reformulações na economia, inclusive, para complementar o ajuste, recorreu ao Fundo Monetário Internacional. *Veja* sentiu a necessidade de inserir uma reportagem que aliviasse o peso da má notícia. Segundo a revista, empresários entrevistados afirmavam a forte disposição de investir na produção, no ano de 1999.

²⁷³ Idem, pp. 66-67.

²⁷⁴ Antenor Nascimento Neto e Eliana Simonetti. Idéias para uma nova arrancada. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1538, ano 31, nº 11, p. 108, 18, mar. 1998.

“... as empresas brasileiras avisam que enfrentarão 1999 com a faca nos dentes. Não estão dispostas a se deixar esfolar pela crise anunciada para o ano que vem. Na semana passada Veja tomou a pulsação de empresas grandes e pequenas, do setor industrial e de serviços, e constatou que o ânimo dos empresários está surpreendentemente bom...”

A opinião de empresários forma um contraste curioso com toda a futurologia produzida a respeito do Brasil nos últimos sessenta dias, desde que a Rússia caloteou seus credores (...) Mas a idéia de que o futuro brasileiro recebeu um carimbo de cancelamento é falsa, a julgar pela postura de quem emprega, produz e vende”²⁷⁵.

O quadro econômico não era nada animador, o crescimento do ano de 1998, ainda não fechado, mas com base nos cálculos de técnicos do governo, apresentava aumento de 1% e as previsões para 1999 eram de menos 1% a menos 2%. O único dado novo no horizonte era a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, enquanto do lado das notícias negativas, tínhamos uma crise cambial e déficit público altíssimo, juros altos e queda nas reservas internacionais. O próprio presidente-candidato saiu vitorioso passando a imagem de mais experiente e preparado para enfrentar a crise. Difícil, portanto, entender o ânimo dos empresários entrevistados pela revista.

Dias depois, por ocasião da ida do ministro Malan ao Senado e a aprovação do pacote de socorro financeiro do FMI, *Veja* apresentou os resultados de uma pesquisa realizada junto ao empresariado. De acordo com a pesquisa realizada pela consultoria Arthur Andersen, o empresariado brasileiro estava pessimista quanto à economia brasileira em 1999. Nada menos do que 69% dos entrevistados afirmaram que esperavam uma recessão e 57% afirmaram que o desemprego deveria aumentar.²⁷⁶

A informação contrastava com a reportagem de *Veja* apresentada na edição de 28 de outubro na qual a revista afirmava que as empresas brasileiras estavam prontas para enfrentar 1999 com a “*faca nos dentes*”. Passados apenas dois meses a mudança de disposição entre os investidores causava surpresa. Embora tenha se agravado, a crise não começara em dezembro. O período eleitoral foi marcado por ameaças de agravamento da crise e por redução drástica das reservas internacionais brasileiras.

²⁷⁵ Eliana Simonetti e João Sorima Neto. Os sinais de tregua. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1570, ano 31, nº 43, pp. 128-129, 28, out. 1998.

²⁷⁶ Felipe Patury e João Sorima Neto. O risco ainda existe. *Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1577, ano 31, nº 50, pp. 172-173, 16, dez. 1998.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande imprensa funciona como uma empresa na economia capitalista e, como tal, defende os interesses da classe a que pertence, interesses da classe dominante. Ao mesmo tempo, a imprensa mantém vínculos de lealdade com seus mantenedores (leitores), cuja vinculação de classe não é, necessariamente, a mesma da empresa. A empresa de comunicação opera com uma mercadoria de características especiais: a notícia.

Como destacados órgãos da sociedade civil, em sentido gramsciano, a imprensa promove o consenso em torno do projeto político que representa os interesses das classes dirigentes e dominantes. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, o projeto político dessas classes está, via de regra, personificado no grupo que detém o poder, no aparelho de Estado. No caso de o grupo no poder não representar os interesses da classe dominante, a imprensa, como empresa de comunicação e ligada aos detentores dos meios de produção, tende a impor a reprodução das relações sociais capitalistas. Na conjuntura analisada, a política neoliberal representava o modo como o capitalismo buscava assegurar sua hegemonia, no Brasil, como em outras partes do mundo e o grupo no poder era a expressão desse movimento político-ideológico.

Como meio de comunicação numa sociedade capitalista, *Veja* é aqui tratada a partir de uma dupla caracterização: empresa de comunicação e meio de informação. Como empresa de comunicação, a revista operou como reflexo dos interesses e apreensões do meio social ao qual estava vinculada, ou seja, representou os interesses da classe dominante, sem desconsiderar os interesses e a visão de mundo de seus leitores. Como meio de informação participou da formulação do consenso em torno do projeto político em pauta no país, o que vale dizer que tomou partido nas disputas políticas em curso, perfilhando-se ao projeto neoliberal.

As revistas de informação e opinião falam diretamente para seus leitores, pois possuem um universo próprio de leitores que as mantém com a aquisição de assinaturas e de exemplares avulsos. De acordo com Bernardo Kucinski, *“na determinação da agenda e na produção do consenso, estas revistas atuam como usinas de ideologia”*²⁷⁷.

A revista de informação e opinião não reivindica a condição de neutralidade ou imparcialidade. Desde o seu nascimento – que data de 1923, quando surgiu nos EUA a

²⁷⁷ Bernardo Kucinski. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 17.

revista *Time* – editores e estudiosos definem a moderna revista semanal de informação e opinião como um produto do desenvolvimento dos meios de comunicação impressos no século XX. O perfil editorial destas revistas é o de um meio de comunicação parcial em relação à interpretação dos fatos que são tornados notícia. Os próprios editores de *Time*, afirmavam que o jornalista responsável é parcial com relação à interpretação dos fatos.

Veja filia-se a este modelo que se orgulha da parcialidade e reivindica para si a legitimidade de analisar os fatos e demonstrar sua verdade além das aparências, contar a verdade e opinar, mas se autoproclama isenta, responsável e independente. A revista considera que sua principal matéria-prima é a reportagem e sua função é escavar os fatos através de um trabalho sistemático, para dar-lhes a dimensão adequada.

A imagem que *Veja* fazia de si mesma era uma indicação importante do papel que a revista desejava ter na vida política brasileira. A propósito da participação da revista na vida política nacional recente, destacamos dois momentos: a eleição e o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello; e as reformas neoliberais implementadas a partir da edição do Plano Real e do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995. No primeiro caso, Roberto Civita, editor de *Veja*, assumiu a participação ativa no processo ao afirmar que tratava-se de um problema que *Veja* mesma ajudou a criar. No segundo caso, o mesmo editor afirmou que, naquele momento, o Brasil saía de um período turbulento e que *Veja* e o Brasil puderam colher os frutos da estabilidade.

Nossa análise restringe-se à explicitação do posicionamento da revista neste segundo momento. Tomamos como ponto de partida a auto-imagem de *Veja*, expressa pelo seu editor, e o compromisso declarado com a estabilidade adquirida com o Plano Real. A estabilidade foi definida como um bem a ser preservado tanto pelos dirigentes políticos quanto pela revista, para que pudessem, *Veja* e o Brasil, continuar desfrutando da estabilidade.

Em nossas considerações finais buscamos realizar uma síntese do posicionamento político-ideológico de *Veja* a respeito dos principais problemas brasileiros no período e o modo indicado pela revista para enfrentá-los, do ponto de vista dos interesses da classe dominante. Para captar um posicionamento, tanto quanto possível, homogêneo e com unidade político-ideológica de *Veja* no período pesquisado, destacamos dois momentos marcantes: a primeira edição da revista após a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, no início de 1995, e a edição com a reeleição do mesmo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998. Entre uma e outra edição, *Veja*

publicou duas centenas de edições. Foi um período de conquistas econômicas e também de crises, de reformas e de oposições. Em síntese, foi um período de luta política e ideológica entre os atores envolvidos: *Veja*, o governo, sindicalistas, comunidade acadêmica, empresários e partidos de oposição, dentre outros.

Se *Veja* era fiel a um modelo editorial e perfilhou-se a um projeto político, outras características se fizeram importantes e orientaram seu comportamento político-editorial no período: a aspiração à objetividade e um certo realismo. Como consequência de sua vinculação a um modelo editorial, a revista marcou sua cobertura no período pelo trabalho de seleção, exposição e análise dos fatos, pela informação e opinião. A perfilhação a um projeto político funcionou como orientação ideológica fazendo com que a revista apresentasse sempre interpretações e reivindicações de natureza neoliberal, praticando um jornalismo militante. A aspiração à objetividade evidenciou-se na busca de fatos e opiniões de autoridades para dar suporte (nexo objetivo) às interpretações. Nesse caso, a revista se caracterizou por ajustes de opiniões e interpretações conforme os fatos exigiam. O que definimos como um certo realismo ficou patente na cobertura, na medida em que a revista recorria sempre às mudanças políticas e econômicas em curso no Brasil e no mundo, ao discurso da globalização, ao argumento de autoridade, aos dados e informações técnicas, para apresentar suas opiniões como consequência da reflexão apurada sobre os fatos, em muitas ocasiões expondo algum desconforto com tais fatos.

Uma outra característica requer considerações, trata-se da vinculação de classe de *Veja*. Essa característica está, de fato, determinada e nuançada pelas anteriores. Revistas de informação e opinião estabelecem um vínculo de lealdade com seus leitores. No caso particular de *Veja*, seu público de leitores era formado, majoritariamente, por integrantes das classes média, média alta e alta – de acordo com a revista, em 1998, 69% de seus leitores pertenciam às classes A e B, 80% tinham casa própria e 67% haviam concluído ensino médio e curso superior.

Veja vinculava-se a um modelo que lhe fornecia a orientação no plano editorial, perfilhou-se a um projeto político, notadamente o neoliberalismo, portanto, na seleção dos fatos, no tratamento da notícia e nas interpretações, orientava seus interesses de classe e os de seus leitores pela ideologia neoliberal, difundindo uma opinião favorável às reformas orientadas para o mercado. A revista aspirava à objetividade, logo, apresentou os fatos e suas explicações de modo que suas interpretações parecessem fruto da observação apurada da realidade objetiva. O pretense realismo obrigava a revista a apresentar a seus leitores os fatos e estabelecer nexos com a realidade factual e

universal, nacional e global.

O resultado desse processo foi uma síntese multideterminada, cuja orientação maior era uma especial leitura da conjuntura política e econômica, nacional e internacional. Um discurso que visava a contemplar um público de renda elevada, de hábitos culturais e visão de mundo fundadas em múltiplas estruturas determinantes, mas sobretudo, numa conjuntura política e econômica de abrangência mundial e com forte presença no Brasil. Tal conjuntura apresentava uma visão de mundo hegemônica que compreendia, dentre outras coisas, uma perspectiva específica das relações de trabalho e do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo. Em se tratando de uma ideologia hegemônica, não é demais dizer que havia todo um senso comum amparado na ideologia neoliberal.

Na reportagem inaugural da cobertura das ações do governo FHC, em janeiro de 1995, *Veja* afirmou que um movimento havia começado de fora para dentro do Brasil e pressionava o novo governo à adoção de um amplo ajuste. As empresas já teriam iniciado o seu ajuste, por meio de modernização e corte nos custos de produção. O governo precisava fazer a sua parte e, para isso, deveria sanear, enxugar, privatizar, penalizar os oligopólios dos “*barões do empresariado*” e desmanchar os monopólios estatais, investir em saúde e educação, a fim de promover desenvolvimento econômico, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e modernizar o Estado.

As expectativas em relação ao presidente Fernando Henrique Cardoso e seus auxiliares diretos, apresentadas na primeira reportagem do período, foram as melhores. *Veja* manifestou satisfação com o fato de que o país seria governado por um intelectual de qualidades reconhecidas, nacional e internacionalmente. Se ele não fosse capaz de introduzir o país na nova ordem internacional, integrando os brasileiros com o que havia de mais moderno no mundo, “*que outro se apresentasse*”. Os auxiliares do presidente, informava a revista, formavam a equipe econômica mais competente e séria que o Brasil havia conhecido, portadores de vários títulos de doutorado nas melhores universidades do mundo, com experiência nos setores público e privado, burocratas da mais alta qualificação e que chegavam ao poder depois de terem apresentado um plano econômico ao país. Portanto, já estavam – o presidente e seus auxiliares – testados e aprovados pela população.

O posicionamento inicial da revista sobre a educação, expresso em janeiro de 1995, era de que a educação brasileira estava falida por falta de recursos, os professores estavam desestimulados, recebiam baixos salários e tinham baixa qualificação. O Estado

tinha um papel importante, imprescindível até, na promoção da educação pública. O governo deveria investir volumosos recursos no setor, isso seria possível se o governo economizasse em outros setores, particularmente em estatais falidas, para tanto as privatizações eram necessárias.

A reação às primeiras medidas do governo foi crítica, a revista detectava uma opção pelo contorno do problema crucial que era a falta de recursos. Diante das investidas do governo para mudar a distribuição dos recursos para a educação a revista foi ajustando sua posição. A falta de recursos deixou de ser considerada o problema crucial. Em seu lugar entrou a má distribuição dos recursos existentes, eles seriam suficientes para assegurar uma melhor formação dos professores e melhor qualidade na educação, para tanto, precisavam ser redistribuídos para se atingir maior eficiência no uso. A revista passou a informar que o Brasil investia recursos semelhantes aos dos países desenvolvidos, mas eles se perdiam na burocracia e na corrupção. A fim de melhorar o uso dos recursos existentes e a fiscalização destes, a participação dos pais e da comunidade na vida escolar era imprescindível. Isto, por si só garantiria melhor destinação dos recursos e maior eficiência e qualidade na educação pública.

Segundo *Veja*, além do ensino básico, a universidade pública brasileira estava em situação caótica, o governo investia muito dinheiro, mas não fiscalizava seu uso – haveria uma “*inflação de mestres e doutores*”. Havia universidades fazendo um excelente trabalho e dando exemplos de como o ensino superior público poderia ser melhorado por meio de parcerias público-privado, que poderiam ser uma saída para a universidade brasileira. Estas universidades estavam realizando excelentes pesquisas aplicadas (as que de fato interessavam) financiadas pela iniciativa privada e disponibilizadas para as empresas que as financiavam.

De acordo com a revista, havia muita resistência a qualquer mudança no ensino superior, até mesmo a avaliação implementada pelo governo sofreu grande resistência da comunidade acadêmica. Mas avaliar era necessário, as universidades públicas envolviam dinheiro público e o governo tinha o direito e o dever de avaliá-las; as universidades e faculdades privadas cobravam muito caro e ensinavam mal, o governo deveria zelar pelos recursos dos alunos, portanto a avaliação era questão de responsabilidade política.

Veja passou a dedicar grandes reportagens à educação, apresentada como a melhor forma de elevar o padrão de vida das pessoas e melhorar sua inserção no mercado de trabalho. Como informava a revista, a educação brasileira começou a melhorar: o ensino básico, com os recursos melhor distribuídos e aumentados estava

vivendo uma fase revolucionária; e a educação privada em todos os níveis estava de fato instalada na realidade brasileira. As universidades e faculdades privadas estavam investindo, teria havido uma verdadeira “*diáspora de cérebros*” da universidade pública para a universidade privada.

Na forma de uma constatação desconfortável, a revista informou que o país convivia com três equações perversas na educação superior: a universidade pública era inacessível à maioria da população mais pobre e que estudava na escola pública – mito que os dados divulgados pela própria revista desmentia, ainda assim era mantido nas interpretações –; os custos de manutenção das universidades públicas eram muito altos para o contribuinte; a educação superior privada entrara na lógica do mercado, sob o signo do lucro – a educação tornou-se uma mercadoria.

Assim como na área de educação, inicialmente *Veja* defendia o papel do Estado na saúde, os médicos eram mal remunerados e a população mais pobre sofria as conseqüências. Para investir na saúde era preciso deixar de gastar em outras áreas, as privatizações se explicariam por essa lógica, elas trariam recursos para os cofres públicos que poderiam investi-los nas áreas sociais.

Medidas adotadas pelo governo que ampliavam o valor do desconto no Imposto de Renda, segundo *Veja*, poderiam significar uma forma de “*privatização branca*” na saúde, pois os contribuintes seriam estimulados a usarem a saúde privada desde que pudessem descontar no IR. A revista, no entanto, mudou rapidamente o discurso, logo que um ministro propôs a criação de um imposto para financiar a saúde, *Veja* passou a informar que o problema da saúde não era a falta de recursos, mas o uso inadequado daqueles existentes. O sistema de saúde brasileiro foi definido como uma “*máquina desconhecida que triturava dinheiro público*”.

A conseqüência prática foi que a revista passou a dar um apoio, inicialmente velado e depois declarado, ao crescimento do sistema privado, argumentando que o sistema público era ruim, então os usuários deveriam mesmo recorrer ao serviço privado. *Veja*, no entanto, afirmava inicialmente que os serviços básicos deveriam continuar estatais, para população mais pobre.

Em função da decadência do sistema público, a população ficava obrigada a usar o sistema privado que era uma selva, cobrava caro e não dava as devidas garantias, criava armadilhas contratuais. O governo precisava fazer alguma coisa para domar a selva que eram os planos de saúde privada, muitos deles só atendiam aos serviços mais simples, os mais complexos passavam para o SUS. O governo, então apresentou um

projeto que estabelecia limites à atuação dos planos privados. *Veja* considerou a medida necessária, pois resguardava os direitos dos consumidores de receber por um serviço, que afinal pagaram, sem armadilhas contratuais. Os planos deveriam aumentar seus preços, por causa das exigências do governo. Defendendo a lógica de mercado na saúde, a revista afirmou que esta discussão era boba, os planos seguiam uma lógica de mercado, portanto, iam aumentar mesmo.

O posicionamento da revista, ao final do período analisado, era que o cidadão tinha direito a uma saúde de qualidade. O Estado não oferecia, que ficasse com o setor privado, mas o governo teria que se responsabilizar pela fiscalização, assegurar os direitos dos cidadãos (consumidores), principalmente os que mais precisavam, os idosos, por exemplo.

A questão da reforma de previdência teve grande destaque no período, tanto nas ações do governo, quanto nas páginas de *Veja*. De acordo com a revista, o sistema de previdência estava falido, no Brasil e em todo o mundo, pois teria havido uma redução drástica na base de contribuintes. Em vários países as reformas já teriam iniciado, o Brasil estava atrasado, era preciso cortar privilégios de servidores públicos que se aposentavam com o último salário na ativa mais benefícios e gratificações, enquanto os trabalhadores da iniciativa privada recebiam uma miséria. A solução final seria um sistema misto, parte estatal com o benefício limitado e complementação com previdência privada.

Veja informava, inicialmente, que havia um mito do déficit da Previdência. Ela era superavitária, mas o governo e as estatais não pagavam sua parte. Empresas privadas também deviam, mas faltava fiscalização. Havia retirada de recursos da Previdência para obras do governo. Mas, segundo a revista, o déficit seria real no futuro próximo. O governo teria de fazer algo urgentemente. De acordo com *Veja*, o ideal quando se criou a Previdência era que houvesse emprego para todo mundo, assim, as novas gerações financiariam a aposentadoria dos mais idosos. Na forma de uma constatação desconfortável, a revista informou que esse raciocínio não se confirmara, naquele momento.

Veja travou uma grande luta ideológica pela reforma da Previdência, o governo iniciou o processo, que, depois de um tempo parado no Congresso, foi aprovado. A revista considerou a reforma “*pífia*”, informando que a proposta do governo teria sido descaracterizada no Congresso, as mudanças seriam muito pequenas e a Previdência teria de ser reformada no futuro. Era preciso cortar mais, pois a crise e os aumentos dos déficits comprometeriam a Previdência e as contas públicas, o país ficava vulnerável e a

inflação poderia voltar. Para *Veja*, os ganhos dos servidores eram insustentáveis, se estes queriam aposentadoria integral, teriam que pagar por isso.

No início de janeiro de 1995, *Veja* argumentava que os encargos trabalhistas oneravam a folha de pagamento das empresas e criavam dificuldades para contratação com carteira assinada, aumentando a informalidade. Se o governo reformasse a legislação “*fascista de Getúlio*”, geraria mais e melhores empregos e dinamizaria a economia, reduzindo o custo da mão-de-obra, tornando as empresas brasileiras mais competitivas.

De acordo com *Veja*, no setor público era preciso “*extirpar sem anestesia os privilégios*”. O país não tinha funcionários demais, mas alguns marajás que não trabalhavam e ganhavam muito, enquanto os “*barnabés*” ganhavam muito mal. A categoria, segundo a revista, tinha poderosos “*corneteiros*” a seu favor e não entregaria de bandeja os privilégios de que desfrutava.

Após um início meio tímido do governo, referente às relações de trabalho, o caso memorável para *Veja* foi o da greve dos petroleiros, em que a revista comemorou a firmeza do governo ao convocar o exército para ocupar refinarias, além de iniciar um processo de demissão dos líderes grevistas e descontar os dias parados. Para *Veja*, a greve dos petroleiros era em defesa dos privilégios e da manutenção do monopólio estatal do petróleo. O governo agiu rapidamente e com competência e “*encarou a CUT*”, impondo uma derrota avassaladora ao único setor organizado de oposição, e por isso merecia um brinde.

De acordo com *Veja*, os sindicatos eram corporativistas, defendiam privilégios dos “*petrocratas engravatados*” que desfrutavam de “*um padrão Sueco*”, enquanto os trabalhadores da extração eram homens humildes, qualificados e semiquilificados, que passaram por testes rigorosos, trabalhavam em local insalubre e teriam sido usados pela CUT para combater a quebra do monopólio. A revista argumentou ainda que, desde o fim do governo Figueiredo, os sindicatos conseguiam aumentos sempre que queriam e, por isso, estavam mal acostumados. Tinha que aparecer alguém com pulso firme para “*quebrar a espinha*” dos sindicatos como fizera Margareth Thatcher, na Inglaterra.

Ao longo do período analisado, *Veja* teve um comportamento particularmente dúbio com relação ao desemprego. Ainda em 1995, institutos de pesquisa, industriais e sindicalistas de São Paulo denunciavam que o desemprego aumentava. Para *Veja*, não havia desemprego no Brasil, era gritaria de sindicatos e dos “*barões da indústria paulista*”, para pedir benesses e o fim da abertura comercial que estabeleceu concorrência com o

produto nacional. Empresas acostumadas à proteção estariam perdendo na concorrência com produtos importados, que eram melhores e mais baratos. A Fiesp foi definida como representante do atraso, gente que não se preparou para o processo de globalização.

Diante da continuidade das notícias de desemprego crescente, *Veja* voltou a apresentar interpretações contrariando os números divulgados pelos institutos de pesquisa. Segundo a revista, não havia desemprego em massa no Brasil, o país estava vivendo uma situação de “*pleno emprego*”. Teria havido uma mudança geográfica na distribuição do emprego, faltava emprego em São Paulo, mas sobravam vagas em outras regiões do país. A indústria fechava postos de trabalho, mas o comércio e os serviços contratavam.

A partir de 1996, *Veja* começou a ceder à realidade, informando que o desemprego havia chegado, mas era uma consequência da globalização, concorrência e automação. O mundo do trabalho teria mudado muito no Brasil do Real. A revista argumentou que se instalou um “*darwinismo de mercado*”, em que somente os mais qualificados sobreviviam. O trabalhador teria perdido seu emprego para uma máquina registradora. Mas a revista não admitia o desemprego como fruto da política do governo brasileiro e passou a explicar o desemprego como algo estrutural. Na forma de um realismo fatalista, afirmou que o desemprego era “*uma das fichas que se jogam para entrar no jogo internacional*”, não haveria alternativa, e acrescentou que o emprego como conhecemos, estava com os dias contados.

Uma proposta de greve geral, em junho de 1996, uniu as três centrais sindicais brasileiras, mas foi mal sucedida. De acordo com *Veja*, a situação revelou uma carência de lideranças sindicais. O governo enfrentava problemas como desemprego e denúncias de corrupção, fatos que permitiam concluir que havia motivos para insatisfações e para uma greve expressiva, mas os sindicalistas estavam desmoralizados, o mundo havia mudado e os líderes sindicais não teriam se preparado para modernização das relações de trabalho impostas pela globalização e pelo avanço das reformas neoliberais, eram visto como defensores do atraso.

Desde o início de 1995, *Veja* afirmava que as estatais eram cabides de emprego, padeciam de protecionismo, administração desastrosa e muitas delas eram deficitárias. Este era o mal crônico das estatais e a única cura era a privatização. Havia estatais deficitárias onerando o caixa do governo e as lucrativas estavam defasadas tecnologicamente e precisavam de investimentos de que o governo não dispunha. Privatizando, o governo arrecadaria dinheiro para o seu caixa e liberaria a economia para

os investimentos estrangeiros. Como medida complementar às privatizações, o governo precisava também quebrar todos os monopólios estatais, abrindo a economia brasileira à entrada de capital estrangeiro, principalmente nos setores de telecomunicações e extração de petróleo.

No início do governo FHC, *Veja* manifestava a opinião de que o governo era hesitante quanto às privatizações, o processo estava indo muito devagar. O governo fazia muitas concessões à oposição e ia atrasando o processo. Setores como o de estradas federais e portos estavam em “*petição de miséria*”. Para a revista, o governo demorou muito a realizar a concessão destes serviços à iniciativa privada, somente no segundo ano do governo FHC a operação privada nestas áreas foi liberada.

O setor de geração e distribuição de energia, segundo *Veja*, era um outro problema na infra-estrutura do país, pois o setor estava decadente e o governo não dispunha de recursos para investir. No final de 1996, o governo realizou a privatização da Light, noticiada como um grande negócio, pois abria a possibilidade de o país receber grandes investimentos na área de geração e distribuição de energia elétrica. A maior parte da Light acabou ficando com uma estatal francesa. Segundo *Veja*, podia parecer um contra-senso, mas não era. Se a estatal francesa estava investindo no Brasil era o que interessava. A revista trocou a sua forte campanha antiestatal por um curioso realismo que se destinava a contornar o evidente desconforto com o fato de que uma empresa estatal havia comprado uma estatal brasileira, ao que *Veja* procurou explicar com um raciocínio de lógica duvidosa.

Noutra oportunidade, a Petrobrás anunciou que pretendia construir o gasoduto Brasil-Bolívia, passando a explorar também mercado de gás encanado. *Veja* fez uma abordagem bastante crítica da possibilidade de a Petrobrás, uma estatal, realizar a construção do gasoduto. A revista argumentou que o governo prometia privatizar muitas empresas, mas, “*na surdina*”, entregava seu grande investimento a uma estatal, e concluiu que isto era um contra-senso.

A reação da revista era bastante instrutiva. As privatizações eram defendidas com o argumento de que o governo e as estatais não dispunham de recursos para investir, mas a Petrobrás parecia dispor, afinal, estava planejando investir. *Veja*, então passou a criticar essa possibilidade por entender que isso seria um contra-senso em se tratando de um governo comprometido com a privatização. Logo, evidente está, que a questão era política e não meramente econômica ou técnica.

A revista fez uma forte campanha pela privatização da Vale do Rio Doce e mais de uma vez fez questão de informar que o governo não precisava privatizar a empresa que era moderna, lucrativa e competitiva no Brasil e no exterior. A privatização, portanto, deveria ser feita para atender à expectativa do mercado, pois muitos investidores estavam interessados na aquisição da gigante estatal, se o governo voltasse atrás esses investidores retirariam seus investimentos do Brasil.

A Vale do Rio Doce foi privatizada em maio de 1996. Dois consórcios disputaram a empresa, um deles liderado pelo empresário Antonio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantin; o outro liderado pelo jovem empresário Benjamim Steinbruch, dirigente da também privatizada CSN. A revista vinha informando que o governo pretendia passar o controle acionário da Vale para o empresário Antonio Ermírio de Moraes, seria uma maneira de manter o controle da empresa nas mãos de um conhecido e respeitado empresário brasileiro. O resultado, porém, foi outro, o consórcio liderado por Steinbruch saiu vencedor. Ganhou grande destaque na imprensa brasileira – em *Veja*, principalmente – o fato de que um jovem empresário liderou o consórcio que adquiriu a empresa. *Veja* realizou uma grande reportagem para analisar as qualidades e idiosincrasias do novo dono da Vale. Para a revista, o fato demonstrava que a economia brasileira estava se modernizando, pois em países desenvolvidos como os EUA, jovens empresários ambiciosos assumiam a direção de grandes companhias controladas por acionistas anônimos. As características desses jovens executivos eram a ousadia e o arrojo nos negócios lucrativos, sem amarras familiares ou nacionalistas, diferentemente do que representava Antonio Ermírio de Moraes.

A área de telefonia, tanto a operação privada da telefonia celular, quanto a privatização das empresas de telefonia fixa, ganhou um grande destaque na cobertura. De acordo com *Veja*, os negócios na área de telefonia eram os maiores do final de século e iriam tirar a telefonia brasileira de uma situação de “*filas soviéticas*” e trazer para o país, investimentos da ordem de 100 bilhões de dólares em 10 anos. Explorando ao extremo o recurso da oposição modernidade/atraso, a revista informou que a operação privada iniciaria a história da telefonia móvel brasileira tirando o setor da pré-história.

A estabilidade econômica era, para *Veja*, a maior conquista do Plano Real. Para mantê-la, o governo precisava controlar seus gastos, realizar uma reforma tributária transferindo tarefas para os Estados e municípios e aumentar a fiscalização sobre os gastos destes níveis de governos, além de realizar as privatizações e a reforma administrativa, reduzindo os gastos com o funcionalismo.

Segundo *Veja*, a estabilidade econômica havia promovido distribuição de renda, aumentando o valor de compra dos salários da população de baixa renda e ampliando o padrão de consumo desta parcela da população. A confiança no real teria mudado os hábitos bancários brasileiros, eliminando alguns comportamentos esquisitos como a compra de moeda estrangeira e o uso cotidiano de bancos por empresas e pessoas físicas. O aumento do consumo, também fruto das conquistas do real, teria alterado os hábitos alimentares da população que passara a consumir iogurtes, queijos e vinhos importados, deixando de consumir apenas o tradicional arroz com feijão. A estabilidade estaria também restituindo à moeda o símbolo de identidade de um povo. No Brasil, as moedas mudavam muito, perdiam seu valor e caíam no esquecimento, mas o real assumia novamente esta condição de um símbolo identitário.

A estabilidade conquistada com o Plano Real demonstrava fragilidade, sofrendo o impacto de crises externas durante todo o período do primeiro governo FHC. Para *Veja* a solução era o aprofundamento das reformas neoliberais. Mas havia resistências quanto aos cortes de gastos públicos e o Congresso estaria atravancando as reformas, pois não aprovara todas as reformas propostas pelo governo.

De acordo com *Veja*, no primeiro ano do Real o Brasil era um “*dinamo econômico*”, o país passava por uma fase de crescimento acelerado. Recorrendo aos dados sobre o aumento do consumo na fase inicial do plano, às vendas do Natal de 1994 e ao crescimento do consumo no início do ano de 1995, *Veja* descrevia um paraíso de consumo e desenvolvimento. A informação do IBGE de que, em 1995, o PIB brasileiro cresceu 5,7% ganhou grande destaque. No mesmo período o mesmo IBGE informou que o PIB per capita cresceu apenas 4,2%, a revista não apresentou qualquer tipo de interpretação desse dado. Estávamos acumulando desigualdade e concentração de renda, mas a revista não analisou esse problema, pois vinha informando que o real distribuía renda para a população mais pobre.

Os dados do IBGE demonstraram que, em 1996, o PIB per capita brasileiro havia chegado à casa dos 4.400 dólares. *Veja* apresentou um quadro otimista, afirmando que com um PIB per capita em 4.400 dólares avançando para 5.000, o Brasil estava na posição em que países como a Suécia, Canadá e EUA estavam 25 atrás. Afirmou ainda que quando atinge um nível de 5.000 dólares per capita, a sociedade começa a exigir e consumir produtos mais caros; com mais consumo toda a atividade econômica acaba sendo estimulada e o país cresce ano após ano, chegando rapidamente a um PIB per capita de 15.000 dólares. A revista apresentou uma posição demasiadamente otimista

afirmando que as reformas realizadas pelo governo FHC estavam conduzindo o Brasil aos níveis de primeiro mundo e em pouco mais de duas décadas poderíamos chegar aos mais altos níveis de renda per capita do planeta. A interpretação da revista era visivelmente destinada a preparar a opinião pública para a aceitação da política em curso.

O crescimento era a grande expectativa do governo e de *Veja*, afinal o Real deu um novo impulso econômico ao país. Adquirida a estabilidade, verificado o crescimento do poder de compra dos salários e aumento do consumo na fase inicial do plano, a expectativa era de uma fase de crescimento. Por outro lado, o período do primeiro governo FHC foi marcado por uma sucessão de crises econômicas que contrariavam as expectativas mais otimistas. Todas as vezes em que era levada pelos acontecimentos a analisar fatos mais preocupantes, como o aumento dos déficits comercial e nas contas públicas, crises e fuga de dólares, *Veja* parecia dispor de um texto pronto sobre as conquistas do Plano Real: estabilidade econômica, inflação baixa, aumento do consumo e modernização das empresas brasileiras. Era muito forte a impressão de que a revista procurava preparar a opinião pública a favor das reformas. Ao informar de modo mais objetivo as crises, a revista procurava lembrar os impactos positivos do plano, ou seja, marcava a memória dos leitores com as conquistas.

A propaganda oficial e os meios de comunicação de um modo geral – e *Veja*, particularmente –, elegeram alguns símbolos da fase inicial do Real. Inicialmente, houve a fase em que o frango era o símbolo, referindo-se ao aumento do consumo e melhoria do padrão alimentar da população de baixa renda; num segundo momento, os eletrodomésticos foram elevados ao símbolo do Real, numa referência ao aumento do consumo no setor; num terceiro momento, *Veja* afirmou que o cimento era o novo símbolo do Real, pois teria havido um aumento de vendas de materiais de construção e maior demanda por moradias. *Veja* realizou uma grande reportagem para tratar do assunto e apresentou um quadro extraordinário: com o aumento das vendas de casas e apartamentos, o Brasil teria entrado em um círculo virtuoso de crescimento, que geraria crescimento do emprego no setor, melhoraria a qualidade de vida dos brasileiros e dinamizaria a economia, pois tais investimentos levariam recursos para os planos habitacionais e movimentariam vários setores da economia. Logo, o crescimento da economia seria inevitável nos anos seguintes.

Diante das crises que marcaram o ano de 1998 e da escassez de boas notícias relativas à temática do crescimento econômico, *Veja*, então passou a trazer reportagens com informações pontuais de investimento e modernização, como o crescimento de

investimentos no Nordeste brasileiro e o crescimento da safra. Para a revista, as notícias da economia urbana (industrial e financeira) estavam enfocando muito a crise, que era grave, mas nem tudo no país estava parado, havia setores e regiões em franco crescimento. Mas o resultado foi que o ano terminou com um baixo crescimento e com o governo editando mais um pacote de cortes de gastos, aumentando os tributos e contraindo mais um empréstimo junto ao FMI.

Ao longo dos quatro anos analisados, houve uma mudança importante no procedimento editorial de *Veja*. Durante o ano de 1995, as reportagens não eram assinadas, parecia que as opiniões e interpretações ali contidas eram responsabilidade da revista. Nos anos seguintes, as reportagens passaram a ser assinadas por editores e informava-se a colaboração de repórteres. Pensamos que tal mudança poderia interferir nas opiniões manifestas, no entanto, verificamos que havia um “padrão *Veja*” nestas reportagens e nas opiniões. Durante todo o período, analisamos duas centenas de edições e algumas centenas de reportagens, em todas elas pudemos notar um padrão homogêneo. Os recursos definidos pelos estudiosos como procedimentos comuns em todo meio de comunicação impresso, como: o argumento de autoridade, argumento de tom oficial, e a oposição modernidade/atraso, eram recorrentes.

Além desses procedimentos comuns, outros recursos específicos de *Veja* estiveram presentes todo o tempo, como textos repetitivos relativos às conquistas do Plano Real, inseridos sempre e, preferencialmente, quando os fatos exigiam uma cobertura mais crítica; a repetição de termos ou trechos de modo a marcar a memória do leitor com o que merecia apoio ou oposição da revista; e a desqualificação dos opositores, por meio de alcunhas vulgares tais como: “*barões da indústria*” e gente com “*mania de proteção*”; e tom jocoso para referir-se aos críticos da política neoliberal. Também eram comuns figuras de linguagem tais como: “*meca dos negócios*”, “*alma ciclôtmica*”, “*estatal mastodôntica*”, “*filas soviéticas*” e “*rios de dinheiro investidos nos Cieps-Ciacs*”.

Outra marca importante era com relação à democracia. A revista na realidade demonstrou muito pouco apego aos valores da democracia, mesmo formal. No momento de maior enfrentamento entre o governo e os sindicatos, por ocasião da greve dos petroleiros, a revista reivindicou maior autoridade do governo, e comparou o tratamento destinado aos sindicatos pelos governos civis e militares, ressaltando que desde o fim do regime militar, os governos teriam sido fracos no enfrentamento com os sindicatos, mas sugeriu um brinde ao presidente Fernando Henrique Cardoso por ter sido firme e ter utilizado todos os recursos para derrotar os sindicatos, especialmente a CUT. Sobre a

reforma da Previdência, *Veja* afirmou mais de uma vez que o governo do General Augusto Pinochet teve mais sucesso do que qualquer outro governo democrático na América Latina, mas ainda assim, enfrentara opositores. No final de 1998, em tom de apreciação acerca do futuro do país sob o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, *Veja* se manifestou a respeito da democracia como um dos “vetores que complicavam a situação brasileira” quanto às mudanças políticas e econômicas.

Ainda no âmbito das características da cobertura, chamamos a atenção para os principais personagens que foram citados nas reportagens, formando um tipo particular de galeria. Líderes políticos como Leonel Brizola, José Sarney e Itamar Franco, foram definidos como representantes de um nacionalismo atrasado que retirava a seriedade de todos os projetos nos quais se envolviam; Luis Inácio Lula da Silva era referido como o paraninfo de todos os grevistas; Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, foi referido como “o careca do ABC” que teria raspado a cabeça numa “delirante” homenagem a Zumbi dos Palmares; Antonio Spis, presidente da Federação Única dos Petroleiros, FUP, foi referido como o matemático austríaco, que cursara uma das mais caras universidades brasileiras, mas não concluíra curso e nunca teria sujado a mão de graxa; Antonio Ermírio de Moraes foi referido como o empresário de uma empresa familiar que não interessava à economia moderna da qual fazia parte a Vale do Rio Doce privatizada; “os políticos”, referidos de modo indefinido como uma classe ou estrato, que teria “apreço argenteo” pelas estatais, especialmente a Vale do Rio Doce; e José Eduardo de Andrade Vieira, do banco Bamerindus, apresentado como o “banqueiro caipira”.

De outro lado, outras personalidades foram referidas de modo mais positivo: o presidente Fernando Henrique Cardoso era tratado como o intelectual que havia deixado “na poeira pelo menos 10.000 livros farejados”; Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, foi referido como o jovem economista “atrevido e franco”, leitor do que havia de melhor na literatura universal e autor de uma tese doutoral numa universidade do primeiro mundo; Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central, foi tratado como um dos pais do Cruzado e do Real, e como alguém que pulou do barco do Cruzado quando Sarney cedeu às pressões políticas; o ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, foi referido como “o ministro que foi pedreiro”, começou como datilógrafo e chegou ao topo da carreira; o empresário Benjamim Steinbruch, “novo homem da Vale”, tratado como o jovem e audacioso empresário, ao estilo dos grandes executivos de companhias multinacionais.

Ainda na galeria havia lugar para as instituições: a central sindical dos Estados Unidos, a AFL-CIO, foi tratada como a central que tinha ligações com a máfia; a CUT,

lembrada sempre como braço do PT e referida especialmente como opositora do governo FHC e de todos os governos que não fossem do PT, era associada a um tipo de sindicalismo atrasado que convocava greves contra o desemprego, quando outras centrais e sindicatos negociavam para evitar as demissões; o PT, apresentado como o grande opositor das reformas, porque perderia o apoio dos sindicatos e dos grevistas; a Fiesp, referida como a representante dos “barões” da indústria paulista; e a CNI, referida como a “aristocracia da indústria”.

No outro extremo da galeria ficavam instituições como: a Força Sindical que percebera que o momento era de negociar para evitar demissões e não de defender aumentos de salários; a UFV, Universidade Federal de Viçosa, que não praticava isonomia salarial entre os professores e realizava pesquisa aplicada com financiamento privado; e o BNDES (sob direção dos economistas neoliberais) que se tornara um dos maiores bancos de investimentos do mundo.

Após o primeiro mandato, no final de 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso candidatou-se para mais um mandato, sagrou-se vitorioso. *Veja* elaborou uma matéria de capa para comentar a reeleição. Para a revista, o presidente faria um “teste de estadista”. Ele teria tido grande sucesso no primeiro mandato, colocando o país “na agenda do mundo civilizado” e por isso ganhara o direito de exercer mais um mandato. Mas a população brasileira esperava que ele fosse um estadista e, se ele conseguisse, entraria em definitivo na galeria daqueles personagens inesquecíveis ao lado de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek. O que dele se esperava era que continuasse o processo modernizador da economia e da política brasileira, antes de tudo, contornando a crise econômica instalada, mas mantendo as conquistas do primeiro mandato e avançando-as, para que ele e o país assegurassem um lugar definitivo na história.

A linguagem, a seleção dos fatos e a abordagem evidenciaram uma adesão a um projeto político global para o país, projeto este completamente identificado com a ideologia neoliberal, mas nuançado pelas orientações de *Veja* que apresentava esta ideologia como uma visão “moderna” e adequada de administração da economia e da política. A revista esforçou-se para apresentar os postulados da ideologia neoliberal como adequados para a recuperação econômica do país e, com um discurso de matriz privatista, destinado a exercer um papel educativo de seus leitores, combatia com veemência qualquer expectativa na capacidade do Estado de gerir a economia nacional.

Os objetivos evidenciados eram: a modernidade, o crescimento econômico, a economia de mercado e a inserção do Brasil no mundo globalizado. Se estes objetivos

tinham um caráter estratégico, havia objetivos táticos como: privatizações, ajustes nas contas do Estado, estabilidade econômica, o fim dos privilégios (direitos adquiridos) de categorias profissionais com forte organização sindical e o fim de qualquer reserva de mercado ou proteção a setores da economia.

Para a consecução dos objetivos proclamados, *Veja* demonstrava clareza de quem seriam os adversários a combater: todos os opositores ao projeto neoliberal, sindicatos de trabalhadores – sobretudo de funcionários públicos e sindicatos cutistas – intransigentes na defesa dos “*privilégios*”, contra os quais nutria uma oposição radical; partidos de esquerda, que continuavam a sonhar com o socialismo ou a social-democracia; setores empresariais e suas entidades representativas que defendiam proteção à produção nacional.

Os aliados estavam localizados nos setores “modernos” da economia, como empresas privatizadas; executivos de finanças e autoridades políticas e econômicas identificadas com a ideologia neoliberal, que estavam empreendendo ajustes e promovendo reformas para atingir o aumento da produtividade, da concorrência e desregulamentação das relações de trabalho. O governo de Fernando Henrique Cardoso e seus auxiliares diretos foram tratados como um patrimônio político a ser preservado, criticados somente quando não apresentavam firmeza suficiente para promover as reformas políticas e econômicas a que se propuseram.

Resulta da análise que *Veja* incorporou o “cerne” da ideologia neoliberal, manifestando um anti-estatismo contundente. Mesmo nas áreas sociais (educação e saúde), em que, inicialmente, defendia a presença do Estado, foi ajustando sua posição a um neoliberalismo extremado, à defesa de uma economia de mercado total na qual o Estado ocuparia um papel meramente complementar e fiscalizador. *Veja* manteve-se fiel ao padrão editorial de informação e opinião, apresentando os fatos selecionados e suas interpretações; descrevendo os fatos, exemplos e posicionamento de autoridades, de modo a conferir objetividade às suas interpretações; recorrendo às explicações mais comuns no discurso da globalização e da modernização, apresentando muitas vezes constatações desconfortáveis, na forma de um realismo fatalista. Assim, a revista realizou seu trabalho de difusão ideológica de orientação neoliberal e atendeu à expectativa da maioria de seus leitores, preparou o terreno para as reformas orientadas para o mercado e contribuiu na formação de um consenso em torno da ideologia neoliberal, entendida como manifestação do capitalismo contemporâneo para a manutenção de sua hegemonia.

FONTES – EDIÇÕES DE VEJA

1995, ano 28

Edição 1373, nº 01, 04, jan.1995;
Edição 1375, nº 03, 18, jan. 1995;
Edição 1377, nº 05, 01, fev. 1995;
Edição 1380, nº 08, 22, fev. 1995;
Edição 1383, nº 11, 15, mar. 1995;
Edição 1385, nº 13, 29, mar. 1995;
Edição 1390, nº 19, 10, mai. 1995;
Edição 1393, nº 21, 24, mai. 1995;
Edição 1395, nº 23, 07, jun. 1995;
Edição 1398, nº 26, 28, jun. 1995;
Edição 1400, nº 28, 12, jul. 1995;
Edição 1404, nº 32, 09, ago. 1995;
Edição 1407, nº 35, 30, ago. 1995;
Edição 1410, nº 38, 20, set. 1995;
Edição 1415, nº 43, 25, out. 1995;
Edição 1423, nº 51, 20, dez. 1995.

Edição 1374, nº 02, 11, jan. 1995;
Edição 1376, nº 04, 25, jan. 1995;
Edição 1379, nº 07, 15, fev. 1995;
Edição 1381, nº 09, 01, mar. 1995;
Edição 1384, nº 12, 22, mar. 1995;
Edição 1389, nº 18, 03, mai. 1995;
Edição 1391, nº 20, 17, mai. 1995;
Edição 1394, nº 22, 31, mai. 1995;
Edição 1396, nº 24, 14, jun. 1995;
Edição 1399, nº 27, 05, jul. 1995;
Edição 1403, nº 31, 02, ago. 1995;
Edição 1406, nº 34, 23, ago. 1995;
Edição 1409, nº 37, 13, set. 1995;
Edição 1413, nº 41, 11, out. 1995;
Edição 1416, nº 44, 01, nov. 1995;

1996, ano 29

Edição 1426, nº 02, 10, jan. 1996;
Edição 1428, nº 04, 24, jan. 1996;
Edição 1430, nº 06, 07, fev. 1996;
Edição 1432, nº 08, 21, fev. 1996;
Edição 1435, nº 11, 13, mar. 1996;
Edição 1439, nº 15, 10, abr. 1996;
Edição 1443, nº 19, 08, mai. 1996;
Edição 1445, nº 21, 22, mai. 1996;
Edição 1447, nº 23, 05, jun. 1996;
Edição 1449, nº 25, 19, jun. 1996;

Edição 1427, nº 03, 17, jan. 1996;
Edição 1429, nº 05, 31, jan. 1996;
Edição 1431, nº 07, 14, fev. 1996;
Edição 1434, nº 10, 06, mar. 1996;
Edição 1438, nº 14, 03, abr. 1996;
Edição 1441, nº 17, 24, abr. 1996;
Edição 1444, nº 20, 15, mai. 1996;
Edição 1446, nº 22, 29, mai. 1996;
Edição 1448, nº 24, 12, jun. 1996;
Edição 1450, nº 26, 26, jun. 1996;

Edição 1452, nº 28, 10, jul. 1996;
Edição 1459, nº 35, 28, ago. 1996;
Edição 1462, nº 38, 18, set. 1996;
Edição 1465, nº 41, 09, out. 1996;
Edição 1471, nº 47, 20, nov. 1996;
Edição 1474, nº 50, 11, dez. 1996.

Edição 1453, nº 29, 17, jul. 1996;
Edição 1461, nº 37, 11, set. 1996;
Edição 1464, nº 40, 02, out. 1996;
Edição 1469, nº 45, 06, nov. 1996;
Edição 1473, nº 49, 04, dez. 1996;

1997, ano 30

Edição 1477, nº 01, 08, jan. 1997;
Edição 1484, nº 08, 26, fev. 1997;
Edição 1491, nº 15, 16, abr. 1997;
Edição 1495, nº 20, 14, mai. 1997;
Edição 1498, nº 22, 04, jun. 1997;
Edição 1507, nº 31, 06, ago. 1997;
Edição 1511, nº 35, 03, set. 1997;
Edição 1517, nº 41, 15, out. 1997;
Edição 1520, nº 44, 05, nov. 1997;
Edição 1522, nº 46, 19, nov. 1997;
Edição 1525, nº 49, 10, dez. 1997;

Edição 1483, nº 07, 19, fev. 1997;
Edição 1486, nº 10, 12, mar. 1997;
Edição 1493, nº 17, 30, abr. 1997;
Edição 1507, nº 21, 28, mai. 1997;
Edição 1499, nº 23, 11, jun. 1997;
Edição 1508, nº 32, 13, ago. 1997;
Edição 1512, nº 36, 10, set. 1997;
Edição 1518, nº 42, 22, out. 1997;
Edição 1521, nº 45, 12, nov. 1997;
Edição 1524, nº 48, 03, dez. 1997;
Edição 1526, nº 50, 30, dez. 1997.

1998, ano 31

Edição 1528, nº 01, 07, jan. 1998;
Edição 1534, nº 07, 18, fev. 1998;
Edição 1540, nº 13, 01, abr. 1998;
Edição 1544, nº 17, 29, abr. 1998;
Edição 1547, nº 20, 20, mai. 1998;
Edição 1554, nº 27, 08, jul. 1998;
Edição 1556, nº 29, 22 jul. 1998;
Edição 1558, nº 31, 05, ago. 1998;
Edição 1563, nº 36, 09, set. 1998;
Edição 1567, nº 40, 07, out. 1998;

Edição 1533, nº 06, 11, fev. 1998.
Edição 1538, nº 11, 18, mar. 1998.
Edição 1542, nº 15, 15, abr. 1998.
Edição 1545, nº 18, 06, mai. 1998.
Edição 1551, nº 24, 17, jun. 1998.
Edição 1555, nº 28, 15, jul. 1998.
Edição 1557, nº 30, 29, jul. 1998.
Edição 1559, nº 32, 12, ago. 1998.
Edição 1566, nº 39, 30, set. 1998.
Edição especial 1569, nº 42, 21 out, 1998;

Edição 1570, nº 43, 28, out. 1998;

Edição 1572, nº 45, 11, nov. 1998;

Edição 1576, nº 49, 09, dez. 1998;

Edição 1571, nº 44, 04, nov.1998.

Edição 1573, nº 46, 18, nov. 1998.

Edição 1577, nº 50, 16, dez. 1998.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANDERSON, Perry. "Antinomias de Antonio Gramsci". In ANDERSON P. *et.al. Estratégias revolucionárias na atualidade*. São Paulo: Joruês, 1986.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BOITO JR., Armando. *Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BUCI-GLUCSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CAPELATO, M. H. e PRADO, M. L. *O bravo matutino (imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo")*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARTA, Mino. *O castelo de âmbar*. Rio de Janeiro: 2000.
- CARVALHO, André Luiz Piva de. *Quadros maquiados: gênese e produção de sentido da imagem impressa em revistas tendo como modelo a narrativa das capas da revista Veja enfocando Fernando Collor de Mello* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: ECA/USP, 1998.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.
- CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DIAS, Edmundo Fernandes. (Org.). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da UNESP/Boitempo, 1997.

FANTIN, Maria Ângela. *Veja criação de uma identidade mediática* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC-SP/ Caxias do Sul: UCS, 1999.

FERREIRA, Oliveiros S. *Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos cadernos de Gramsci*. Brasília: UNB/São Paulo: HUCITEC, 1986.

FONSECA, Francisco César P. *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987)*. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado – 2 volumes), 1994.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Artenova, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____ *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____ *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____ *Cadernos do Cárcere*, volumes 1, 2, 3, 4 e 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999/2002.

_____ *Cuadernos de la Cárcel*. Traducción de Ana Maria Palos (Edición crítica del Instituto Gramsci), México DF: Ediciones Era, 1984.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MALAGUTI, Manoel L.; CARCANHOLO, Reinaldo A.; e CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Neoliberalismo: a tragédia de nosso tempo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia (jornalismo como produção social da Segunda natureza)* São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós

MENDES, Cândido. *A presidência desafortunada: depois do Real antes da social-democracia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____ *O país da paciência*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo: SENAC, 2001.

MIGLIORI NETO, João. *Plano Real, hegemonia e ideologia: a "âncora média"* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 1997.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. "Gramsci, a crise da política e a esquerda em crise". São Paulo: Cedec, *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, nº 43, 1998.

_____ *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOVARO, Marcos. El liberalismo político y la cultura política popular. Caracas: Nueva Sociedad, nº 149, may-jun. 1997.

PORTELLA FILHO, Petrônio. "O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington". São Paulo: Cedec, *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, nº 32, 1994.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SADER, Emir. (Org.). *Gramsci: Poder, Política e Partido*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____ e GENTILLI, Pablo. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALMON, Wesley C. *Lógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

VADELL, Javier Alberto. *Neoliberalismo e consenso na Argentina (1976-1991)*. Campinas: Unicamp (Dissertação de Mestrado), 1997.